
'17

RELATÓRIO & CONTAS

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
SÍNTESE DE INDICADORES	5
SÍNTESE DO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
INFORMAÇÕES SOBRE O MILLENNIUM BIM	10
ESTRUTURA ACCIONISTA.....	10
ÓRGÃOS SOCIAIS	10
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO.....	11
ECONOMIA INTERNACIONAL.....	11
ECONOMIA NACIONAL	12
O BANCO	16
A REDE MILLENNIUM BIM	16
VISÃO, MISSÃO, VALORES E ESTRATÉGIA	17
PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	17
ACTIVIDADE DO MILLENNIUM BIM EM 2017	21
COLABORADORES.....	21
ANÁLISE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO	23
GESTÃO DE RISCO	26
ANÁLISE FINANCEIRA.....	31
RESULTADOS E BALANÇO	31
ANÁLISE DA RENDIBILIDADE.....	31
ANÁLISE DO BALANÇO	35
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	37
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 2017	39
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	109
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	113

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ambiente macroeconómico continuou desafiante no ano de 2017, tendo-se observado uma desaceleração do Produto Interno Bruto nacional para um nível historicamente baixo que resultou da fraca procura agregada, influenciada pelas condições monetárias restritivas e pela diminuição do investimento privado.

Num contexto político favorável, verificou-se uma melhoria substancial de alguns indicadores económicos, nomeadamente a estabilização do Metical, o abrandamento da inflação doméstica e, consequentemente, a redução gradual das taxas de juro de referência no mercado interbancário.

Ainda assim, os efeitos dos choques económicos que enfrentamos desde 2016, implicaram a adopção de uma postura creditícia conservadora do sistema bancário que se reflectiu no arrefecimento do crédito à economia ao longo de 2017. Neste contexto, o Millennium bim continuou a implementar medidas preventivas com objectivo de garantir um acompanhamento rigoroso da carteira de crédito e monitorização dos riscos.

Apesar dos desafios, conseguimos manter a nossa tendência positiva de resultados consistentes e sustentáveis, sendo o Banco do mercado com melhores indicadores de solidez, capitais próprios, eficiência e rentabilidade, o que aliado ao rigor e disciplina de gestão, nos permite garantir um adequado nível de solvabilidade regulamentar, em linha com as boas práticas instituídas pela entidade de supervisão bancária.

Com uma visão orientada para a melhoria da qualidade do serviço, factor crítico para reforçar o nosso posicionamento no mercado como um banco moderno e inovador que contribui activamente para a promoção da inclusão financeira, em 2017 aumentámos o número de clientes em 178 mil, tendo superado a fasquia de um milhão e oitocentos mil. Por sua vez, aumentámos a rede bancária para 186 balcões, enquanto o parque de ATM's e POS cresceu 26 e 1423, respectivamente. A satisfação demonstrada pelos Clientes dos nossos canais remotos é francamente positiva, tendo o número de subscritores do IZI atingido a marca de 450 mil, demonstrando a adequação das funcionalidades disponíveis às necessidades dos clientes. Também em 2017, atingimos um outro marco histórico, tendo finalmente chegado a todos os distritos do país através da nossa rede de Agentes Já Já.

Cientes que a inovação leva-nos mais longe, inaugurámos em Dezembro o Balcão Inovação no Baía Mall em Maputo. Trata-se de um novo conceito, diferenciador no mercado, onde pretendemos proporcionar novas soluções digitais e um conceito “*paperless*” aos Clientes e público em geral, destacando-se o *Self Service* para depósitos de numerário e troca de cartões, a assinatura digital nas aberturas de conta, demonstrações dos produtos e serviços através do acesso a *tablets*, *smartphones*, mesa interactiva, *wi-fi* gratuito, campanhas publicitárias, através de painéis dinâmicos, e préçário digital.

Há 22 anos que acreditamos que o Millennium bim é mais do que a soma das suas entradas e saídas. Acreditamos que as pessoas são o activo mais importante do banco. Pois são elas as responsáveis pelos hábitos, comportamentos, crenças, valores éticos e morais da instituição, criando assim uma cultura organizacional que nos diferencia. Nesta perspectiva lançámos o projecto “Academia Millennium bim” que visa promover a aprendizagem contínua e o desenvolvimento do capital humano.

Este ano, o Millennium bim foi também distinguido com os prémios “Banco do Ano” pela revista *The Banker*, “Melhor Banco em Moçambique” pela revista *Euromoney*, “Melhor Banco em Moçambique” e “Melhor Banco em Trade Finance” pela revista *Global Finance*. O empenho na eficiência operativa trouxe mais uma vez a distinção da *VISA Global Service Quality Awards* na categoria “*Efficiency*”, ao passo que a renovação da certificação de segurança PCI-SSC (*Payment Card Industry – Security Standards Council*) mantém o Banco como a primeira e única instituição financeira em Moçambique, e uma das 16 em todo o Continente Africano, a deter este importante reconhecimento.

Com o foco na excelência, confiança, responsabilidade, enfoque no Cliente e atitude inovadora, que são os valores corporativos que nos definem, o Millennium bim continuará a disponibilizar soluções financeiras modernas e seguras ao mercado, com vista a contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país. 2018 vai continuar a ser um ano desafiante mas acreditamos nos nossos valores e nas competências profissionais e qualidades das nossas equipas para alcançar os objectivos a que nos propomos.

Neste enquadramento, definimos como linhas orientadoras com vista a consolidar a posição no sistema financeiro nacional, as seguintes:

- Prudência na gestão da liquidez e política de crédito;
- Manutenção de elevados rácios de solvabilidade e eficiência, garantindo uma posição sólida e distintiva no mercado;
- Diversificação da oferta e melhoria da qualidade de serviço.
- Definição de uma visão digital com foco em 2 dimensões: Experiência do Cliente e processos.

Finalmente, uma nota de reconhecimento e agradecimento aos nossos Colaboradores, pelo empenho e dedicação com que lidaram os desafios enfrentados em 2017 e, aos nossos Clientes, pela preferência e confiança demonstrada.

Juntos conseguimos.



Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonseca

SÍNTESE DE INDICADORES

Milhões de Meticais					
Síntese de Indicadores	2017	2016	2015	2014	Var. % 17/16
Balanço					
Activo total	134.980	133.780	117.066	101.502	0,90%
Crédito a clientes (líquido)	61.413	78.283	66.331	56.795	-21,60%
Recursos totais de clientes	104.265	100.687	91.450	80.412	3,60%
Capitais próprios	26.315	21.496	18.760	16.552	22,40%
Rendibilidade					
Produto bancário	15.061	13.332	9.953	8.820	13,00%
Custos operacionais	5.995	5.485	4.592	4.054	9,30%
Imparidades e Provisões	1.879	1.617	1.268	590	16,19%
Impostos sobre lucros	1.613	1.720	702	682	-6,24%
Resultado líq. atribuível Accionistas Banco	5.574	4.510	3.391	3.494	23,60%
Rácio de eficiência					
Rendibilidade cap. próprios médios (ROE)	23,64%	22,50%	19,40%	23,00%	
Rendibilidade do activo médio (ROA)	4,15%	3,58%	3,20%	3,98%	
Qualidade do Crédito					
Crédito vencido > 90 dias / créd. total	5,05%	3,54%	4,20%	2,20%	
Crédito incumprimento / créd. total	5,55%	4,04%	4,30%	2,50%	
Imp. crédito / créd. vencido > 90 dias	191,48%	205,40%	141,70%	241,30%	
Custo do risco	262 p.b.	188 p.b.	158 p.b.	97 p.b.	
Solvabilidade (*)					
Tier I	28,03%	20,15%	20,00%	19,00%	
Total	17,10%	18,82%	19,80%	19,00%	
Indicadores de Negócio					
Clientes (milhares)	1.810	1.632	1.454	1.306	10,91%
Balcões	186	176	169	166	5,68%
Colaboradores	2.476	2.402	2.351	2.367	3,08%

*Não inclui o Resultado do Exercício do ano em referência

SÍNTESE DO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As previsões económicas da OCDE apontam para um crescimento global de 3.5% em 2017. O FMI prevê um crescimento ligeiramente superior de 3.6%. A retoma do comércio internacional e investimento privado, constituem os drivers impulsionadores da aceleração da economia mundial. No entanto, prevalecem alguns riscos com destaque para: (i) consequências do *Brexit*, (ii) tensões políticas na Europa, (iii) fragilidade do sector bancário em alguns países europeus, (iv) abrandamento económico na China.

No mercado petrolífero, a estabilização de preços foram alcançados através do acordo entre os países da OPEP e a Rússia com vista à redução da produção, tendo por objectivo assegurar maior equilíbrio entre oferta e procura no mercado. Segundo a agência internacional de energia, a perspectiva é de consolidação da recuperação dos preços nos mercados internacionais, suportada no reforço do ritmo de actividade dos principais blocos económicos.

A maior ou menor dinâmica económica nos EUA e na China são de grande relevância para assegurar a estabilidade dos mercados das *commodities*, dado o seu potencial como consumidores e produtores.

Na região da África Subsaariana, o FMI prevê que a retoma económica deverá continuar em 2018, embora hajam factores que limitam uma recuperação mais acelerada, nomeadamente a incerteza política nas duas principais economias da região, Nigéria e África do Sul. O crescimento económico deverá atingir 3.4% em 2018, reflectindo essencialmente o bom desempenho das economias exportadoras de petróleo.

Contudo persistem factores de risco nomeadamente: elevado *stock* de dívida pública e níveis de sustentabilidade, aumento do crédito mal parado afectando a estabilidade do sector financeiro.

Na África do Sul, o FMI reviu em baixa a estimativa do crescimento económico para 0.7% em 2017, recuperando ligeiramente em 2018 para 1.1%. O aumento da volatilidade nos mercados financeiros mundiais, a instabilidade política, o impacto das revisões em baixa do *rating* da dívida soberana, os efeitos do *Brexit*, constituem os principais factores de risco.

Segundo o comunicado da Missão do FMI, ao Abrigo do Artigo IV, o crescimento económico de Moçambique continua fraco, o que requer um ajustamento eficaz de políticas para assegurar a estabilidade macroeconómica e promover um crescimento sustentável e inclusivo. A condução política restritiva adoptada pelo banco central permitiu atenuar a pressão inflacionária e cambial. As contas externas melhoraram em 2017, o que contribuiu para o reforço do *stock* de reservas internacionais suficientes para garantir 6 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais, excluindo os grandes projectos.

Com vista assegurar o equilíbrio das finanças públicas, o FMI recomendou maior consolidação fiscal através da eliminação das isenções de IVA e de outros impostos para incrementar as receitas, bem como reduzir a despesa corrente, salvaguardando a protecção social e investimento em infra-estruturas.

O FMI prevê que o PIB nacional cresça 3% em 2017, uma desaceleração de 80pb comparado ao ano anterior.

A fraca procura interna (consumo público e privado), diminuição do investimento privado (formação bruta de capital fixo), abrandamento do crédito à economia em parte associado as elevadas taxas de juro, constituem os principais factores para a desaceleração da actividade económica.

O crédito bancário ao sector privado desacelerou em termos anuais 11%, o que reflecte menor procura dos agentes económicos devido as elevadas taxas de juro no mercado interbancário. Tendo em conta o nível baixo da inflação, o comité de política monetária do Banco de Moçambique, deliberou em Dezembro de 2017, reduzir as taxas de juro de referência em 150pb nomeadamente a Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez para 20,5%, Facilidade Permanente de Depósito para 14%, taxa de juro de política monetária (MIMO), para 19,5%, mantendo inalterado o Coeficiente de Reservas Obrigatórias em 14%.

Segundo dados publicados pelo INE, no fecho de Dezembro de 2017, a inflação anual registou uma variação homóloga de 5.65% y/y, inferior a média de inflação na região da SADC. Em termos anuais, o nível geral de preços abrandou 18 pontos percentuais, tendo a categoria de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas registado a maior contribuição no período em referência.

As séries mensais do Índice de Preços do Consumidor, evidenciam a inversão do ciclo inflacionário em 2017, a reflectir os efeitos da política monetária restritiva que afectam a demanda agregada.

Do lado da oferta, o aumento da produção agrícola resultante da melhoria das condições climatéricas, aliado a circulação normalizada de pessoas e bens, contribuíram para atenuar a pressão inflacionária, num contexto de estabilização no mercado cambial e reforço do *stock* de reservas externas.

O mercado cambial recuperou ao longo de 2017, contribuindo para menor pressão inflacionária e recuperação das reservas internacionais. Dados divulgados pelo Banco de Moçambique, indicam que o metical apreciou em termos anuais 16% face ao Dólar americano, 7% contra o Rand e 5% face ao Euro.

A apreciação do metical reflecte essencialmente o efeito combinado da política monetária restritiva e aumento das exportações nacionais (em particular do carvão e alumínio), que permitiu a constituição de Reservas Internacionais Líquidas que até Outubro, incrementaram para USD 2.2 milhões suficientes para cobrir 6 meses de importações de bens e serviços, excluindo os grandes projectos.

Dados provisórios do Banco de Moçambique, referente ao terceiro trimestre de 2017, indicam uma diminuição homóloga do défice externo para USD 378 milhões.

A melhoria do défice é explicado fundamentalmente pelo efeito combinado da redução das importações associado a fraca procura doméstica e aumento das exportações dos grandes projectos em particular do carvão e alumínio a beneficiar da recuperação dos preços das matérias-primas no mercado internacional.

Apesar dos desafios enfrentados em 2017, O Banco manteve-se solido e resiliente, sustentado por boa governação, adequado nível de capital, robustez do balanço , confortável posição de liquidez, gestão prudente do risco , adopção de boas praticas de transparência na relação com clientes , bem como no rigor no cumprimento dos normativos regulamentares.

O Plano estratégico para 2017 visou o reforço da liderança do Banco nos segmentos da actuação, tendo por base a melhoria contínua de qualidade de serviço, por forma a fazer crescer a base de clientes, e a expansão dos canais, no sentido de estar cada vez mais próximo dos clientes. De igual modo o Millennium bim manteve o foco no aumento da inclusão financeira e desenvolvimento económico de Moçambique, consistindo na expansão da rede pela abertura de balcões de Millennium bim em instalações dos correios de Moçambique. No âmbito da expansão da rede foram inaugurados 10 balcões, 6 Massa – Market dos quais 4 em parceria com os Correios de Moçambique e 4 Prestige em 2017, elevando para 186 balcões. Foi também fortalecida a rede de Agentes autorizados, com uma taxa de crescimento de 45%, tendo encerrado o ano com 294 agentes. A expansão física da rede permitiu alargar a base de clientes em cerca de 178 mil novos clientes em 2017, tendo atingido os 1.8 milhões.

Para além de disponibilizar a rede de balcões aos clientes, o Millennium bim manteve o investimento nos canais remotos e digitais, tendo atingido no final do ano 504 ATM e 9.526 POS. De igual forma, foram efectuados várias actividades de desenvolvimento informático na área de banca digital em que a grande inovação de 2017 centra-se na máquina de troca de cartões não personalizados e em fim de prazo, por cartões novos. Tudo é realizado na ATM de forma rápida e segura. O parque de POS foi amplamente alargado e a família de cartões de débito e crédito cresceu com o lançamento dos cartões Platinum e cartões para empresas.

Mais fortes e mais seguros, o Millennium bim é a única instituição financeira em Moçambique a ser certificada pelo PCI-SSC (*Payment Card Industry – Security Standards Council*) pelos sistemas de segurança aplicados à utilização dos cartões de crédito.

Num contexto macroeconómico adverso, o Millennium bim pretendeu reafirmar a sua presença no mercado enquanto Banco Comercial Universal de referência em Moçambique, aproveitando a sua maior presença no território Nacional e proximidade e relação com os clientes, e entrega eficiente de soluções e dos serviços financeiros aos seus clientes.

Não obstante os desafios, a consistência dos indicadores económicos e financeiros do Banco, avaliada pela rentabilidade dos activos, robustez dos fundos próprios e nível de adequação de capital de 17.1%, consideravelmente acima do limite regulamentar de 8 %, reflecte a resiliência e solidez financeira da instituição. No ano de 2017, o activo atingiu 134.980 milhões de Meticais, comparado com 133.780 milhões de

Meticais registados em igual período de 2016. Os recursos de clientes aumentaram para 103.223 milhões de Meticais, face a 100.687 milhões de Meticais registados em igual período de 2016. Ao passo que o crédito a clientes líquido reduziu em 22% para 61.413 milhões de Meticais.

A margem financeira evoluiu 24% face ao ano anterior, alavancada pelo efeito do aumento significativos das taxas dos activos geradores de juros, que mais compensou o aumento das taxas pagas nas operações de passivo.

Por outro lado, e mantendo a política de gestão conservadora e o racional de solidez do balanço, o Millennium bim aumentou em 360 milhões de Meticais as imparidades face ao período homólogo, tendo constituído 2.004 milhões de Meticais.

Ainda assim o resultado líquido foi positivo em 5.574 milhões de Meticais em 2017. Registrando um crescimento de 24 % face ao resultado líquido de 4.510 milhões de Meticais apurados em 2016.

O resultado líquido da Seguradora Internacional de Moçambique foi de 507 milhões de Meticais em 31 de Dezembro de 2017, representando um decréscimo de 75,9% face ao período homólogo de 2016. Este desempenho é explicado fundamentalmente pelo impacto negativo da reavaliação dos imóveis efectuados em 2017 e que compara com uma elevada mais-valia de imóveis, registada em 2016. Excluindo o efeito da reavaliação dos imóveis nos dois exercícios, registamos um crescimento do resultado líquido recorrente em cerca de 20,6%, o que representa um aumento de 135,6 Milhões de Meticais em relação ao período homólogo.

O Millenium bim acredita que o excelente desempenho do Banco assenta nos seus colaboradores.

No âmbito da aprendizagem e Desenvolvimento dos Colaboradores, este ano fica marcado pelo lançamento do Millennium bim Academia (MBA), criada com o propósito de reforçar as competências e qualificações profissionais dos quadros do BIM num ambiente de aprendizagem contínua, caracterizado pela partilha de conhecimento.

Neste primeiro ano, merece destaque o programa de formação na área comercial “Encantar Clientes e Vender Soluções”, com o qual se procurou reforçar competências, particularmente ao nível do serviço ao cliente. Este programa abrangeu todo cerca de 130 balcões *Mass Market* distribuídos por todo o país com um impacto positivo já visível nos resultados.

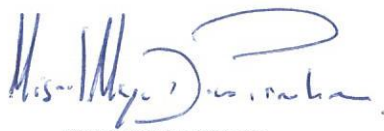
Foram também introduzidas outras iniciativas tendentes ao desenvolvimento não só profissional, mas também pessoal dos Colaboradores, nomeadamente, através da promoção de palestras sobre diversos temas, entre os quais: “Gestão em Complexidade”; “Como Alavancar a Carreira”; “Uma História de superação que Inspira”; “O que os Bancários têm a aprender com os Basquetistas” e “O Impacto Socioeconómico da Ponte Maputo-Katembe”. Estas palestras foram complementadas com outras iniciativas dedicadas à arte e cultura.

Ainda com vista a apoiar na aprendizagem e desenvolvimento das qualificações dos seus quadros, o Millennium bim lançou um programa de atribuição de Bolsas de Estudo para Mestrado e Licenciatura, para os Colaboradores que desejem prosseguir os seus estudos.

O Programa “ Mais Moçambique para Mim” expressa a visão do Banco que ser socialmente responsável é exercer um conjunto de deveres e obrigações em relação à comunidade, criando iniciativas que aprovam o desenvolvimento económico e social do país. O Banco subscreve, desde 2003, os Princípios do Pacto Global da Nações Unidas. O objectivo é contribuir para a construção de um mercado global mais sustentável e partilhar valores que permitam às populações mais pobres e vulneráveis, o acesso a oportunidades. As empresas aderentes devem adoptar e promover um conjunto de valores-chave nas áreas dos Direitos Humanos, Normas Laborais, Ambiente e Combate à Corrupção.



Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonseca
(Presidente)



Miguel Maya Dias Pinheiro
(1º Vice-Presidente)

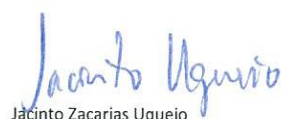


José Reino da Costa
(2º Vice-Presidente)

Maria da Conceição Mota S. O. Callé Lucas
(Administrador)



Manuel Alfredo de Brito Gamito
(Administrador)



Jacinto Zacarias Uqueio
(Administrador)



João Manuel R. T. da Cunha Martins
(Administrador)



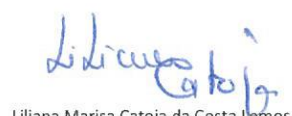
João Nuno Oliveira Jorge Palma
(Administrador)



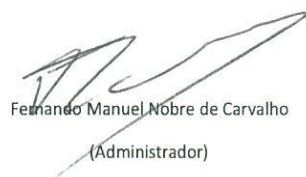
Jorge Octávio Neto dos Santos
(Administrador)



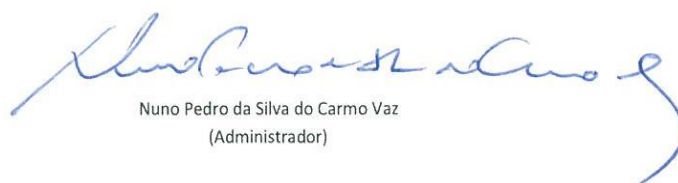
Moisés Jorge
(Administrador)



Liliana Marisa Catoja da Costa Lemos
(Administrador)



Fernando Manuel Nobre de Carvalho
(Administrador)



Nuno Pedro da Silva do Carmo Vaz
(Administrador)

INFORMAÇÕES SOBRE O MILLENNIUM BIM

ESTRUTURA ACCIONISTA

Accionista	Nº Acções	% do Capital	Meticais
			Capital subscrito e
BCP AFRICA SGPS LDA	30.008.460	66,69%	3.000.846.000
Estado de Moçambique	7.704.747	17,12%	770.474.700
INSS - Instituto Nacional de Segurança Social	2.227.809	4,95%	222.780.900
EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, SARL	1.866.309	4,15%	186.630.900
FDC - Fundação para Desenvolvimento da Comunidade	487.860	1,08%	48.786.000
Gestores, Técnicos e Trabalhadores (GTTs) *	2.704.815	6,01%	270.481.500
Total	45.000.000	100,00%	4.500.000.000

* Outros – 1.828 investidores, com participação individual inferior a 1%, adquirida no âmbito do processo de venda de acções do Estado aos Trabalhadores.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	(por nomear)
Vice-presidente	Flávio Prazeres Lopes Menete
Secretário	Horácio de Barros Chimene

Conselho Fiscal

Presidente	Teotónio Jaime dos Anjos Comiche
Vogal	Eulália Mário Madime
Vogal	Daniel Filipe Gabriel Tembe
Vogal Suplente	Maria Iolanda Wane

Conselho de Administração

Presidente	Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonseca
1º Vice-Presidente	Miguel Maya Dias Pinheiro
2º Vice-Presidente	José Reino da Costa
Administrador	Maria da Conceição Mota S. O. Callé Lucas
Administrador	Manuel Alfredo de Brito Gamito
Administrador	Jacinto Zacarias Uqueio
Administrado	João Manuel R. T. da Cunha Martins
Administrador	Jorge Octávio Netos dos Santos
Administrador	Moisés Jorge
Administrador	Liliana Marisa Catoja da Costa Lemos
Administrador	Fernando Manuel Nobre de Carvalho
Administrador	Nuno Pedro da Silva do Carmo Vaz
Administrador	João Nuno Oliveira Jorge Palma

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

ECONOMIA INTERNACIONAL

As previsões económicas da OCDE apontam para um crescimento global de 3.5% em 2017. O FMI prevê um crescimento ligeiramente superior de 3.6%. A retoma do comércio internacional e investimento privado constituem os drivers impulsionadores da aceleração da economia mundial. Prevaecem, no entanto, alguns riscos dos quais se destacam: (i) consequências do Brexit, (ii) tensões políticas na Europa, (iii) fragilidade do sector bancário em alguns países europeus e (iv) abrandamento económico na China.

No mercado petrolífero, a estabilização de preços foram alcançados através do acordo entre os países da OPEP e a Rússia, com vista à redução da produção, tendo por objectivo assegurar maior equilíbrio entre oferta e procura no mercado. Segundo a agência internacional de energia, a perspectiva é de consolidação da recuperação dos preços nos mercados internacionais, suportada no reforço do ritmo de actividade dos principais blocos económicos.

A maior ou menor dinâmica económica nos EUA e na China são de grande relevância, para assegurar a estabilidade dos mercados das *commodities*, dado o seu potencial como consumidores e produtores.

Na região da África Subsariana, o FMI prevê que a retoma económica deverá continuar em 2018, embora haja factores que limitam uma recuperação mais acelerada, nomeadamente a incerteza política nas duas principais economias da região, Nigéria e África do Sul. O crescimento económico deverá atingir 3.4% em 2018, reflectindo essencialmente o bom desempenho das economias exportadoras de petróleo. Contudo persistem também alguns factores de risco, tais como: (i) elevado *stock* de dívida pública e níveis de sustentabilidade e (ii) aumento do crédito mal parado afectando a estabilidade do sector financeiro.

Na África do Sul, o FMI reviu em baixa a estimativa do crescimento económico para 0.7% em 2017, recuperando ligeiramente em 2018 para 1.1%.

Gráfico 1. Economia Global

PIB Real %



Gráfico 2. Evolução do preço do petróleo

Preço (USD/barril)

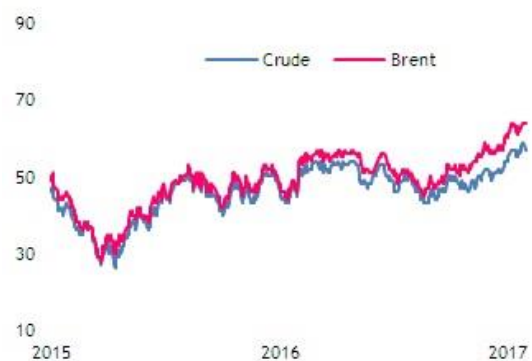


Gráfico 3. África Subsariana

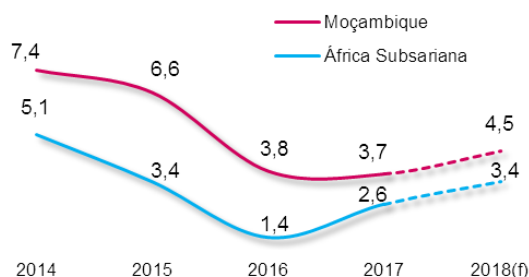
Crescimento do PIB %



ECONOMIA NACIONAL

Produto Interno Bruto mantém trajetória de fraco crescimento

Segundo dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia moçambicana cresceu, em termos reais, 3.7% em 2017, o que representa uma desaceleração de 0.1 pontos percentuais quando comparado com 2016. O desempenho da actividade económica em 2017 foi fortemente impulsionado pelo sector primário que cresceu 9%, com maior destaque para a indústria de extracção mineira que expandiu cerca de 32.4%, justificado pelo aumento da produção da VALE, sustentado pela melhoria das condições logísticas e incremento do preço do carvão no mercado internacional.



O fraco crescimento económico observado em 2016 e 2017 resulta, essencialmente, da crise da dívida soberana (na sequência da revelação dos empréstimos externos não declarados em Abril de 2016), que levou à suspensão do apoio financeiro do FMI e congelamento da ajuda externa, tendo influenciado a adopção de política monetária restritiva e medidas de austeridade fiscal, afectando o crescimento da procura agregada para mínimos históricos.

A actividade empresarial continua a ser afectada pela fraca procura interna, dificuldades de acesso a financiamento, restrições de liquidez no mercado e diminuição do investimento directo estrangeiro. Por outro lado, o nível de concentração na economia também aumentou em 2017, tendo em conta que apenas duas *commodities* (carvão e alumínio) dominam as exportações nacionais e representam a principal fonte de captação de divisas, o que torna a economia vulnerável a choques externos.

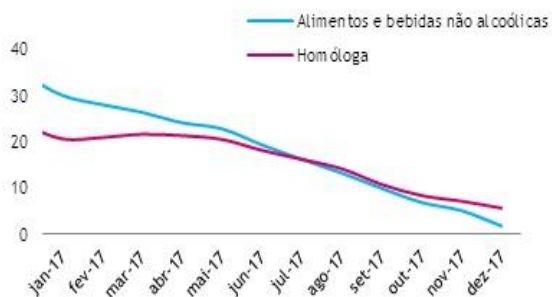
Apesar da evolução favorável da inflação que conduziu ao abrandamento gradual das taxas de juro em 2017, a recuperação económica a médio prazo dependerá dos seguintes factores: (i) desenvolvimento dos projectos de gás natural; (ii) reatamento das negociações com o Fundo Monetário Internacional; (iii) retoma do apoio programático para Orçamento Geral de Estado; (iv) desfecho negocial com os credores internacionais para reestruturação da dívida externa e (v) ambiente político favorável.

Ajustamento de políticas ajudam a estabilizar mercados financeiros

A inflação doméstica desacelerou em termos anuais para 5.7% em Dezembro de 2017 (após um pico de 26.8% em Novembro de 2016), a reflectir a estabilidade da moeda nacional, face às principais divisas transaccionadas no mercado, e a maior oferta de bens alimentares, aliado à melhoria das condições climáticas, num contexto em que a procura interna continuou reprimida, devido aos efeitos do aperto monetário.

Gráfico 5. Taxa de Inflação

Variação percentual



Face ao abrandamento inflacionário, num ambiente de fraca dinâmica da actividade económica, o Banco Central deliberou abrandar a restritividade da política monetária, tendo reduzido em 200pb as taxas de juro de referência, de modo a criar novos estímulos para a economia, sobretudo no alívio do serviço da dívida das empresas e das famílias, bem assim, atenuar as pressões nas contas públicas (redução dos encargos da dívida interna).

Tendo em conta as expectativas de menor pressão inflacionária em 2018, apesar dos riscos existentes (volatilidade dos preços das *commodities* e “*spillovers*”), prevê-se uma postura mais agressiva no corte das taxas de referência no MMI, havendo espaço para o Banco Central rever em baixa 600pb, se as condições económicas evoluírem favoravelmente, principalmente no lado da política fiscal. O efeito *crowding-in* esperado

na economia dependerá de uma melhor coordenação das políticas monetária e fiscal, para ajudar a gerir os desequilíbrios macroeconómicos.

A apreciação do metical, conjugado com o aumento do volume de compras do Banco Central aos Bancos Comerciais, no mercado cambial interbancário, contribuiu para o fortalecimento das reservas internacionais líquidas, que aumentaram para USD 3.038 milhões no final de Dezembro de 2017 (após USD 2.196 em Dezembro de 2016), suficientes para cobrir 7 meses de importações de bens e serviços, excluindo as operações dos grandes projectos.

O défice externo também evidenciou uma melhoria em 2017, tendo reduzido para USD 1.740 milhões (-56.6%), nos primeiros nove meses do ano, justificado pelo efeito combinado do aumento das exportações dos megaprojectos e redução das importações, a reflectir a fraca procura agregada, como resultado das condições monetárias restritivas e queda do investimento directo estrangeiro.

No mercado *FX*, dados até fecho de Janeiro 2018, evidenciam uma ligeira depreciação do metical face ao dólar americano, explicado pelo desfasamento (*mismatch*) entre a procura e a oferta de moeda externa, explicado em parte pelas alterações no regulamento cambial (Aviso 20/GBM/2017), que prevê, entre outras medidas, a isenção da conversão obrigatória de 50% das receitas de exportação. Esta medida regulatória levará a um ajustamento temporário do mercado cambial nos próximos meses, numa altura em que a procura de moeda (importações) continua reprimida devido à conjuntura económica adversa.

Apesar dos progressos alcançados na condução das políticas monetária e cambial, a economia moçambicana continua exposta a riscos sistémicos que limitam o crescimento a curto e médio prazo, com destaque para o elevado endividamento público interno (que ameaça a solidez do sistema financeiro e enfraquece o sector privado), num contexto de incerteza quanto a retoma dos fluxos de ajuda externa destinada ao apoio directo ao Orçamento de Estado. O *rating* de Moçambique mantém-se em incumprimento selectivo, na sequência das sucessivas faltas de pagamento das prestações da emissão de dívida soberana de 2016.

Negociações entre o FMI e Governo

Uma equipa técnica do FMI visitou Moçambique, em finais de 2017, para concluir as discussões no âmbito da consulta ao abrigo do Artigo IV. A missão do FMI recomendou, entre outras medidas, a consolidação fiscal para restaurar a estabilidade macroeconómica, o alívio mais rápido das condições monetárias, tendo em conta a desaceleração da inflação, a um nível mais acentuado do que o esperado, e a adopção de medidas adicionais para restaurar o sector empresarial público de modo a conter os riscos fiscais.

A missão apreciou favoravelmente a aprovação de um Decreto, que estabelece o quadro regulamentar para a emissão de dívida e garantias públicas. Relativamente ao seguimento da auditoria às empresas Ematum, Proindicus e MAM, a missão reiterou a necessidade de preencher as lacunas de informação no relatório da auditoria e tomou nota da recomendação do Governo, para esperar pelo resultado das investigações em curso pela Procuradoria-Geral da República.

Não obstante os resultados positivos alcançados com ajustamento de políticas económicas (monetária, cambial, fiscal) e as reformas legislativas em curso, prevalece a incerteza nas negociações entre o FMI e Governo, com vista à aprovação do novo programa de assistência financeira, no estando certa a sua concretização em 2018, por persistirem lacunas de informação no relatório de auditoria da Kroll e ausência de responsabilização financeira das dívidas contraídas pelas empresas avalizadas pelo Estado Moçambicano.

Solução para reestruturação da dívida pública

O processo negocial de reestruturação da dívida pública externa continua a representar um desafio na gestão das finanças públicas, uma vez que os credores internacionais aguardam com expectativa o desfecho das negociações entre o Governo Moçambicano e o FMI, condição essencial para restaurar a estabilidade macroeconómica e restabelecer a confiança com os parceiros de cooperação.

Desenvolvimentos recentes indicam que o governo de Moçambique está a negociar o alargamento dos prazos de amortização e redução das taxas de juro dos empréstimos externos contraídos pelas três empresas públicas

(Ematum, MAM, Proindicus), tendo o presidente do Banco VTB, manifestado disponibilidade para iniciar conversações com as autoridades moçambicanas, com vista à reestruturação da dívida soberana. A apreciação cambial contribuiu para a diminuição do rácio da dívida sobre o PIB (previsão 2017: 88%), mas o endividamento externo de Moçambique continua insustentável “*debt distress*”, de acordo com os parâmetros definidos pelo FMI.

Segundo uma nota de análise do Banco Mundial, “Moçambique deve reestruturar a sua dívida o quanto antes para reduzir incerteza. O governo moçambicano devia reestruturar a sua dívida o mais depressa possível, para clarificar a situação macroeconómica do país e voltar a ter um crescimento robusto”. A viabilidade do plano de reembolso da dívida externa continua suportado pelas expectativas a longo prazo das receitas dos projectos de gás natural (áreas 1 e 4 desenvolvidos pelos consórcios da Anadarko e ENI), que permitirão gerar mais-valias para os cofres do Estado, de modo a atenuar as pressões fiscais e reduzir o défice público.

Sistema Financeiro Moçambicano

No primeiro trimestre de 2017, com o objectivo de reforçar o mecanismo de definição das taxas de juro, no mercado como um todo, e torná-lo mais transparente, o Banco de Moçambique criou a taxa MIMO, a taxa de juro de política monetária, uma variável instrumental do mecanismo de intervenções no Mercado Monetário Interbancário, em substituição da base monetária, até então a variável operacional da política monetária.

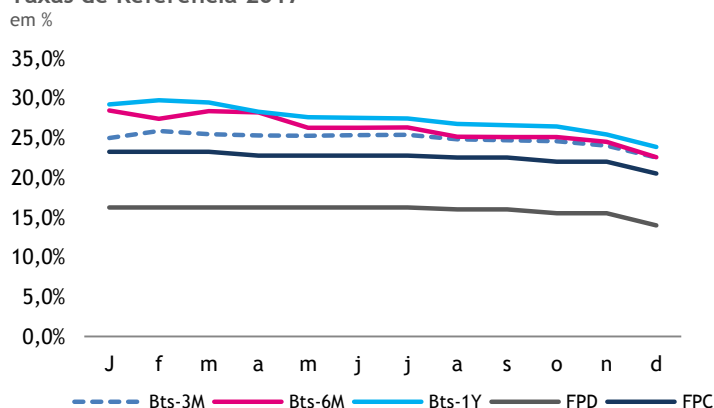
Esta taxa, MIMO, constitui a base para a determinação do indexante único que todos os Bancos se comprometeram a adoptar no processo de determinação das taxas de juro de empréstimo, através do acordo rubricado entre o Banco de Moçambique, os bancos comerciais e a Associação Moçambicana de Bancos. A partir desse indexante, o sistema financeiro passou a ter uma taxa de juro prime uniforme.

Também nessa altura, o Banco de Moçambique, introduziu o princípio de taxa de câmbio de referência única, que resulta da taxa de câmbio média aplicada pelos bancos, nas operações com os seus clientes. Na perspectiva de tornar o sistema financeiro mais robusto e sólido, no âmbito das medidas prudenciais, reforçou os capitais mínimos para as instituições de crédito, com destaque para o capital social mínimo dos bancos, alterou a composição dos fundos próprios das instituições de crédito, elevou os rácios e limites prudenciais das instituições de crédito, com destaque para o incremento do rácio de solvabilidade dos bancos, introduziu o rácio de liquidez para monitorar níveis de liquidez no sistema bancário e a obrigatoriedade de os bancos publicarem regularmente a informação sobre os seus níveis de solvabilidade e de liquidez.

Taxas de referência

Em Outubro de 2017, o Banco de Moçambique dá o primeiro sinal de abrandamento da política fortemente restritiva, iniciada um ano antes, ajustando, em baixa, a taxa MIMO em 50 bp e em 100 bp o nível das reservas obrigatórias, tanto em moeda nacional como em dólares americanos, para as restantes divisas. No final do ano, num ambiente de rápida desaceleração da inflação homóloga, para a banda de um dígito (7.15% em Novembro), e de um crésimo do PIB abaixo dos 3%, bem longe da média de 7% da última década, o Banco de Moçambique acentua o abrandamento da política monetária restritiva, baixando a taxa MIMO em 150 bp.

Taxas de Referência 2017

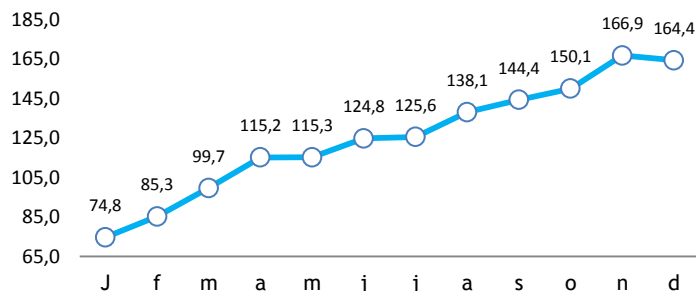


Liquidez do Sistema

No final de 2017 o elevado excesso de liquidez do mercado monetário, visível no montante vivo de Bilhetes de Tesouro, em Novembro de 2017, reflectia o forte abrandamento do crédito, com uma queda anual em torno do 11.5%, o efeito das compras líquidas de divisas pelo Banco de Moçambique e ainda a redução do coeficiente de reservas obrigatórias em 100 pb, decidido em sede de CPMO, em Outubro último.

Liquidez do Sistema

Mil milhões de MZN



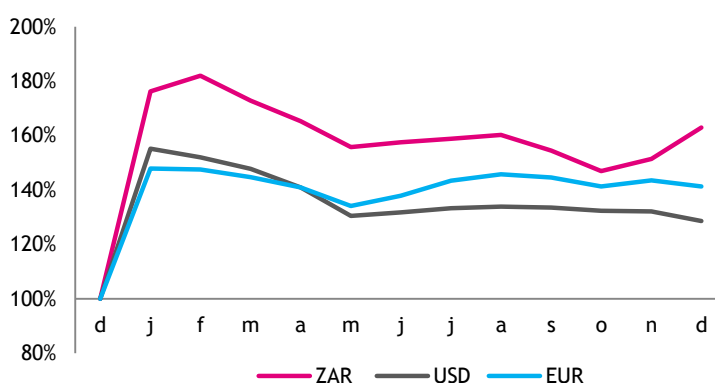
Evolução das principais divisas face ao metical

Ao longo de 2017, a volatilidade da taxa de câmbio do metical, face às principais moedas internacionais transaccionadas no mercado cambial moçambicano, reduziu-se substancialmente.

O metical registou uma forte recuperação da cotação contra o dólar dos Estados Unidos da América, que baixou de quase 70.5 meticais em Dezembro de 2016, para cerca de 58.5 meticais por dólar dos Estados Unidos da América, no final do ano.

Evolução das principais divisas

Versus MZN, base 100



Taxas de referência do Banco de Moçambique no final de 2017
USD/MZN 59,02, EUR/MZN 70,70 e ZAR/MZN 4,79.

Na origem da valorização do metical, face às principais divisas internacionais, está a melhoria das exportações moçambicanas ligadas à indústria extractiva que, conjugada com o forte abrandamento do crescimento da economia e consequente retracção da procura de divisas do sector importador, permitiu ao banco central a compra líquida de 711M de USD ao mercado.

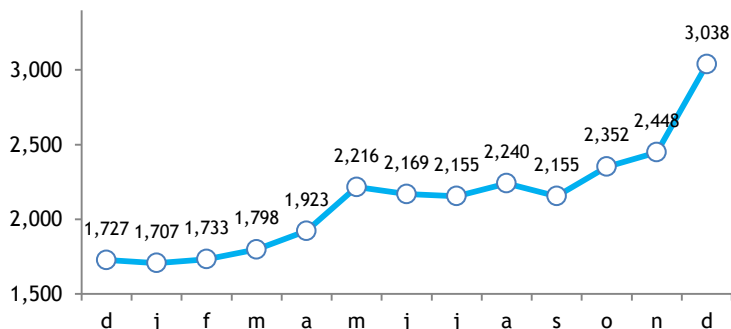
Também a introdução da taxa de câmbio de referência e do princípio de unicidade de taxa de câmbio favoreceu o desiderato de estabilidade cambial.

Evolução do saldo das reservas internacionais líquidas

Dados referentes a 31 de Dezembro de 2017 apontam para um saldo das Reservas Internacionais Líquidas (RIL) de USD 3.038 milhões. Em termos de Reservas Internacionais Brutas (RIB) o saldo passou para USD 3.294 milhões, valor suficiente para cobrir 7,3 meses de importações de bens e serviços não factoriais, excluindo as dos grandes projectos.

Reservas Internacionais Líquidas

Mil milhões de USD

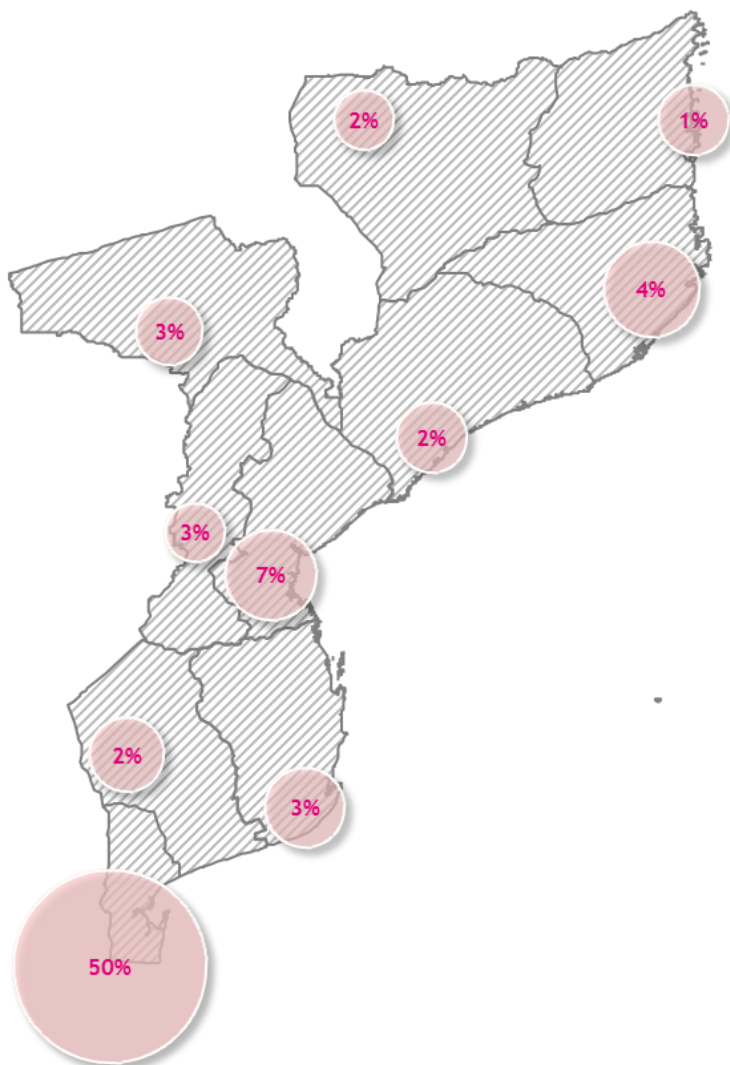


O BANCO

A REDE MILLENNIUM BIM

Rede de Balcões

% Por província



	 Clientes	 Balcões	 ATM	 POS
Zona Norte	263.550	37	101	1.321
Zona Centro Interior	184.338	18	54	755
Zona Centro	331.877	29	86	1.188
Zona Sul	1.030.247	102	263	6.262
	1.810.012	186	504	9.526

VISÃO, MISSÃO, VALORES E ESTRATÉGIA

Visão

O Millennium bim é um Banco universal, que aposta na criação de valor a todos os segmentos de mercado, procurando ter uma presença assente na excelência, qualidade e inovação na distribuição de produtos e serviços financeiros. Procura ser um Banco de referência no serviço ao Cliente e tem como um dos seus principais objectivos atingir um nível de eficiência superior, traduzido no compromisso de continuar a melhorar o seu rácio de eficiência através de uma gestão criteriosa do capital e dos custos.

Missão

Contribuir para a modernização e desenvolvimento do sistema financeiro e da economia moçambicana, mediante a comercialização de produtos e serviços financeiros inovadores e personalizados, concebidos para satisfazer a globalidade das necessidades e expectativas financeiras dos diferentes segmentos de mercado, com padrões de qualidade e de especialização superiores.

Valores da Empresa

O Grupo Millennium bim rege-se pelo Respeito pelas pessoas e instituições, operando com Vocação de Excelência num óptica contínua de Enfoque no Cliente, numa relação mútua de Confiança e seguindo claros padrões de Ética e Responsabilidade.

Estratégia

- Contribuição empenhada para o relançamento da bancarização da economia moçambicana;
- Manutenção de elevados níveis de satisfação, fidelização e envolvimento com os Clientes;
- Expansão da base de Clientes e dos patrimónios sob gestão nas áreas de negócio tradicionais;
- Promoção de novas iniciativas em áreas com elevado potencial de crescimento;
- Posicionamento na vanguarda, através da exploração de novas oportunidades de negócio criadas pelas novas tecnologias;
- Consolidação da liderança tecnológica sectorial e regional;
- Melhoria sustentada dos níveis de rendibilidade e de solidez financeira;
- Valorização, motivação e compensação dos Colaboradores;
- Maximização de valor para os Accionistas.

PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Responsabilidade social – “Mais Moçambique pra Mim”

Desde 2006, o Millennium bim apoia e desenvolve projectos, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, através do seu programa de responsabilidade social, Mais Moçambique para Mim. A estratégia de actuação centra-se no desenvolvimento de um conjunto de iniciativas, que apostam no capital humano como motor para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Princípios orientadores da responsabilidade social do Banco



O Banco subscreve, desde 2003, os Princípios do Pacto Global da Nações Unidas. O objectivo é contribuir para a construção de um mercado global mais sustentável e partilhar valores que permitam às populações mais pobres e vulneráveis, o acesso a oportunidades. As empresas aderentes devem adoptar e promover um conjunto de valores-chave nas áreas dos Direitos Humanos, Normas Laborais, Ambiente e Combate à Corrupção

Desporto

Torneio Mini Basquete Millennium bim

Na sua 12ª edição participaram 1.400 atletas, entre os 6 e os 11 anos, de escolas, clubes e bairros de 11 cidades do país: Maputo, Matola, Xai-Xai, Inhambane, Chimoio, Manica, Beira, Quelimane, Tete, Nampula e Nacala. Em parceria com a Musiarte – Conservatório de Música e Arte Dramática, foram organizadas várias oficinas culturais em simultâneo com as actividades desportivas. Na festa de encerramento, sob a orientação da Soprano Stella Mendonça, os atletas apresentaram uma peça musical, acompanhados dos instrumentos que fizeram nas várias oficinas, construídos a partir de lixo reciclável.

Corrida Helpo

O Millennium bim voltou a apoiar mais uma edição da corrida solidária Helpo Moçambique. Participaram cerca de 600 crianças, sob a orientação experiente da embaixadora da prova, Vanessa Fernandes, campeã portuguesa de triatlo.

Fundação Clarisse Machanguana

O Banco apoia a Fundação Clarisse Machanguana, que, através da prática do Basquetebol, desenvolve projectos de sensibilização junto a crianças e jovens, para questões sobre sexualidade e HIV-Sida.

Educação

Olimpíadas Bancárias

Projecto de literacia financeira, que tem como objectivo introduzir conceitos financeiros e capacitar alunos e professores de conhecimentos sobre uma gestão financeira responsável e criação de projectos de empreendedorismo. Através de *workshops*, ministrados na Sede do Banco, foram apresentados e discutidos temas como empreendedorismo, poupança, seguros e voluntariado social. Nesta 8ª edição, e com a participação de 400 alunos de 10 escolas secundárias, o projecto inseriu, pela primeira vez, o tema do Voluntariado. Os alunos colocaram a teoria em prática e desenvolverem um projecto em conjunto: criação de uma biblioteca na Escola Primária da Coop, em Maputo. O projecto vencedor, o “Mega Explicações Online”, da Escola Secundária da Namaacha, será implementado no início do ano lectivo de 2018 com o apoio do Banco.

Poupança

O projecto “A Poupança nas Escolas” realizou-se em 34 escolas das províncias de Inhambane, Tete, Sofala, Nampula e Maputo. Abrangeu cerca de 2.500 alunos. Entre outras actividades, foram realizados *workshops*, acções de formação para professores e alunos, e trabalhos manuais, criados a partir de material reciclado, alusivos ao tema.

“Uma Cidade Limpa pra Mim”

O objectivo deste projecto é sensibilizar os alunos para a importância do tratamento do lixo, reciclagem e limpeza da cidade. Cada escola possui, nas suas instalações, uma estação de reciclagem onde é feita a correcta triagem do lixo que alunos e professores depositam. A limpeza da escola, cidade e a realização de materiais

educativos alusivos a temas ambientais, são algumas das actividades realizadas por professores e alunos nos clubes do Ambiente.

“Brincando sem fronteiras”

O Millennium bim apoiou a 2ª edição do Festival de Actividades Lúdicas - Brincando sem fronteiras, um projecto do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano que proporciona a crianças dos 6 e os 12 anos, portadoras de deficiência, a prática do exercício físico, com jogos e brincadeiras que trabalham a sua relação interpessoal, o respeito, a tolerância, a auto-estima, entre outros valores.

“Musiarte”

O projecto Musiarte - Conservatório Nacional de Música e Arte Dramática, criado em 2014 pelas conceituadas cantoras de Ópera, Stella Mendonça e Sónia Mocumbi. O Musiarte conta com o Millennium bim como principal patrocinador. Este projecto de educação musical tem como objectivo contribuir para um ensino musical de qualidade, identificar e promover jovens talentos de todos os extractos sociais.

Parque Nacional da Gorongosa

O Millennium bim assinou um protocolo com o Clube Empresarial da Gorongosa, apoiando directamente o programa “Clubes de Raparigas”. Este programa incide directamente no combate ao elevado índice de casamentos precoces e abandono escolar, através da dinamização de actividades sobre a educação das raparigas, a sua segurança pessoal, a nutrição e o acesso ao planeamento familiar.

Fundação *Girl Move*

Apoio à Fundação *Girl Move*, através do Programa Avançado de Liderança e Empreendedorismo Social. O objectivo é formar e capacitar jovens licenciadas para serem agentes de desenvolvimento social, económico e político das suas comunidades e do país.

Ambiente

Caixotes do Lixo – Projecto desenvolvido em parceria com o ISARC - Instituto Superior de Artes e Cultura, e pelo 2º ano consecutivo, de decoração e pintura de caixotes do lixo na cidade de Maputo. Estes caixotes, decorados com diferentes motivos alusivos à fauna, cidadania, urbanismo e elementos da cultura tradicional moçambicana, foram pintados por alunos do 2º ano, do curso de Artes Visuais da Faculdade de Artes.

Árvore de Natal - A Árvore de Natal Ecológica do Millennium bim, é o resultado da recolha e reciclagem de 7.000 garrafas plásticas que alunos e professores juntaram nas suas escolas, no âmbito do projecto Uma Cidade Limpa pra Mim. Com 7 metros de altura e fixada numa zona central da capital, esta árvore representa o trabalho colectivo das 10 escolas participantes no projecto.

Desenvolvimento Comunitário

Ciclone Dineo - Oferta de mais de 9 toneladas de material de construção ao Governo da Província de Inhambane, para ajuda às comunidades afectadas pelo ciclone tropical Dineo, que atingiu a costa litoral sul de Moçambique, provocando danos graves em diversas infra-estruturas, deixando várias famílias sem condições mínimas de sobrevivência.

Voluntariado Empresarial

O Millennium bim Responsável, projecto de voluntariado empresarial do Banco, envolve Colaboradores e seus familiares em acções de interesse social e comunitário, concretizando projectos estruturantes em instituições sem recursos humanos e financeiros para os implementar.

Este ano, participaram 180 Colaboradores em 7 acções, num total de 1.080 horas. Destaca-se a criação de 3 bibliotecas escolares nas Escolas Primárias de Nacala (Nampula), Impire (Cabo Delgado) e Jardim (Maputo). Também o Berçário 2, da Unidade de Neonatologia do Hospital Central de Maputo, contou com uma profunda intervenção nas suas instalações, melhorando, de forma efectiva, as condições de acolhimento e tratamento dos bebés com necessidade de cuidados de saúde. Uma referência ainda ao projecto “Sopa Solidária” da Associação Makobo, onde os colaboradores confeccionaram a sopa e fizeram a sua distribuição em várias artérias da cidade de Maputo, a cerca de 400 pessoas, na sua maioria crianças e idosos.

ACTIVIDADE DO MILLENNIUM BIM EM 2017

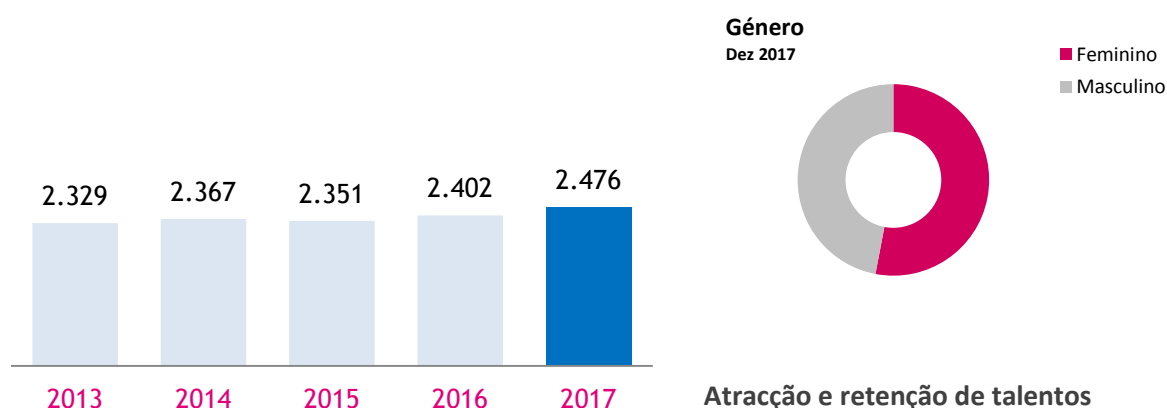
COLABORADORES

Caracterização Demográfica

No final de 2017, o Millennium bim contava com uma equipa de 2.476 Colaboradores, mais 2.5% do que no ano anterior, distribuídos 68% pela área comercial e os restantes 32% pelos Serviços Centrais.

Constituído por uma equipa com uma média de 35 anos de idade e 10 de antiguidade, o Millennium bim apresenta uma distribuição por género de 53% de mulheres e 47% de homens. Ao longo de 2017, manteve-se a aposta feita, em especial, nos últimos anos, no recrutamento de quadros jovens com formação superior ou com frequência do ensino superior que representaram a maioria das admissões, em particular, para a área comercial, incluindo os novos Balcões.

Evolução ao longo do tempo



Atracção e retenção de talentos

Em 2017, manteve-se a aposta na mobilidade interna, através da Bolsa de Oportunidades, com a divulgação de 50 novos desafios, sendo 44 para os Serviços Centrais e 6 para a Área Comercial.

No que diz respeito às iniciativas para atracção de talentos, foi assinado um memorando de entendimento entre o Millennium bim e a Embaixada de Moçambique em Portugal para identificação de jovens talentos moçambicanos residentes em Portugal que pretendessem regressar a Moçambique e contribuir assim para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Foi lançada a 3.ª edição do programa “People Grow”, com a assinatura de campanha “Dá o passo certo rumo ao teu futuro”, que teve uma identidade visual e plataforma própria, peoplegrow.millenniumbim.co.mz. O programa contou com palestras nalgumas das principais Universidades do país, tendo recebido cerca de 1.200 candidaturas.

Formação e Desenvolvimento do Colaborador

No âmbito da aprendizagem e Desenvolvimento dos Colaboradores, este ano fica marcado pelo lançamento da Millennium bim Academia (MBA), criada com o propósito de reforçar as competências e qualificações profissionais dos quadros do BIM num ambiente de aprendizagem contínua, caracterizado pela partilha de conhecimento.

Neste primeiro ano, merece destaque o programa de formação na área comercial “Encantar Clientes e Vender Soluções”, com o qual se procurou reforçar competências, particularmente ao nível do serviço ao cliente. Este programa abrangeu todo cerca de 130 balcões *Mass Market*, distribuídos por todo o país, com um impacto positivo já visível nos resultados.

Foram também introduzidas outras iniciativas tendentes ao desenvolvimento não só profissional, mas também pessoal dos Colaboradores, nomeadamente, através da promoção de palestras sobre diversos temas, entre os quais: “Gestão em Complexidade”; “Como Alavancar a Carreira”; “Uma História de superação que Inspira”; “O que os Bancários têm a aprender com os Basquetistas” e “O Impacto Socioeconómico da Ponte Maputo-Katembe”. Estas palestras foram complementadas com outras iniciativas dedicadas à arte e cultura.

Ainda com vista a apoiar na aprendizagem e desenvolvimento das qualificações dos seus quadros, o Millennium bim lançou um programa de atribuição de Bolsas de Estudo para Mestrado e Licenciatura, para os Colaboradores que desejem prosseguir os seus estudos.

Gestão da Avaliação de Desempenho

De modo a tornar o SAID, Sistema Avaliação Individual do Desempenho, cada vez mais eficiente e ajustado às novas exigências, foram adicionadas às iniciativas de melhoria introduzidas em 2016, novas medidas com vista a torná-lo ainda mais efectivo, alinhado com a estratégia do grupo.

Dessas iniciativas, destaca-se a introdução da reunião de calibração, o alinhamento dos objectivos com o Sistema de Incentivos à Rede e o facto dos níveis de Satisfação do Cliente Interno e do Clima organizacional passarem a fazer dos objectivos de um número mais alargado de Colaboradores.

Experiência do Colaborador

Nos últimos tempos, tem-se vindo, de acordo com as necessidades identificadas, a implementar um conjunto de acções para melhorar a experiência dos Colaboradores. A dispensa do uso da gravata nos serviços centrais, a disponibilização de refeições no centro social, incluindo o serviço de *take-away* para o jantar, a criação do Clube Millennium bim são exemplos disso.

Com o objectivo de melhorar ainda mais a experiência dos Colaboradores, foi lançado o desafio “Melhorar a Experiência do Colaborador”, em que todos foram desafiados a darem ideias, que serão agora objecto de votação por forma a identificar aquelas que serão implementadas.

Saúde e bem-estar dos Colaboradores

No âmbito da promoção da saúde e bem-estar do Colaborador, um vasto e diversificado leque de iniciativas de carácter desportivo e social fizeram parte da agenda de actividades desenvolvidas pelo Gabinete dos Assuntos Sociais, Gabinete de HIV e Clube Millennium bim.

Relativamente aos assuntos sociais destaca-se: (i) Treinamento para atendimento de assuntos sociais em todos os balcões da Região Sul; (ii) Apoio aos colaboradores nas situações de endividamento; (iii) Realização de Palestras sobre Violência Doméstica em 6 províncias; e (iv) Oferta de cerca de 2500 presentes de Natal para os filhos de colaboradores.

Ao nível do Gabinete de HIV, realizaram-se as seguintes iniciativas: palestras acompanhadas de sessões de Aconselhamento e Testagem em Saúde; Formação de Educadores Pares em matéria de Pontes de Esperança; Contratação dos serviços Farmacêuticos para fornecimento de Anti-Retrovirais; e Realização de testagem em saúde no edifício sede no Dia Internacional de combate ao HIV.

Ainda em 2017, como resultado do reconhecimento por parte do sector empresarial do envolvimento na sensibilização para a mudança de comportamento, testagem e encorajamento na luta contra o HIV, o Millennium bim foi nomeado para a presidência da EcoSIDA - Associação dos Empresários para Saúde e Bem-Estar do Trabalhador.

Ao nível do Clube Millennium bim, mais de 200 Colaboradores participaram em diferentes actividades desportivas como o atletismo, basquetebol, futsal, futebol 11, vólei e xadrez, representando as cores do Millennium bim e tendo-se sagrado vencedores em várias destas modalidades.

ANÁLISE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO

No ano de 2017 assistiu-se a uma evolução positiva na estratégia de expansão do Banco, o que possibilitou o acesso a produtos e serviços financeiros por grande parte da população, incluindo aquela que se encontra em zonas rurais. A abertura de novos Balcões, parte deles ao abrigo da parceria com os Correios de Moçambique (com integração dos Balcões Millennium bim nas instalações dos CdM), o alargamento da rede de Agentes Jáá e o desenvolvimento de novas funcionalidades nos canais bancários electrónicos, ATM e POS, foram determinantes para que, hoje, o Banco esteja presente nas 11 províncias do país, cobrindo 164 Distritos. O Millennium bim foi o primeiro Banco a estar presente em todos os distritos de Moçambique.

Segmentos de Negócio

Em resposta ao exigente contexto sócio-económico de Moçambique, o Banco implementou o projecto de reestruturação de toda a rede comercial, desenhado em 2016, e respectivo reenquadramento da sua base de Clientes. Esta iniciativa garantiu uma maior proximidade aos Clientes - Particulares e Empresas – com uma proposta de valor mais adequada a cada segmento/ Cliente. Em paralelo, foi realizado um forte investimento na formação dos Colaboradores da área comercial garantindo uma completa integração e alinhamento entre todos os intervenientes no processo.

Inovação, Produtos e Campanhas

Cientes da importância das PME para o desenvolvimento da economia, foi dada continuidade ao Programa Mlider, uma iniciativa que distingue e certifica as melhores PME, Clientes do Millennium bim, em cada ano. A esta certificação soma-se o acesso a uma oferta diferenciada, de produtos e serviços financeiros e não financeiros, que auxiliam no desenvolvimento do negócio.

Foram lançados cartões de débito e crédito Platinum, exclusivos para o segmento Private, e cartões Corporate e Business para o segmento Empresas. Na captação de recursos, foi também implementado o depósito a prazo “Depósito Cresce Já” e reformulado o Plano Poupança Saúde. Também para os Colaboradores, a oferta foi reformulada, com o lançamento do “Depósito Colaboradores”, com taxas atractivas e condições especiais de subscrição.

A estratégia de penetração do Mobile Banking foi reforçada, via implementação da campanha “free of charge” e o lançamento de novas funcionalidades. Neste ponto destaca-se: (i) o alargamento da base de produtos e serviços a adquirir ou pagar via IZI, o (ii) “Levantamento IZI”, funcionalidade para levantamentos em numerário nas ATM ou POS sem utilização de qualquer cartão de débito ou crédito e (iii) e a subscrição do Seguro de Viagem nesta plataforma.

O site Internet Banking também foi alvo de um forte investimento em segurança na área transaccional, com a introdução da funcionalidade “Captcha” no processo de login ao site para Clientes Particulares e Empresas. Em alinhamento com o processo de reestruturação da rede comercial, foi criado o site dedicado aos Clientes Prestige, com toda a informação sobre a oferta de produtos e serviços para este segmento.

No crédito ao consumo, para os funcionários públicos foi criado o serviço de retenção na fonte da prestação, efectuado no processamento do seu salário, sendo a prestação entregue ao Banco directamente via Ministério das Finanças.

O ano de 2017 foi encerrado com a inauguração do primeiro “Balcão Inovação”, um espaço dotado da mais alta tecnologia, onde os Clientes podem usufruir de uma verdadeira experiência digital tendo ao seu dispor uma mesa interactiva para consulta de informação, uma área de demonstrações de produtos e serviços via *tablets* e *smartphones* e ATM de depósitos de numerário e emissão de novos cartões de débito não personalizados. Tudo isto com o apoio de um gestor de acolhimento e áreas de atendimento onde os tradicionais balcões deram lugar a um novo mobiliário que reforça a proximidade entre Colaborador e Cliente.

Ao nível da comunicação foram definidos ciclos de comunicação, sendo de destacar a veiculação das seguintes campanhas:

- “Oferta Jovem”, uma solução financeira dirigida aos mais jovens;
- “Segmento Prestige”, que comunica a proposta de valor desta rede com especial foco no atendimento personalizado, salas que garantem maior privacidade e *wi-fi* gratuito nos Balcões;
- “Mlíder”, destinada à sensibilização das Empresas para a necessidade de uma gestão controlada e incentivo para todas as certificadas;
- “Depósito a Prazo Cresce Já”;
- Canais Bancários Electrónicos e suas novas funcionalidades.

Nas redes sociais, e após 18 meses de presença no *Facebook*, aumentou-se a partilha de informação e conteúdos, o que permitiu o Banco atingir os 270 mil fãs. Quanto ao Canal *Youtube*, o mesmo tem sido uma plataforma de excelência para a partilha de vários projectos, com particular ênfase nos vídeos tutoriais que apoiam os Clientes na utilização de alguns produtos e serviços do Banco.

Com o objectivo de reforçar o apoio ao desenvolvimento sustentável do país, o Millennium bim patrocinou o Projecto Mozefo e organizou os Encontros Millennium. O projecto Mozefo é uma iniciativa que visa promover o debate de ideias entre oradores nacionais e internacionais de vários sectores de actividade, com a presença da sociedade civil. Mais restrito, organizado em parceria com o IPEME e BEI, os Encontros Millennium foram dirigidos a empresários de PME. Realizaram-se em Chimoio e Tete, com uma clara intenção de descentralizar iniciativas desta natureza.

Expansão da Rede, Captação e Fidelização de Clientes

A estratégia de expansão da rede de balcões foi assente em 3 pilares:

- Construção de Balcões “de raiz”, em áreas de menor inclusão financeira;
- Consolidação da parceria com os Correios de Moçambique, mantendo a recuperação dos edifícios desta instituição, contribuindo para a valorização do património nacional e ajustando o espaço interior dos mesmos à prestação de serviços de correios e bancários;
- Expansão da rede de Agentes Jájá (e.g. em estabelecimentos comerciais), que representam o Banco na oferta de produtos e serviços previamente definidos.

Uma vez que o ritmo de vida é cada vez mais elevado e exigente, temos mais Balcões e Agentes Jájá abertos ao Sábado, para ir ao encontro das necessidades dos Clientes.

Para um maior acompanhamento da performance diária e da relação do Cliente com o Banco, foram disponibilizados, a toda a rede comercial, novos aplicativos informáticos (e.g. “*Millepac*” e “*Bom Dia*”). Estas ferramentas permitem avaliar o grau de envolvimento do Cliente com o Banco, definir estratégias pró-activas de actuação e monitorar a todo o instante os objectivos comerciais definidos.

Prestige e Private

Este foi um ano marcado pela implementação de novos critérios de enquadramento dos Clientes nos segmentos, de acordo com o seu perfil e grau de envolvimento com o Banco. O objectivo é oferecer um serviço cada vez mais personalizado e distintivo, onde a qualidade do acompanhamento realizado pelos gestores assume particular relevância. Dado o elevado número de Clientes pertencentes ao segmento Prestige, o Banco aumentou a sua rede de Balcões deste segmento, inaugurando novas instalações e reforçando a proximidade juntos dos Clientes.

Empresas

Num contexto particularmente adverso a nível económico, o Banco manteve-se em contra-ciclo e investiu na robustez da sua rede de Empresas. Foram desenvolvidos produtos e serviços mais adequados e inaugurados mais Balcões, para fazer face à necessidade de apoiar, cada vez mais, as PME. Para facilitar a gestão financeira

das Empresas, foram ainda actualizadas plataformas tecnológicas de apoio ao Cliente – *Internet Banking* – e criadas soluções financeiras relevantes de apoio à tesouraria e seguros.

Corporate

Após uma avaliação exaustiva sobre a estrutura desta rede e o comportamento do mercado face ao contexto económico e impacto associado aos Mega-projectos, o Banco decidiu redimensionar esta rede capacitando – a, para a aquisição de mais negócio junto dos grandes *tickets*. Foram realizados pequenos-almoços com os principais Clientes, uma dinâmica pró-activa de aquisição de negócio. Neste momento, o Banco possui Balcões Corporate em Maputo, Beira, Nampula e Nacala.

ATM, POS e CARTÕES

Mais fortes e mais seguros, o Millennium bim é a única instituição financeira em Moçambique a ser certificada pelo PCI-SSC (*Payment Card Industry – Security Standards Council*) pelos sistemas de segurança aplicados à utilização dos cartões de crédito.

Foram também implementadas novas *ATM*, para depósitos em numerário junto a áreas de grande afluência populacional, minimizando a necessidade dos Clientes se dirigirem aos Balcões para efectuarem esta operação. Contudo, a grande inovação de 2017 centra-se na máquina de troca de cartões não personalizados e em fim de prazo, por cartões novos. Tudo é realizado numa *ATM*, de forma rápida, intuitiva e segura.

O parque de POS foi amplamente alargado e a família de cartões de débito e crédito cresceu com o lançamento dos cartões Platinum e cartões para empresas.

Presente em todos os distritos do país, o Banco conta com:

- Mais de 500 *ATM*;
- Mais de 9.500 POS;
- Mais de 320 Agentes Jájá;
- Mais de 1.5 cartões activos (débito e crédito).

Estes números são o reflexo claro da aposta do Millennium bim em estar mais próximo do Cliente e habilitá-lo com produtos e serviços que facilitem o seu dia-a-dia.

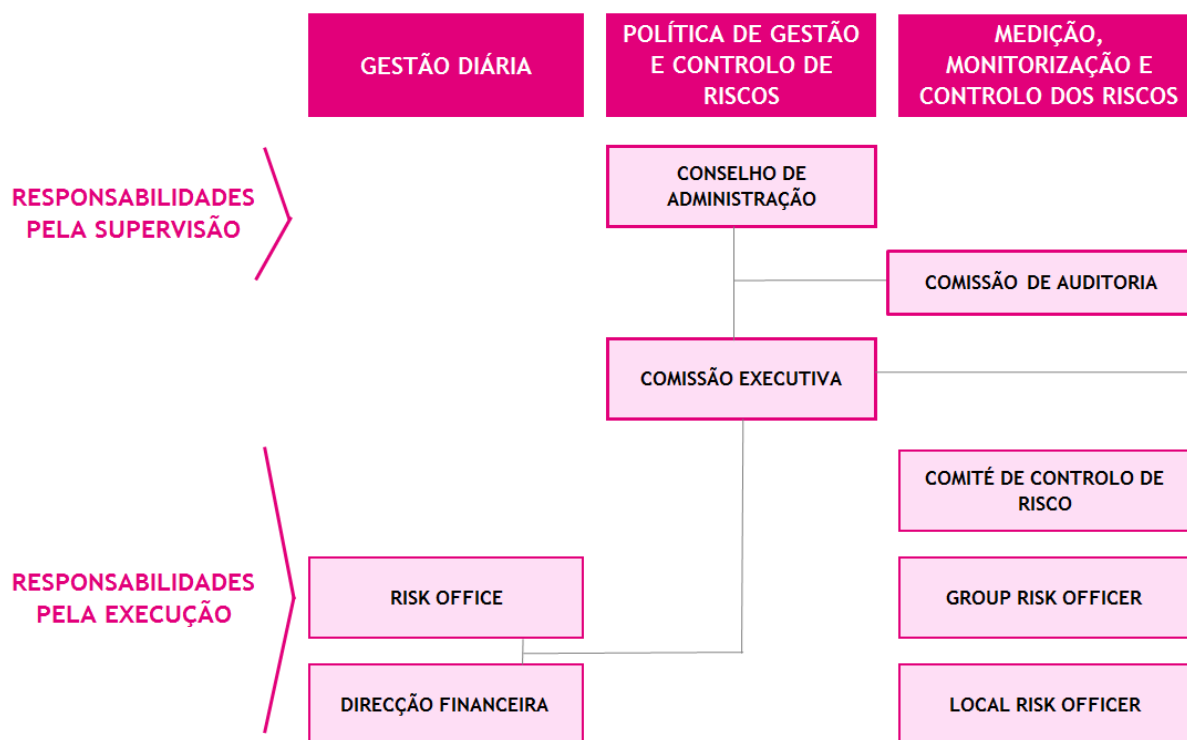
Canais bancários electrónicos

O *site*, o *mobile* e a linha de atendimento ao Cliente são 3 fortes plataformas que reforçam a relação Banco-Cliente. Em 2017 o *site* apresentou uma estrutura de melhor navegabilidade, menus mais intuitivos e de fácil consulta. Foram disponibilizadas novas ferramentas, como é o caso de simulador de crédito e manteve-se a aposta em “*Internet Segura*”, com a introdução do sistema *Captcha*. Quanto ao *mobile banking*, foi implementada a versão *Smart IZI* para *tablets*, com sistema *Android* e *IOS*. Através desta ferramenta o Cliente pode bloquear e desbloquear de cartões de crédito e débito, solicitar um sistema de gestão de alertas, subscrever o Seguro Viagem.

GESTÃO DE RISCO

O Sistema de Gestão de Riscos (SGR) do Millennium bim continua a ser reforçado e consolidado, tanto no que se refere aos mecanismos de controlo e de monitorização dos diversos riscos que incidem sobre as actividades desenvolvidas, como no que diz respeito à respectiva medição e avaliação.

O Governo de Gestão de Risco do Millennium bim com estrutura abaixo, garante o controlo do risco integrado da Instituição:



Risco de crédito

O risco de crédito está associado à ocorrência de perdas resultantes do não cumprimento, pelos tomadores de empréstimos, ou dos emissores de títulos ou ainda das contrapartes de contratos, das suas obrigações financeiras nos termos acordados. Ao nível deste risco, o *Risk Office* tem desenvolvido acções visando, identificar, mensurar, controlar este risco.

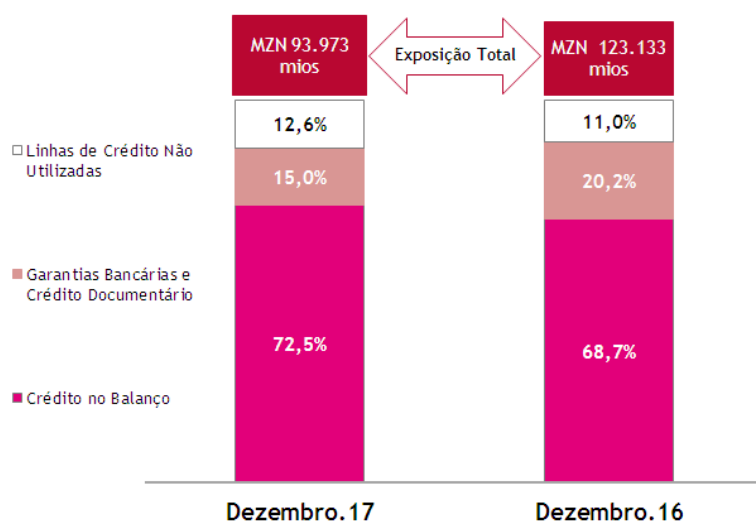
Neste âmbito foram desenvolvidas várias actividades sendo de destacar as seguintes:

- Consolidação do processo de cálculo dos índices de concentração (ICI e ICS);
- Matriz de controlo e Acompanhamento das Decisão do CCR, dos planos de acção para mitigação de desvios verificados face às métricas da RAS;
- Capacitação em matérias específicas de análise, gestão e controlo integrado dos riscos de crédito;
- Implementação do novo modelo de cálculo de imparidade do crédito e, a respectiva metodologia de cálculo dos Parâmetros de Probabilidade *Default* (PD) e, *Loss Given Default* (LGD), mais robustos;
- No âmbito do IFRS 9, foi efectuado o primeiro ensaio do impacto das perdas por imparidade do crédito com base no modelo actual e na IAS 39.

EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito bruto registou uma redução da exposição total de ordem de 23.7%, decorrente da apreciação do metical face ao dólar.

A segregação da exposição ilustra a evolução da composição do risco de crédito do Millennium bim, em conformidade com as estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade.



PRINCIPAIS INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

Evolução trimestral dos principais indicadores do nível de crédito com sinais de risco e de cobertura da exposição do crédito, Dez.16 ao Dez.17:

	dez-17	set-17	jun-17	mar-17	dez-16
Expos. Créd. vencido > 90 dias / Expos.Total	14,2%	15,3%	14,8%	7,4%	4,5%
NPL > 90 dias / EAD	12,5%	12,4%	12,3%	6,5%	4,8%
Imparidade / Crédito Total	9,7%	9,3%	9,0%	8,1%	7,3%
Imparidade / Expos.Total	7,2%	7,2%	7,2%	6,2%	5,4%

NPL = Non performing loans

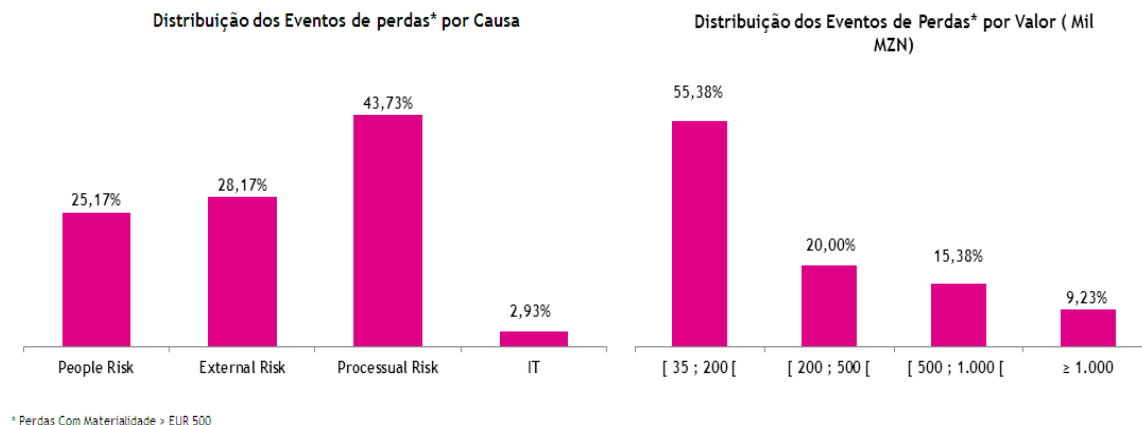
EAD = Exposure at Default

A degradação da carteira de crédito do Banco resultou do ambiente macroeconómico pouco favorável, que por conseguinte afectou a actividade das empresas, e reduziu os níveis de emprego/ geração de rendimentos.

Risco Operacional

A gestão do risco operacional no Millennium bim assenta na estrutura de processos. Para a medição do risco são usadas metodologias internacionalmente recomendadas, tais como: definição de Indicadores Chave de Risco, realização de Auto-Avaliação dos Riscos (*Risk Self-Assessment*) e recolha e análise de Perdas Operacionais.

O perfil das perdas acumuladas de Jan 17 à Dez 17 é apresentado nas figuras abaixo:



Risco de mercado

Risco de Taxa de Juro

Para a medição deste risco, o Millennium bim adopta metodologias definidas pelo Banco de Moçambique, através da Circular N.º04/SCO/2013, bem como, utiliza metodologias definidas internamente e baseadas na análise de *gap's*, distribuídos por prazos residuais de *repricing*, seguida da análise de sensibilidade. Para o controlo deste risco, são definidos anualmente limites transversais ao Grupo bcp, indexados aos Fundos Próprio do Banco, segundo o qual o Millennium bim, não deve apresentar uma sensibilidade global (Choques de +200 b.p nas taxas de juro), superior ao montante correspondente a uma determinada % dos Fundos Próprios do Banco à data de 31 de Dezembro do ano anterior.

	Em Mios MZN	
	Dez-16	Dez-17
MZN	581.789	519.765
USD	155.655	140.837
	737.444	660.602

A variação da sensibilidade em Dez.17 face aos valores registados em Dez.16 resulta da alteração temporal de perfil da carteira acima referida.

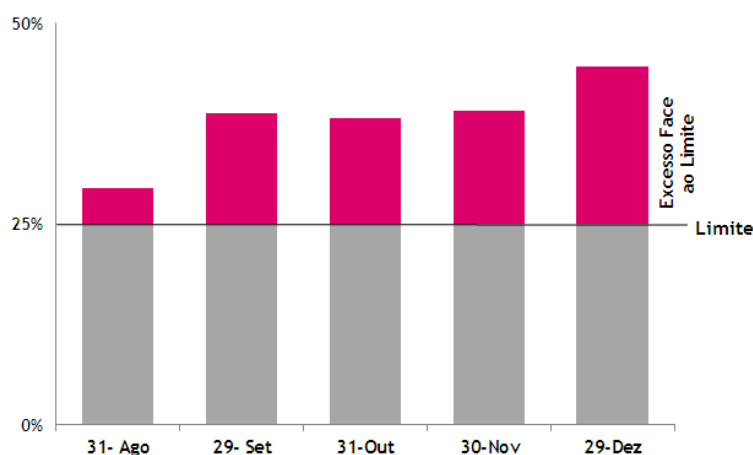
Risco Cambial

Para o controlo deste risco foram definidos pelo Banco de Moçambique limites (Posição Global não deve ser > 20% dos Fundos Próprios e a Posição por Moeda não deve ser > 10%), os quais são permanentemente monitorados e respeitados pelo Millennium bim.

Risco de Liquidez

A medição do Risco de Liquidez no Millennium bim é feita através de um conjunto de indicadores, nomeadamente: Liquidez Imediata e Trimestral, Gap Comercial (Por Moeda), Rácio de Liquidez Interno e Testes de Esforço, LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), para os quais se encontram definidos limites de exposição.

Em 2017, o BM introduziu o Rácio de Liquidez, o qual é monitorado diariamente por esta entidade. De acordo com o Aviso n.º14/GBM/2017 de 09/06 do BM, os Bancos devem manter diariamente um Rácio de Liquidez não inferior a 25%. O Millennium bim tem vindo a monitorar e a cumprir rigorosamente este indicador, com resultados muito acima dos 25%, conforme ilustra o quadro seguinte.



No quadro está representada a posição de liquidez Global de Dezembro de 2017, descrita por maturidades e pelas principais rubricas do balanço que demonstra a solidez da estrutural do Millennium bim.

GAP de Liquidez Global para o Balanço

MZN '000

31 de Dezembro de 2017	Até 1mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	8.326.027	3.954.007	6.209.912	50.562	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.232.643	0	0	0	0
Aplicações em instituições de crédito	7.625.823	1.873.701	603.701	0	0
Créditos a clientes	2.306.345	1.375.311	9.428.265	11.852.394	34.438.497
Activos Financeiros disponíveis para venda	6.347.484	12.321.226	17.753.837	0	0
Total Activo	25.838.322	19.524.244	33.995.714	11.902.956	34.438.497
Passivo					
Depósitos de outras instituições de crédito	426.148	0	0	0	0
Depósitos de clientes (Inclui outras Responsabilidades)	26.680.516	29.957.333	45.923.539	361.010	0
Títulos de dívida emitidos	0	0	0	0	0
Passivos subordinados	0	0	0	0	1.000.000
Total Passivo	27.106.664	29.957.333	45.923.539	361.010	1.000.000
Total Passivo e dos capitais próprios	27.106.664	29.957.333	45.923.539	361.010	1.000.000
Gaps de Liquidez	(1.268.342)	(10.433.088)	(11.927.825)	11.541.946	33.438.497
Gap acumulado de Liquidez	(1.268.342)	(11.701.431)	(23.629.256)	(12.087.309)	21.351.188
31 de Dezembro de 2016					
Total Activo	47.707.242	16.521.123	19.957.140	12.054.806	34.124.243
Total Passivo e dos capitais próprios	37.650.308	27.424.464	43.428.745	445.929	0
Gaps de Liquidez	10.056.933	(10.903.341)	(23.471.604)	11.608.877	34.124.243
Gap acumulado de Liquidez	10.056.933	(846.408)	(24.318.013)	(12.709.135)	21.415.108

(*) - Credito Líquido

Capital económico

O processo interno de avaliação do capital (ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment Process*) é uma componente chave de gestão de risco do Banco. O ICAAP consiste num exercício realizado com o objectivo de identificar o capital necessário ao Banco, para cobrir adequadamente os riscos em que incorre no desenvolvimento da sua estratégia de negócio actual e projectada para o médio prazo, através de testes de esforço (*stress tests*) e respectivo impacto nos rácios de capital regulamentar.

O ICAAP está dotado de um Modelo de Governação Interna que garante o envolvimento do Conselho de Administração (CA) e da sua Comissão Executiva, do Comité de Controlo de Risco e da Comissão de Auditoria, nas diversas fases do processo.

Os principais riscos considerados no âmbito do ICAAP encontram-se detalhados na matriz da Taxonomia de Riscos do Banco, que incorpora riscos matérias e imateriais.

Estes riscos são analisados, trimestralmente, pelo Banco no âmbito dos testes de esforço - Análises de Sensibilidade e anualmente no âmbito dos testes de esforço – Análises de Cenários, produzindo impactos estimados sobre os níveis de capital, quer por via do impacto nos resultados de exploração, quer por via de alterações nos níveis de activos ponderados pelo risco (RWA).

Os resultados são testados face aos limites para os rácios de capital regulamentar aprovados pelo CA no âmbito do RAS “*Risk Appetite Statement*”.

O Millennium bim, à luz do Aviso n.º16/GBM/2017 de 30/06, sobre Disciplina de Mercado, apresenta anualmente ao Banco de Moçambique um relatório autónomo sobre os resultados dos Testes de Esforço. O objectivo é avaliar a capacidade de resiliência do Banco, face a determinados factores económicos adversos.

Dos relatórios apresentados ao regulador até 2017, conclui-se que os níveis de capital do Banco são adequados aos diferentes riscos que assumem e inerentes à sua actividade.

ANÁLISE FINANCEIRA

RESULTADOS E BALANÇO

O BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A., em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique, apresenta as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios de 2016 e 2017, segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Num contexto de forte competitividade o Banco manteve o enfoque na rentabilidade, garantindo níveis de liquidez prudentes e continuando a expansão da rede. A redução do crédito e a subida nas taxas de juro permitiram minimizar o impacto do aumento do risco de crédito.

Em 2017 o crescimento da economia moçambicana fixou-se, em termos reais, em 3,7%, o que representa uma desaceleração de 0,1, quando comparado com o ano anterior. Esta fraca performance resulta, essencialmente, da crise da dívida soberana (na sequência da revelação dos empréstimos externos não declarados em Abril de 2016), que levou à suspensão do apoio financeiro do FMI e congelamento da ajuda externa, tendo influenciado a adopção de política monetária restritiva e medidas de austeridade fiscal, afectando o crescimento da procura agregada para mínimos históricos.

Em Outubro de 2017, o Banco de Moçambique dá o primeiro sinal de abrandamento da política fortemente restritiva iniciada um ano antes ajustando em baixa a taxa MIMO em 50 bp e em 100 bp o nível das reservas obrigatórias tanto em moeda nacional como em dólares americanos para as restantes divisas. No final do ano. O Banco de Moçambique acentua o abrandamento da política monetária restritiva, baixando novamente a taxa MIMO, desta vez em 150 bp.

O activo total do Banco ascendeu a 134.980 milhões de Meticais, em 31 de Dezembro de 2017, comparando com 133.780 milhões de Meticais em 31 de Dezembro de 2016, suportado pelo aumento dos Activos Financeiros Disponíveis para Venda.

Os recursos totais de clientes aumentaram para 103.223 milhões de Meticais em 31 de Dezembro de 2017 face a 100.687 milhões de Meticais registados em 31 de Dezembro de 2016, beneficiando do bom desempenho do crescimento dos depósitos a prazo de clientes e de outros recursos que permaneceram como a principal fonte de financiamento da actividade.

O resultado líquido foi positivo em 5.574 milhões de Meticais em 2017 comparando com o resultado líquido positivo de 4.510 milhões de Meticais apurados em 2016, o que representa um crescimento de 24% face aos resultados do ano anterior.

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

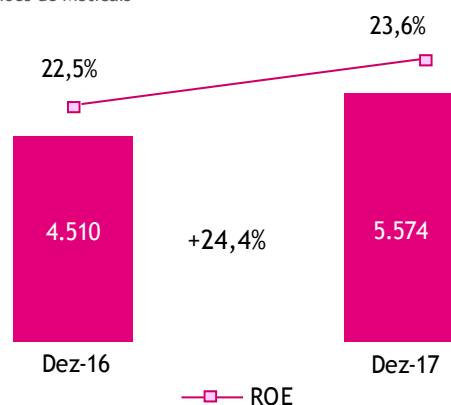
Resultado Líquido

O desempenho do resultado líquido registado em 2017 reflecte, essencialmente, os seguintes impactos positivos:

- A evolução favorável da margem financeira deveu-se essencialmente a melhoria na rentabilidade do crédito a clientes e activos financeiros por efeito da subida da taxa, atenuado pelo aumento do custo dos depósitos;
- A variação positiva do valor das comissões líquidas, em particular das comissões associadas ao negócio de cartões e prestação de serviços.

Adicionalmente, o resultado líquido de 2017, reflecte ainda o aumento moderado nos custos operacionais em consonância com o plano de expansão da rede de balcões em curso e do impacto cambial.

Resultado Líquido
Milhões de Meticais



Margem Financeira

A margem financeira aumentou 24%, totalizando 11.429 milhões de Meticais em 2017, face aos 9.187 milhões de Meticais apurados em 2016, impulsionada pelo efeito positivo da rentabilidade dos activos geradores de juros, em particular do crédito concedido e dos activos financeiros, devido ao efeito taxa, atenuado pelo aumento no custo dos Depósitos, reflexo das taxa directoras do mercado.

No ano de 2017, o Banco de Moçambique introduziu a taxa do Mercado Monetário Interbancário (MIMO) reforçando o mecanismo de formação de taxas de Juro no mercado. A partir de Junho todas novas operações de crédito passaram a ter um único indexante, esta taxa resulta da média das taxas interbancárias *overnight* acrescida do prémio do custo do sistema, que é fixado pela Associação Moçambicana de Bancos.

O crédito bancário reduziu, em termos acumulados, face a 2016 cerca de 16% reflectindo um cenário de fraca procura originado essencialmente pelas altas taxas de juro.

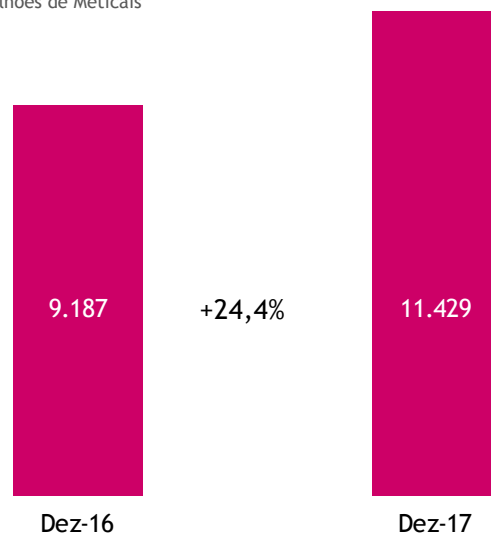
Por seu turno, a nível dos recursos, a permanência destes como principal fonte de financiamento à actividade bancária associada à contínua pressão no mercado na sua captação, implicou uma subida no custo atenuada pelo cenário macroeconómico no final do ano caracterizado por uma desaceleração da inflação homóloga e pela redução de taxas a partir do último trimestre de 2017.

Relativamente à carteira de activos financeiros, essencialmente constituída por títulos emitidos pelo Estado Moçambicano, designadamente Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, o efeito positivo na margem financeira no ano de 2017 deveu-se sobretudo ao efeito taxa destes activos.

A evolução da margem financeira reflecte o crescimento da carteira de activos financeiros, e de um desempenho de uma carteira crédito onde o Banco prossegue a adopção de uma política de selecção criteriosa das operações a financiar, para controlo rigoroso do risco de crédito, reflectindo a prioridade dada à captação e retenção de recursos de clientes, através do reforço de uma oferta atractiva de produtos e de taxas de remuneração atractivas.

Margem Financeira

Milhões de Meticais



Outros proveitos líquidos

Os outros proveitos líquidos ascenderam 3.631,5 milhões de Meticais em 2017, 12.4% abaixo do valor apurado em igual período de 2016.

Outros proveitos líquidos		Milhões MZN		
	Dez-17	Dez-16	Var. 17/16	
Rendimentos de instrumentos de capital	360,1	286,9	25,5%	
Comissões Líquidas				
Cartões	1.141,7	934,8	22,1%	
Crédito e garantias	513,4	579,1	-11,3%	
Operações de estrangeiro	346,9	376,1	-7,8%	
Outros serviços bancários	253,7	287,9	-11,9%	
Total comissões líquidas	2.255,7	2.177,9	3,6%	
Resultados de operações financeiras	781,4	1.518,2	-48,5%	
Outros resultados de exploração líquidos	234,4	161,7	44,9%	
Total outros proveitos líquidos	3.631,5	4.144,8	-12,4%	
Outros proveitos / Produto Bancário	24%	31%		

Rendimentos de instrumentos de capital

Os rendimentos de instrumentos de capital correspondem aos dividendos recebidos associados à participação financeira detida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A..

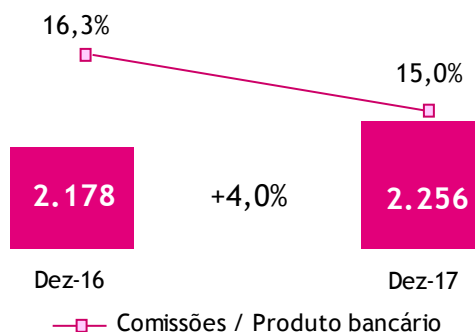
Comissões líquidas

As comissões líquidas, em 2017, atingiram 2.255,7 milhões de Meticais, um crescimento de 3,6%, face aos 2.177,9 milhões de Meticais apurados em igual período de 2016. O aumento das comissões foi suportado pela evolução favorável das comissões de cartões.

A baixa intensificação do cross-selling, traduziu-se numa redução de cerca de 17.7% pela utilização da rede nas operações de *bancassurance*.

Comissões líquidas

Milhões de Meticais



Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras, ascenderam a 781,3 milhões de Meticais em 2017. Este valor representa um decréscimo de 48,6% face a 2016 por efeito de menor volume de operações cambiais e do estreitamento das margens de intermediação essencialmente relacionado com a forte volatilidade cambial no mercado.

O contexto de maior pressão no mercado cambial, reflectiu-se num menor volume de operações cambiais bem como na redução das margens o que propiciou o decréscimo dos resultados em operações financeiras.

Outros resultados de exploração líquidos

Os outros resultados de exploração líquidos, totalizaram 234,4 milhões de Meticais, em 2017, comparando com 161,7 milhões de Meticais apurados em 2016. Este aumento foi essencialmente influenciado pelo registo em 2017 de maiores proveitos na prestação de serviços.

Custos Operacionais

Custos Operacionais

Milhões MZN

	dez-17	dez-16	Var. 17/16
Custos com pessoal	2.571,7	2.401,1	7,1%
Outros gastos administrativos	2.902,8	2.587,5	12,2%
Amortizações do exercício	520,5	496,6	4,8%
	5.995,0	5.485,2	9,3%

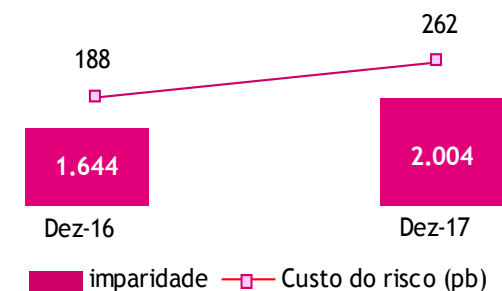
Os custos operacionais, que incorporam os custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício, cifraram-se em 5.994,9 milhões de Meticais, em 2017, representando um aumento de 9,3% face a 2016.

A evolução dos custos operacionais foi condicionada pelo reforço da estrutura comercial e do suporte à estratégia de crescimento e de segmentação da rede de balcões em curso e da distribuição de mais ATM's.

O acréscimo de 7,1% em custos com pessoal em relação ao período homólogo, está associado ao impacto da actualização na tabela salarial anual e ainda aos ajustamentos salariais por efeito decorrente da evolução da carreira profissional dos colaboradores.

Imparidade

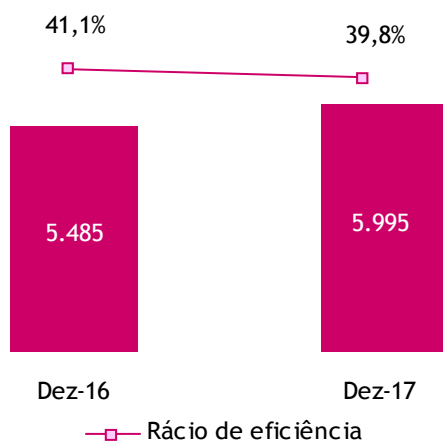
Milhões de Meticais



Os outros gastos administrativos aumentaram 12,2% influenciados pelo aumento nas despesas com informática e consultoria, nas comunicações e ainda nas despesas com água energia.

Custos Operacionais

Milhões de Meticais



operacionais.

As amortizações do exercício totalizaram 520,5 milhões de Meticais em 2017, representando um crescimento de 4,8% face ao valor de 2016. O crescimento das amortizações do exercício reflecte essencialmente a sequência dos investimentos na plataforma informática com vista a suportar o crescimento da rede, a qualidade e inovação de um melhor serviço no futuro.

Rácio de eficiência

O rácio de eficiência (*cost to income*), em base comparável, situou-se em 39,8%, em 2017, face aos 41,1% apurados em 2016. A melhoria do rácio deveu-se ao forte crescimento do produto bancário face ao crescimento moderado nos custos

Imparidade do crédito e outras imparidades e provisões

A imparidade do crédito (líquida de recuperações de crédito abatido) totalizou 2.003,5 milhões de Meticais, em 2017 face a 1.644,3 milhões de Meticais de 2016. Esta evolução foi induzida pelo reforço das dotações para imparidade de crédito relacionadas com o aumento da carteira de crédito, com maiores imparidades nos clientes empresas que são objecto da análise individual com elevados valores de exposição que são objecto de acompanhamento regular de risco.

Em 2017, o Banco prosseguiu os esforços de aperfeiçoamento dos mecanismos de monitorização de risco e de uma política de provisionamento prudente, que visa o reforço da cobertura integral da carteira de crédito com sinais de imparidade.

O custo do risco, avaliado pela proporção das dotações para imparidade de crédito (líquidas de recuperações de crédito abatido), em função da carteira de crédito, situou-se em 262 pontos base em 2017, face aos 188 pontos apurados em 2016.

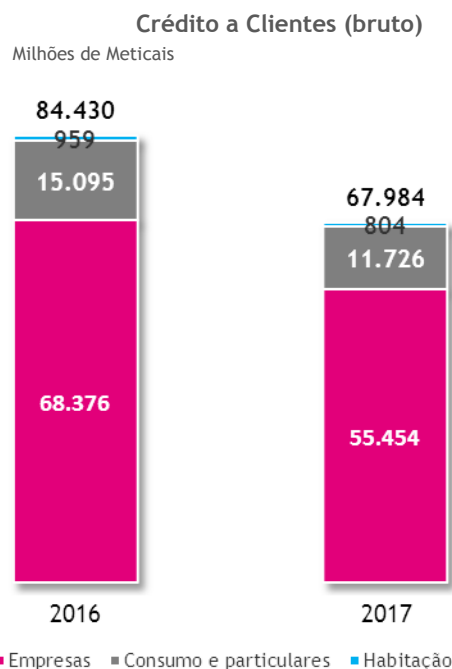
ANÁLISE DO BALANÇO

Em 2017, o Millennium bim continuou a promover uma gestão criteriosa de activos e passivos. Num contexto macroeconómico de desestímulo à concessão de crédito à economia, e preservando a estrutura do balanço, a redução do crédito concedido foi acompanhada pelo acréscimo dos depósitos captados, o que permitiu manter uma taxa de transformação abaixo dos 80%.

O activo total atingiu 134.980 milhões de Meticais em 2017, que compara com os 133.780 milhões de Meticais apurados em 2016, registando um crescimento de 1%.

O aumento do activo total foi influenciado pelo crescimento dos activos financeiros disponíveis para venda.

O crédito líquido a clientes representa 45% do activo total, correspondendo o crédito bruto a 67.984 milhões de Meticais, o que equivale a uma redução de 20% face a 2016 (84.430 milhões de Meticais). Esta evolução reflecte as condições adversas em que o Millennium bim operou num contexto de condições macroeconómicas de desestímulo à economia, tendo o crescimento no segmento de empresas reduzido a 19%.



Activo Total

	Milhões MZN		
	2017	2016	Var. %
Caixa e Disponibilidades no BM	18.541	20.137	-7,9%
Disponibilidades e créditos sobre IC's	11.376	12.827	-11,3%
Crédito a Clientes (líquido)	61.413	78.283	-21,6%
Activos financeiros disponíveis para venda	29.295	8.878	230,0%
Activos financeiros detidos até maturidade	4.579	6.067	-24,5%
Investimentos em subsidiárias	416	356	16,8%
Activos tangíveis e intangíveis	5.245	4.920	6,6%
Outros activos	4.116	2.312	78,0%
	134.980	133.780	0,9%

Crédito a Clientes (bruto)

Num contexto de desincentivo à concessão de crédito, o Millennium bim adequou a sua política de concessão de crédito à adversidade do mercado, intensificando a sua política de prudência na selecção das operações em função do risco e rentabilidade, bem como da redução de exposições a grandes concentrações.

O crédito a clientes (bruto), em base comparável, atingiu os 67.984 milhões de meticais em 2017, registando uma redução de 20% face aos 84.429 milhões de meticais apurados em 2016. Esta evolução foi determinada sobretudo pelo crédito a empresas (-29%), apesar do crédito a particulares também ter reduzido 22%.

A estrutura da carteira de crédito manteve padrões idênticos de diversificação, o crédito a empresas mantém a posição dominante na estrutura da carteira de crédito concedido a clientes, com um peso de 82% (face aos 81% de 2016).

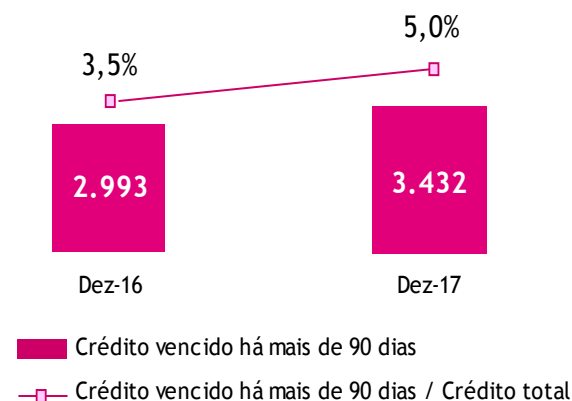
Qualidade de Crédito

A qualidade da carteira de crédito, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total situou-se em 5,0% em 2017, comparando com 3,5% em 2016. Este aumento decorre do aumento da sinistralidade do crédito a empresas. Contudo, o Banco prossegue uma política de crédito prudencial com identificação dos segmentos de maior risco nos Particulares e acompanhamento individual nas empresas, visando reforçar a prevenção e a dinamização da recuperação de crédito.

O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias pela imparidade situou-se em 191% em 2017, com o Banco a manter os critérios de prudência e tendo efectuado dotações de imparidade suficientes para manter os níveis de cobertura de crédito vencido confortáveis.

Qualidade de Crédito

Milhões de Meticais



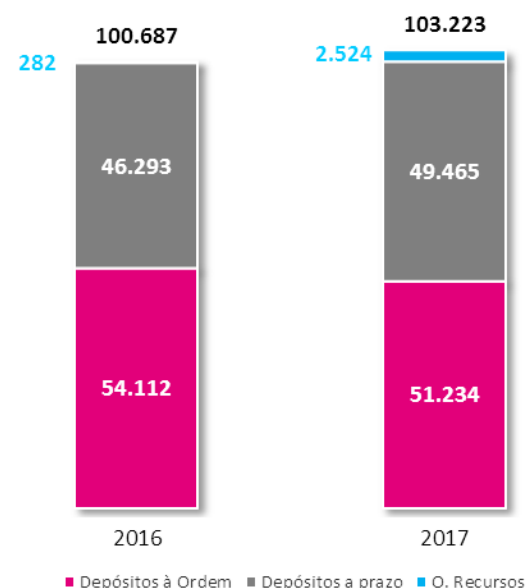
Recursos de Clientes

Num contexto de aumento significativo da competitividade, em que existe uma forte concorrência na captação de recursos de clientes, o Banco manteve uma oferta ampla e diversificada de produtos e serviços, associada ao desempenho acrescido das redes comerciais, e uma gestão rigorosa do pricing, com maturidades e remunerações atractivas, que contribuíram para que o total dos recursos dos Clientes registasse uma taxa de crescimento de 3%, ascendendo a 103.223 milhões de meticais em 2017.

O enfoque na retenção e crescimento dos recursos de clientes, manteve-se em 2017, tendo-se apostado numa maior fidelização e alargamento da base de clientes suportado por uma maior rede de balcões, por uma oferta alargada de soluções de pequena poupança programada e de aplicações a médio e longo prazo vocacionadas para clientes particulares e reforçando o envolvimento ao nível da tesouraria das empresas. Estes factores foram determinantes para o resultado obtido em 2017. Acresce ainda, o reforço na excelência e na inovação do serviço ao cliente, como factores distintivos e impulsionadores das capacidades comerciais das redes de distribuição.

Depósitos de Clientes

Milhões de Meticais



Capital

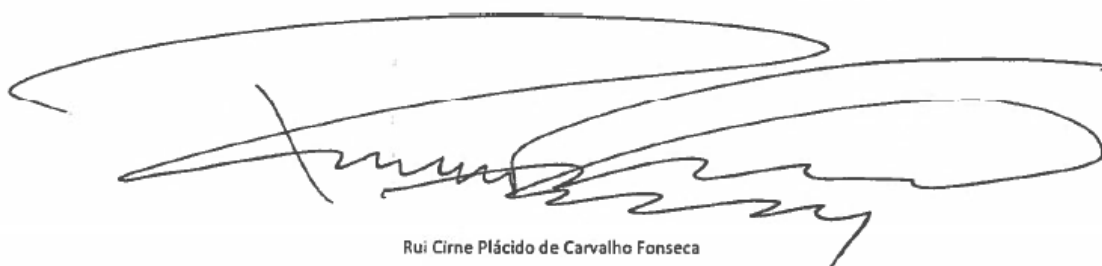
Os rácios de capital, reportados a 2017, foram calculados de acordo com as normas regulamentares do Banco de Moçambique. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de base (Tier I) com os fundos próprios complementares (Tier II), e da subtracção da componente relevada no agregado Deduções.

O rácio de solvabilidade, em 31 de Dezembro de 2017, situou-se em 17,1% tendo o Tier I atingido 20%, bastante acima do limiar mínimo de 8% recomendado pelo Banco de Moçambique.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as disposições estatutárias e nos termos da Legislação Moçambicana em vigor, nomeadamente a Lei n.º15/99 das Instituições de Crédito relativas à constituição de Reservas, que aos resultados do exercício apurados no balanço individual relativo ao exercício de 2017, no montante de 5.574.017.036,16 Meticais, seja dada a seguinte aplicação:

		Meticais
	%	Valor
Reserva Livre	62,50%	3.483.760.647,60
Reserva para estabilização de dividendos	2,50%	139.350.425,90
Distribuição aos Accionistas	35,00%	1.950.905.962,66



Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonseca

(Presidente)



Miguel Maya Dias Pinheiro

(1º Vice-Presidente)



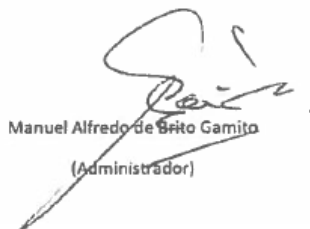
José Reino da Costa

(2º Vice-Presidente)



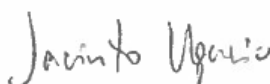
Maria da Conceição Mota S. O. Callê Lucas

(Administrador)



Manuel Alfredo de Brito Gamito

(Administrador)



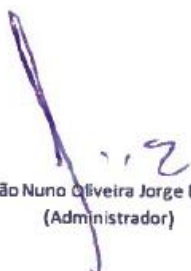
Jacinto Zacarias Uqueio

(Administrador)



João Manuel R. T. da Cunha Martins

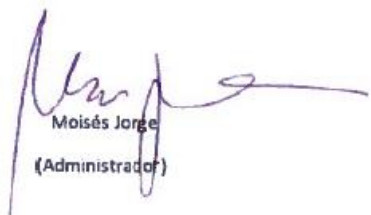
(Administrador)



João Nuno Oliveira Jorge Palma
(Administrador)



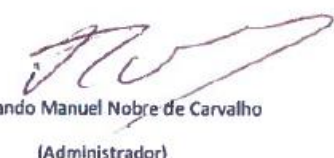
Jorge Octávio Neto dos Santos
(Administrador)



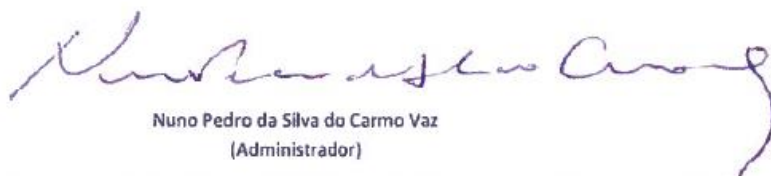
Moisés Jorge
(Administrador)



Liliana Marisa Catoja da Costa Lemos
(Administrador)



Fernando Manuel Nobre de Carvalho
(Administrador)



Nuno Pedro da Silva do Carmo Vaz
(Administrador)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 2017

Banco Internacional de Moçambique

Demonstração de Resultados Consolidados

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

		MZN'000	
	Notas	2017	2016
Juros e proveitos equiparados	2	20.719.581	14.684.346
Juros e custos equiparados	2	(8.302.368)	(4.973.627)
Margem financeira		12.417.213	9.710.719
Rendimentos de instrumentos de capital	3	1.355	1.806
Resultados de serviços e comissões	4	2.180.358	2.129.471
Resultados em operações financeiras	5	774.842	1.749.068
Outros resultados de exploração	6	703.383	955.955
Total de proveitos operacionais		16.077.151	14.547.019
Custos com pessoal	7	(2.655.699)	(2.496.053)
Outros gastos administrativos	8	(2.873.903)	(2.547.536)
Amortizações do exercício	9	(559.635)	(532.720)
Total de custos operacionais		(6.089.237)	(5.576.309)
Imparidade do crédito	10	(2.003.513)	(1.644.298)
Outras provisões	11	80.335	(348.675)
Resultado antes de impostos		8.064.736	6.977.737
Impostos			
Correntes	12	(1.895.569)	(1.952.423)
Diferidos	12	(8.543)	(10.817)
		(1.904.112)	(1.963.240)
Resultado após impostos		6.160.624	5.014.497
Resultado consolidado do exercício atribuível a:			
Accionistas do Banco		6.100.553	4.950.640
Interesses que não controlam		60.069	63.857
Resultado do exercício		6.160.622	5.014.497
Resultado por acção	13	135,57 MZN	110,01 MZN

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Internacional de Moçambique

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para o exercício

findo em 31 de Dezembro de 2017

	MZNº 000	
	2016	2015
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Activos financeiros disponíveis para venda - alterações no justo valor	(654.334)	1.693
Impostos	-	(579)
	<u>(654.334)</u>	<u>1.114</u>
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultados		
Perdas actuariais do exercício	<u>(105.838)</u>	<u>(42.024)</u>
	(105.838)	(42.024)
Outro rendimento integral do período depois de impostos	(760.172)	(40.910)
Resultado consolidado do exercício	<u>5.014.497</u>	<u>3.737.032</u>
Total do rendimento integral do exercício	<u>4.254.324</u>	<u>3.696.122</u>
Atribuível a :		
Accionistas do Banco	4.191.393	3.644.191
Interesses que não controlam		
Resultado consolidado do exercício	63.858	52.147
Reservas de justo valor	(256)	182
Impostos	-	(58)
Perdas actuariais do exercício	<u>(670)</u>	<u>(340)</u>
	<u>62.931</u>	<u>51.931</u>
Total do rendimento integral do exercício	<u>4.254.324</u>	<u>3.696.122</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Internacional de Moçambique

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2017

MZN' 000			
	Notas	2017	2016
Activo			
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	14	18.540.507	20.136.892
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	1.244.248	1.230.242
Aplicações em instituições de crédito	16	10.149.843	11.612.719
Crédito a clientes	17	61.413.093	78.283.110
Activos financeiros disponíveis para venda	18	29.800.919	9.582.843
Activos financeiros detidos até à maturidade	19	4.861.340	7.635.754
Investimentos em associadas	20	267.500	267.500
Propriedades de investimento		111.458	97.713
Activos não correntes detidos para venda	21	2.401.337	993.811
Outros activos tangíveis	22	5.678.533	5.354.072
Goodwill e activos intangíveis	23	395.637	352.621
Activos por impostos correntes	24	527.595	17.319
Activos por impostos diferidos	25	2.349	10.892
Outros activos	26	1.936.935	2.883.230
Total do Activo		137.331.294	138.458.718
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	27	1.483.213	7.778.010
Recursos de clientes	28	99.621.641	97.818.868
Provisões	30	4.613.983	5.382.315
Passivos por impostos correntes	24	-	926.042
Passivos por impostos diferidos	25	21.930	19.046
Outros passivos	31	2.929.135	3.028.067
Total do Passivo		108.669.902	114.952.348
Capital Próprio			
Capital	32	4.500.000	4.500.000
Reservas e resultados acumulados	33	23.949.109	18.777.779
Total do Capital Próprio atribuível ao Grupo		28.449.109	23.277.779
Interesses que não controlam		212.283	228.591
Total do Capital Próprio		28.661.392	23.506.370
Total do Capital Próprio e Passivo		137.331.294	138.458.718

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Banco Internacional de Moçambique

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

			MZN000
	Notas	2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Juros e comissões recebidos		23.694.910	15.832.496
Juros e comissões pagos		(8.451.620)	(5.154.071)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(5.301.250)	(4.977.303)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos		165.741	61.811
Prémios de seguros recebidos		1.330.228	1.301.819
Pagamento de indemnizações da actividade seguradora		(813.429)	(640.271)
Fluxos operacionais antes de alterações nos fundos operacionais		10.624.580	6.424.481
Aumentos / diminuições dos activos operacionais			
Activos financeiros disponíveis para venda		(19.022.449)	6.570.955
Aplicações em instituições de crédito		2.405.838	(5.036.368)
Depósitos em Bancos Centrais		1.265.062	(5.471.356)
Crédito a clientes		15.728.004	(12.495.766)
Outros activos		(492.632)	(2.249.566)
Aumentos / diminuições dos passivos operacionais			
Depósitos de outras instituições de crédito		(6.281.401)	3.999.691
Depósitos de clientes e outros empréstimos		3.360.263	8.976.487
Outros passivos		(77.480)	866.999
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes do pagamento de impostos sobre os lucros		7.509.785	1.585.557
Impostos pagos sobre os lucros		(3.331.887)	(1.094.843)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		4.177.898	490.714
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Compra/reforço de participações		-	(294)
Dividendos recebidos		1.355	1.806
Aquisição de activos tangíveis		(1.008.874)	(955.709)
Venda de activos tangíveis		(5.030)	98.882
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(1.012.549)	(855.315)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Dividendos pagos		(1.578.387)	(1.187.020)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(1.578.387)	(1.187.020)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(1.904.278)	1.842.421
Diminuição/aumento em caixa e equivalentes de caixa		(317.316)	290.800
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.155.028	5.864.228
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	37	5.837.712	6.155.028

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Banco Internacional de Moçambique

Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios

Consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

MZN'000

	Total dos capitais próprios	Capital	Reserva Legal	Reservas e resultados acumulados	Total do Capital Próprio atribuível ao Grupo	Interesses que não controlam
Saldo em 01 de Janeiro de 2016	20.471.252	4.500.000	3.344.470	12.428.936	20.273.406	197.846
Transferência para a reserva legal	-	-	508.723	(508.723)	-	-
Dividendos distribuídos em 2016	(1.219.206)	-	-	(1.187.020)	(1.187.020)	(32.186)
Rendimento integral	4.254.324	-	-	4.191.393	4.191.393	62.931
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	23.506.370	4.500.000	3.853.193	14.924.586	23.277.779	228.591
Transferência para a reserva legal	-	-	676.452	(676.452)	-	-
Aquisição de participação de 2% da SIM	(80.515)	-	-	-	-	(80.515)
Dividendos distribuídos em 2017	(1.609.715)	-	-	(1.578.387)	(1.578.387)	(31.328)
Rendimento integral	6.869.163	-	-	6.806.368	6.806.368	62.795
Outros	(23.911)	-	-	(56.651)	(56.651)	32.740
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	28.661.392	4.500.000	4.529.645	19.419.464	28.449.109	212.283

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Demonstração dos Resultados do Banco

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

			MZN'000
	Notas	2017	2016
Juros e proveitos equiparados	2	20.422.948	14.420.365
Juros e custos equiparados	2	(8.993.879)	(5.233.084)
Margem financeira		11.429.069	9.187.281
Rendimentos de instrumentos de capital	3	360.103	286.935
Resultados de serviços e comissões	4	2.255.660	2.177.900
Resultados em operações financeiras	5	781.354	1.518.186
Outros resultados de exploração	6	234.387	161.736
Total de proveitos operacionais		15.060.573	13.332.038
Custos com pessoal	7	(2.571.651)	(2.401.090)
Outros gastos administrativos	8	(2.902.847)	(2.587.547)
Amortizações do exercício	9	(520.482)	(496.576)
Total de custos operacionais		(5.994.980)	(5.485.213)
Imparidade do crédito	10	(2.003.513)	(1.644.298)
Outras provisões	11	124.810	27.390
Lucro antes de impostos		7.186.890	6.229.917
Impostos			
Correntes	12	(1.604.330)	(1.709.423)
Diferidos	12	(8.543)	(10.817)
		(1.612.873)	(1.720.240)
Resultado do exercício		5.574.017	4.509.677
Resultado por acção	13	123,87 MZN	100,22 MZN

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Demonstração do Rendimento Integral do Banco

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

		MZN' 000
	2017	2016
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultados		
Activos financeiros disponíveis para venda - alterações no justo valor	377.337	(651.791)
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados		
Ganhos actuariais do exercício	445.958	64.754
Outro rendimento integral do período depois de impostos	823.295	(587.037)
Resultado líquido do exercício	5.574.017	4.509.677
Total do Rendimento integral do exercício	6.397.312	3.922.640

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Balanço do Banco em 31 de Dezembro de 2017

MZN'000

	Notas	2017	2016
Activo			
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	14	18.540.507	20.136.892
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	1.232.643	1.228.499
Aplicações em instituições de crédito	16	10.142.888	11.598.205
Crédito a clientes	17	61.413.093	78.283.110
Activos financeiros disponíveis para venda	18	29.294.603	8.877.880
Activos financeiros detidos até à maturidade	19	4.579.489	6.067.068
Investimentos em subsidiárias	20	416.148	356.148
Activos não correntes detidos para venda	21	2.401.337	993.811
Outros activos tangíveis	22	4.999.985	4.721.162
Activos intangíveis	23	245.037	198.847
Activos por impostos correntes	24	354.783	17.319
Activos por impostos diferidos	25	2.349	10.892
Outros activos	26	1.357.099	1.289.717
Total do activo		134.979.961	133.779.550
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	27	1.483.214	7.778.010
Recursos de clientes	28	103.223.308	100.686.608
Títulos de dívida emitidos	29	1.042.167	-
Provisões	30	526.056	751.708
Passivos subordinados		-	17
Passivos por impostos correntes	24	-	910.578
Outros passivos	31	2.390.352	2.156.690
Total do passivo		108.665.097	112.283.611
Capital Próprio			
Capital	32	4.500.000	4.500.000
Reservas e resultados acumulados	33	21.814.864	16.995.939
Total do Capital Próprio		26.314.864	21.495.939
Total da do Capital Próprio e Passivo		134.979.961	133.779.550

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Banco**para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

	Notas	2017	2016
MZN'000			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Juros e comissões recebidos		23.319.693	15.483.181
Juros e comissões pagos		(8.992.985)	(5.326.493)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(5.359.323)	(5.048.450)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos		165.741	61.811
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais		9.133.126	5.170.049
Aumentos/Diminuições dos activos operacionais			
Activos financeiros disponíveis para venda		(20.834.654)	6.901.126
Aplicações em Instituições de Crédito		2.184.265	(5.033.801)
Depósitos em bancos centrais		1.265.062	(5.471.356)
Crédito a clientes		17.684.047	(12.495.766)
Outros activos		(1.513.189)	(887.849)
Aumentos/Diminuições dos passivos operacionais			
Depósitos de outras instituições de crédito		(6.281.400)	3.999.691
Depósitos de clientes e outros empréstimos		3.670.889	8.845.149
Responsabilidades representadas por títulos		1.000.000	-
Outros passivos		(557.704)	1.077.473
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes do pagamento de impostos sobre os lucros		5.750.442	2.104.716
Impostos pagos sobre os lucros		(1.941.794)	(1.760.828)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		3.808.648	343.888
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Compra de participações		(60.000)	
Dividendos recebidos		360.103	286.935
Aquisição de activos tangíveis		(946.636)	(834.658)
Valores recebidos na venda de activos tangíveis		(6.611)	14.611
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(653.144)	(533.112)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Dividendos pagos		(1.578.387)	(1.187.020)
Amortizações de Dívida Subordinada		(17)	(175.619)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(1.578.404)	(1.362.639)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(1.904.278)	1.842.421
Diminuição/aumento em caixa e equivalentes de caixa		(327.178)	290.558
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		6.153.285	5.862.727
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	37	5.826.107	6.153.285

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios do Banco

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

	MZN'000			
	Total dos capitais próprios	Capital	Reserva Legal	Reservas e resultados transitados
Saldos em 01 de Janeiro de 2016	18.760.319	4.500.000	3.344.470	10.915.849
Transferência para reserva legal	-	-	508.723	(508.723)
Dividendos distribuídos em 2016	(1.187.020)	-	-	(1.187.020)
Rendimento integral	3.922.640	-	-	3.922.640
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	21.495.939	4.500.000	3.853.193	13.142.746
Transferência para reserva legal	-	-	676.452	(676.452)
Dividendos distribuídos em 2017	(1.578.387)	-	-	(1.578.387)
Rendimento integral	6.397.312	-	-	6.397.312
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	26.314.864	4.500.000	4.529.645	17.285.219

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.**RELATÓRIO E CONTAS MILLENNIUM BIM 2017 - Notas às Demonstrações Financeiras****Notas**

1	Políticas contabilísticas
2	Margem financeira
3	Rendimentos de instrumentos de capital
4	Resultados de serviços e comissões
5	Resultados em operações financeiras
6	Outros resultados de exploração
7	Custos com pessoal
8	Outros gastos administrativos
9	Amortizações do exercício
10	Imparidade do crédito
11	Outras provisões
12	Impostos
13	Resultado por acção
14	Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique
15	Disponibilidades em outras instituições de crédito
16	Aplicações em instituições de crédito
17	Crédito a Clientes
18	Activos financeiros disponíveis para venda
19	Activos financeiros detidos até à maturidade
20	Investimentos em subsidiárias e associadas
21	Activos não correntes detidos para venda
22	Outros activos tangíveis
23	<i>Goodwill</i> e activos intangíveis
24	Activos e passivos por impostos correntes
25	Activos e passivos por impostos diferidos
26	Outros activos
27	Recursos de outras instituições de crédito
28	Recursos de Clientes
29	Títulos de dívida emitidos
30	Provisões
31	Outros passivos
32	Capital social
33	Reservas e resultados acumulados
34	Dividendos
35	Garantias e outros compromissos
36	Partes relacionadas
37	Caixa e equivalentes de caixa
38	Justo valor
39	Outros benefícios aos empregados
40	Demonstração de resultados consolidados por segmentos operacionais
41	Gestão de risco
42	Solvabilidade
43	Concentrações de risco

Nota introdutória

O BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. (“o Banco” ou “BIM”) é um Banco de capitais essencialmente privados com sede social em Maputo. Estas demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelo banco e suas subsidiárias (colectivamente “Grupo”).

O Grupo e o Banco apresentam demonstrações financeiras que reflectem os resultados das suas operações para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos Bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente a concessão de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, a concessão de letras de crédito e de garantias bancárias, transacções em moeda estrangeira e recepção de depósitos em moeda nacional e estrangeira.

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF’s).

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto “Grupo”) e a participação no Grupo nas associadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Todas as referências deste documento a qualquer normativo reportam sempre à respectiva versão vigente.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior.

Estas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional do Grupo e Banco, todos os valores foram arredondados a unidade de milhão mais próxima, excepto quando indicado.

Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NIRF’s requer que a Comissão Executiva formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota u).

1. Políticas contabilísticas

Estas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional do Grupo e Banco, todos os valores foram arredondados a unidade de milhão mais próxima, excepto quando indicado.

a) Base de consolidação

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de actividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do Banco e da sua subsidiária (Grupo), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

Numa operação de aquisição por fases que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do goodwill, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação - Goodwill

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são directamente imputados a resultados.

O *goodwill* positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos activos e passivos e passivos contingentes da adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado directamente em resultados do período em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* é estimado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido goodwill adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas

decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

b) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo justo valor acrescido, para um item não ao justo valor através de lucros ou prejuízos, dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação

O Banco classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e devedores;
- Detidos até à maturidade;
- Disponíveis para venda; e
- Ao justo valor através de lucros ou prejuízos e nesta categoria:
- Detido para negociação; ou
- Designados ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

O Banco classifica os seus passivos financeiros que não sejam garantias financeiras e compromissos de empréstimos, como mensurados pelo custo amortizado ou justo valor através de lucros ou prejuízos.

(iii) Desreconhecimento

Activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram, ou transfere os direitos para receber os fluxos de caixa contratuais numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que

o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e as vantagens da propriedade e não retém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada do activo (ou a quantia escriturada alocada à parte do activo desreconhecido) é a soma:

- (i) da retribuição recebida (incluindo qualquer activo novo obtido menos qualquer passivo novo assumido), e
- (ii) de qualquer ganho ou perda cumulativo que tenha sido reconhecido em outros resultados compreensivos é reconhecido nos lucros ou prejuízos. Quaisquer juros em activos financeiros transferidos que se qualificam para desreconhecimento que sejam criados ou retidos pelo Banco são reconhecidos como um activo ou passivo separado.

O Banco realiza operações em que transfere os activos reconhecidos no balanço, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou uma parte deles. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Exemplos de tais transacções são empréstimos de títulos e transacções de venda e recompra.

Quando os activos são vendidos a terceiros, com uma taxa simultânea de retorno swap sobre os activos transferidos, a transacção será contabilizada como uma transacção de financiamento com garantia semelhante a transacções de venda e recompra porque o Banco mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de tais activos.

Nas operações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do activo financeiro e mantém o controlo sobre o activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão a que está exposto as alterações no valor do activo transferido.

Em certas operações, o Banco mantém a obrigação de estabelecer para o activo financeiro transferido em troca de honorários. O activo transferido é desreconhecido caso cumpra os critérios de desreconhecimento. Um activo ou passivo é reconhecido para o contrato de manutenção se a taxa de manutenção é mais que suficiente (activo) ou é menor do que adequada (passivo) para a realização da manutenção.

Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais satisfeitas, canceladas ou quando estas expiram.

(iv) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço quando, e apenas quando, o Banco tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar numa base líquida ou de realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

As receitas e despesas são apresentadas numa base líquida apenas quando permitido pelas NIRF's, ou para ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes como na actividade comercial do Banco.

(v) Mensuração do custo amortizado

O "custo amortizado" de um activo ou passivo financeiro é o valor pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre a quantia inicial reconhecida e a quantia na maturidade, menos qualquer redução quanto à imparidade.

(vi) Mensuração do justo valor

"Justo valor" é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção normal entre participantes do mercado na data da mensuração inicial ou, na sua ausência, no mercado activo mais vantajoso para os quais o Banco tem acesso a essa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.

Quando disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para esse instrumento. Um mercado é visto como activo caso as transacções para o activo ou passivo ocorram com frequência e volume suficiente para fornecer informações sobre os preços de forma contínua.

Se não houver um preço cotado num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso dos dados observáveis relevantes e minimiza o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado tenham em conta ao determinar o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transacção - ou seja, o justo valor da retribuição dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção e o justo valor é evidenciado nem por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico nem com base numa técnica de avaliação que usa apenas dados de mercados observáveis, então o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor, ajustado para ter em conta a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da operação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida em lucros ou prejuízos em uma base adequada ao longo da vida do instrumento, mas o mais tardar quando a avaliação é totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transacção seja fechada.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tem um preço de compra e um preço de venda, então, o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e os passivos e posições curtas a um preço de venda.

As carteiras de activos e passivos financeiros que estão expostos ao risco de mercado e risco de crédito, que são geridos pelo Banco em função da exposição líquida aos mercados ou o risco de crédito são mensurados com base no preço que seria recebido para vender uma posição líquida longa (ou pago para transferir uma posição líquida curta) para uma exposição de risco em particular. Esses ajustamentos de nível de carteira são atribuídos aos activos e passivos individuais com base no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um depósito à ordem não é inferior ao valor a ser pago à ordem, descontado desde a primeira data em que o pagamento da quantia podia ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor a partir do fim do período de relato no qual ocorre a mudança.

O Banco tem activos financeiros classificados nas seguintes categorias:

1) Crédito a Clientes

A rubrica Crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos Clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos, (ii) os direitos contratuais do Grupo expiram ou (iii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados a esses créditos.

As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como diminuição de perdas por imparidade no exercício em que ocorram.

O Crédito a Clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

2) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são os detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, designadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, e são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros.

Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou quando existem perdas de imparidade. Na alienação de activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou as perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidas na rubrica de Resultados de activos financeiros disponíveis para venda da demonstração de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associada aos activos, o prémio ou desconto é mensualizado até ao vencimento e reconhecido nas respectivas contas de custos/proveitos como juros o que representa a expressão da taxa efectiva de forma linear. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Activos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Banco tem intenção e capacidade de manter até a maturidade e não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes Activos Financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido na Margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificados.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que seja realizada próxima da maturidade, ou caso não esteja enquadrado nas excepções prevista pelas normas, obrigará o Banco a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para a venda e ficará durante dois anos, impossibilitado de classificar quaisquer activos financeiros nesta categoria.

4) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros calculados pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos na margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em "Resultados em operações financeiras", no momento em que ocorrem.

Imparidade dos instrumentos financeiros

Em cada data de relato, é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento

de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas por imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas e reconhecida em resultados. Caso num período subsequente o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de Resultados.

A recuperação das perdas por imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo-valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

A política de imparidade sobre a carteira de crédito a Clientes, encontra-se descrita abaixo:

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre Clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre Clientes, que possa ser estimado de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito, caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Banco avalia, em cada data de reporte, a existência de evidência objectiva de imparidade.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição total de cada Cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico - financeira do negócio do Cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no *rating* do Cliente;
- O património do Cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e a quantia escriturada de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados.

O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade.

Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados de um crédito com garantias reais corresponde aos fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos que não cumpram os requisitos de classificação para a análise individual, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- Para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos (análise paramétrica); ou
- Em relação a perdas incorridas mas não identificadas (IBNR) em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- Experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- Conhecimento da actual envolvente económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Banco o reconhecimento de perdas, cuja identificação em termos individuais, só ocorrerão em períodos futuros.

c) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos são pagos pelo Grupo numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

d) Empréstimos de títulos e transacções com acordo de recompra**(i) Empréstimo de títulos**

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou juros e custos equiparados.

e) Activos não correntes detidos para venda

Os grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as NIRF aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante em que a quantia escriturada do activo exceder o seu valor recuperável. Para efeitos da avaliação da imparidade, os activos são agrupados ao nível mais baixo, para o qual existam fluxos de caixa separadamente identificáveis (unidades geradoras de caixa).

f) Locação Financeira

Na óptica do locatário, os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador, os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

g) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva.

Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais, até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado, são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

h) Reconhecimento Resultados de serviços e comissões

Os resultados de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;

- Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

i) Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras incluem os ganhos e perdas que resultarem de transacções de comercialização de moeda estrangeira e da conversão para moeda nacional de itens monetários em moeda estrangeira.

Regista também os ganhos e as perdas de activos e passivos financeiros classificados como disponíveis para venda e os dividendos associados a essas carteiras.

j) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo.

As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 10
Outros activos tangíveis	3

Sempre que exista uma indicação de que um activo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos tangíveis são reconhecidas em resultados do período.

k) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são mensuradas ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado à data de relato. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

i) Activos intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos pelo Grupo são registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

A amortização é imputada à conta de resultados segundo o critério das quotas constantes, durante o período de vida útil esperada:

Software

O Grupo regista em activos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

Goodwill

O goodwill da aquisição de subsidiária é apresentado em activos intangíveis. A mensuração inicial representa a diferença entre o valor pago o justo valor dos activos da subsidiária.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial o Goodwill é mensurado pelo custo menos as perdas acumuladas por imparidade.

Os activos que tenham uma vida útil indefinida não são amortizados de forma programada, mas são testados anualmente quanto à imparidade. As perdas por imparidade para este tipo de activo não são revertidas.

m) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e equivalentes de caixa engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de relato, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto do Banco de Moçambique.

n) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para Meticais à taxa média divulgada pelo Banco de Moçambique à data de relato, sendo as diferenças cambiais resultantes desta conversão reconhecidas em lucros ou prejuízos, no período a que dizem respeito.

Os activos e passivos não monetários reconhecidos ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

o) Benefícios a empregados

(i) Plano de benefícios definidos

O Grupo atribui aos Colaboradores um plano de benefícios definidos, o qual é financiado através de um seguro que é gerido pela sua subsidiária Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

Para o plano de benefícios, o Grupo financia uma pensão remida que garante aos seus Colaboradores através de um complemento de reforma, que funciona numa base autónoma.

A pensão remida será atribuída aos Colaboradores no activo admitidos até 31 de Dezembro de 2011, no momento em que atinjam os 60 anos, no caso dos homens e 55 no caso das mulheres, sendo condição obrigatória que o Colaborador já esteja a beneficiar de pensão de velhice atribuída pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) ou caso a Comissão Executiva assim o decida.

A responsabilidade líquida do Grupo com o plano de benefício definido é estimada anualmente, com referência a 31 de Dezembro.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos a cobrir as responsabilidades.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com o plano e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com o plano e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de mensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e; (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui: (i) o custo do serviço corrente; (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões; (iii) o efeito das reformas antecipadas; (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade da reforma.

(ii) Benefícios a empregados de curto prazo

Benefícios de curto prazo consistem em salários e quaisquer benefícios não monetários, tais como contribuições de ajuda médica em que são mensurados numa base não descontada e são contabilizadas como despesas quando o serviço relacionado seja prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor a ser pago se o Grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função do serviço passado prestado, pelo empregado, e a obrigação para ser estimada com segurança.

(iii) Cessação de benefícios

Os benefícios inerentes à cessação do vínculo laboral são reconhecidos como despesa quando o Grupo não está em posição de poder revogar os compromissos formalmente assumidos antes da data de reforma ou quando relacionados com benefícios negociados, resultantes duma rescisão voluntária do Colaborador.

Caso não seja expectável que os benefícios venham a ser liquidados num prazo de 12 meses, os mesmos são descontados.

p) Impostos sobre lucros

O Grupo e a sua subsidiária com sede em Moçambique estão sujeitos ao regime fiscal consagrado pelo Código dos Impostos sobre o Rendimento, estando os lucros imputáveis a cada exercício sujeitos à incidência do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC).

Os impostos sobre lucros são registados em resultados.

O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios (nomeadamente activos financeiros disponíveis para venda).

Os impostos correntes correspondem ao valor que se espera pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando as taxas prescritas por lei, ou que estejam em vigor à data do relato e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas à data de relato e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

q) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

- Banca de Retalho;
- *Corporate Banking*; e
- Seguros.

r) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades); (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

s) Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas e em circulação.

t) Contratos de seguros

O Grupo emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento, reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados com segue:

(i) Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de acréscimos e diferimentos.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método *pro-rata temporis*, por cada recibo em vigor.

(ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício.

Esta provisão foi determinada como se segue:

A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e

Pela provisão, fundamentada em bases estatísticas, sobre o valor dos custos com sinistros do exercício, por forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

A reserva matemática do ramo acidentes de trabalho é calculada para as pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho e para as estimativas resultantes de processos cujos sinistrados se encontram em situação de “cura clínica”.

(iii) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir (shadow accounting):

Os ganhos e perdas não realizados dos activos afectos a responsabilidades de contractos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

A estimativa dos montantes a atribuir aos tomadores de seguro sob a forma de participação nos resultados, em cada modalidade ou conjunto de modalidades, é calculada tendo por base um plano adequado aplicado de forma consistente, tendo em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, os activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Provisão para participação nos resultados atribuída:

Corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contractos, a título de participação nos resultados, e que ainda não tenham sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contractos.

u) Estimativas Contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As NIRF's estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que a Comissão Executiva utilize julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisados nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pela Comissão Executiva, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. A Comissão Executiva considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas, utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmo através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos resultados consolidados.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A Autoridade Tributária de Moçambique tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pela sua subsidiária residente durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, a Comissão Executiva considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade do *Goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço da entidade do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

2. Margem financeira

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
<i>Juros e proveitos equiparados</i>				
Juros de crédito	15.233.154	12.329.074	15.233.154	12.329.074
Juros de depósitos e outras aplicações	468.212	158.961	451.526	155.139
Juros de títulos disponíveis para venda	4.153.733	2.130.515	4.022.562	1.870.357
Juros de títulos detidos até a maturidade	864.482	65.796	715.706	65.795
	<u>20.719.581</u>	<u>14.684.346</u>	<u>20.422.948</u>	<u>14.420.365</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>				
Juros de depósitos e outros recursos	8.290.702	4.971.805	8.940.046	5.214.164
Juros de títulos emitidos	-	-	42.167	17.099
Outros custos e juros equiparados	11.666	1.822	11.666	1.821
	<u>8.302.368</u>	<u>4.973.627</u>	<u>8.993.879</u>	<u>5.233.084</u>
<i>Margem financeira</i>	<u>12.417.213</u>	<u>9.710.719</u>	<u>11.429.069</u>	<u>9.187.281</u>

3. Rendimentos de instrumentos de capital

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Rendimentos de investimentos em subsidiárias	-	-	360.103	286.935
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	1.355	1.806	-	-
	<u>1.355</u>	<u>1.806</u>	<u>360.103</u>	<u>286.935</u>

A rubrica Rendimentos de Investimentos em subsidiárias corresponde, para o Banco, a dividendos recebidos associados à participação financeira detida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. e, para o Grupo, a dividendos recebidos de outras participações detidas pela Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

4. Resultados de serviços e comissões

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
<i>Serviços prestados</i>				
Por garantias prestadas	642.159	694.034	642.159	694.034
Por serviços bancários prestados	1.109.984	920.585	1.149.782	976.086
Comissões da actividade seguradora	75.596	86.114	-	-
Outras comissões	739.466	782.604	739.466	782.604
	<u>2.567.205</u>	<u>2.483.337</u>	<u>2.531.407</u>	<u>2.452.724</u>
<i>Serviços recebidos</i>				
Por garantias recebidas	57.564	43.642	57.564	43.642
Por serviços bancários prestados	531	1.075	58	1.074
Comissões da actividade seguradora	110.627	79.041	-	-
Outras comissões	218.125	230.108	218.125	230.108
	<u>386.847</u>	<u>353.866</u>	<u>275.747</u>	<u>274.824</u>
<i>Resultados de serviços e comissões</i>	<u>2.180.358</u>	<u>2.129.471</u>	<u>2.255.660</u>	<u>2.177.900</u>

5. Resultados em operações financeiras

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
<i>Lucros em operações financeiras</i>				
Operações cambiais	1.038.173	2.007.075	859.840	1.410.226
Outras operações	34.854	148.514	11.776	142.671
	<u>1.073.027</u>	<u>2.155.589</u>	<u>871.616</u>	<u>1.552.897</u>
<i>Prejuízos em operações financeiras</i>				
Operações cambiais	298.185	404.270	90.262	32.460
Outras operações	-	2.251	-	2.251
	<u>298.185</u>	<u>406.521</u>	<u>90.262</u>	<u>34.711</u>
	<u>774.842</u>	<u>1.749.068</u>	<u>781.354</u>	<u>1.518.186</u>

6. Outros resultados de exploração

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
<i>Outros proveitos de exploração</i>				
Rendimentos de imóveis	27.333	9.513	20.417	2.359
Prestação de serviços	8.967	7.985	162.733	80.003
Reembolso de despesas	146.167	148.596	146.190	148.632
Prémios de seguros	1.330.228	1.301.819	-	-
Outros proveitos de exploração	325.664	201.470	16.400	34.162
	<u>1.838.359</u>	<u>1.669.383</u>	<u>345.740</u>	<u>265.156</u>
<i>Outros custos de exploração</i>				
Impostos	33.392	43.559	31.467	41.162
Donativos e quotizações	15.798	14.372	15.384	14.012
Custos com sinistros	1.017.098	602.472	-	-
Outros custos de exploração	68.688	53.025	64.502	48.246
	<u>1.134.976</u>	<u>713.428</u>	<u>111.353</u>	<u>103.420</u>
	<u>703.383</u>	<u>955.955</u>	<u>234.387</u>	<u>161.736</u>

O valor de outros proveitos de Exploração, em Dezembro de 2017, no Grupo inclui o reconhecimento no consolidado dos desvios actuariais financeiros positivos no valor de 222.481 milhares de Meticais (2016: 156.826 milhares de Meticais).

7. Custos com pessoal

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Remunerações	2.537.218	2.380.619	2.341.882	2.201.481
Encargos sociais obrigatórios	89.965	77.079	82.819	70.775
Encargos sociais facultativos	4.166	20.565	124.194	120.877
Outros custos	24.350	17.790	22.756	7.957
	<u>2.655.699</u>	<u>2.496.053</u>	<u>2.571.651</u>	<u>2.401.090</u>

O número efectivo médio de colaboradores em serviço no Grupo e no Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, é demonstrado como se segue:

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Administração e Direcção	132	163	116	143
Específicas / Técnicas	877	947	798	862
Outras funções	1.339	1.416	1.293	1.369
	2.348	2.526	2.207	2.374

O valor total das remunerações atribuídas pelo Grupo e pelo Banco aos órgãos de Administração e Fiscalização no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, registado na rubrica de Remunerações, foi de 319.523 milhares de Meticais e 290.526 milhares de Meticais, respectivamente (2016:283.996 milhares de Meticais e 258.158 milhares de Meticais).

A rubrica de custos com pessoal inclui ainda os custos associados às responsabilidades com pensões para o Grupo e para Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 no montante de 21.757 milhares de Meticais e de 8.281 milhares de Meticais, respectivamente (2016: 59.884 milhares de Meticais e 54.496 milhares de Meticais).

8. Outros gastos administrativos

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Água, energia e combustíveis	128.668	88.249	123.392	83.927
Material de consumo corrente	158.014	144.719	152.175	138.162
Rendas e alugueres	289.149	278.034	352.013	339.430
Comunicações	225.975	179.765	221.397	176.072
Deslocações, estadias e representações	83.885	71.082	82.349	67.831
Publicidade	115.968	121.841	99.397	109.019
Custos com trabalho independente	148.917	110.827	116.164	86.880
Conservação e reparação	169.834	176.623	161.606	167.207
Seguros	11.526	8.538	89.648	82.454
Serviços judiciais, contenciosos e notariado	11.093	11.882	10.950	11.834
Informática e Consultoria	1.242.960	1.106.025	1.209.917	1.078.049
Segurança e vigilância	135.637	114.280	131.566	111.010
Limpeza de instalações	35.010	30.104	35.010	30.104
Transportes de valores	91.243	81.546	91.243	81.546
Formação do pessoal	23.632	21.186	23.632	21.186
Outros serviços de terceiros	2.392	2.835	2.388	2.836
	2.873.903	2.547.536	2.902.847	2.587.547

9. Amortizações do exercício

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
<i>Activos intangíveis</i>				
Software	72.333	70.117	67.784	64.958
<i>Activos tangíveis</i>				
Imóveis	149.619	141.469	132.455	124.305
Equipamento	337.661	321.105	320.220	307.285
Mobiliário	30.865	26.686	28.940	25.178
Máquinas	7.265	8.027	7.211	7.976
Equipamento informático	155.389	145.781	154.366	144.553
Instalações interiores	60.136	53.955	59.408	53.228
Viaturas	54.318	55.022	42.174	46.389
Equipamento de segurança	26.666	28.501	26.666	28.501
Outro equipamento	3.022	3.133	1.455	1.460
Outros activos tangíveis	23	28	23	28
	<u>487.303</u>	<u>462.602</u>	<u>452.698</u>	<u>431.618</u>
	<u>559.636</u>	<u>532.719</u>	<u>520.482</u>	<u>496.576</u>

10. Imparidade do crédito

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
<i>Crédito concedido a clientes</i>				
Dotação líquida do exercício	2.169.254	1.706.110	2.169.254	1.706.110
Recuperação de crédito e de juros abatidos ao activo	(165.741)	(61.812)	(165.741)	(61.812)
	<u>2.003.513</u>	<u>1.644.298</u>	<u>2.003.513</u>	<u>1.644.298</u>

A rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data de fim do exercício determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva de imparidade, conforme descrito na nota 1 c).

11. Outras provisões

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Provisões para riscos de crédito indirecto				
Dotação do exercício	143.080	95.369	143.080	95.369
Reversão do exercício	(424.009)	(149.956)	(424.009)	(149.956)
Provisões para riscos bancários gerais				
Dotação do exercício	46.902	5.469	46.902	5.469
Reversão do exercício	(435)	-	(435)	-
Outras provisões para riscos e encargos				
Dotação do exercício	47.092	21.438	47.092	21.438
Provisões técnicas de seguros				
Dotação do exercício	11.163	354.286	-	-
Provisões para outros activos				
Dotação do exercício	33.312	21.779	-	-
Provisões para activos não correntes detidos para venda				
Dotação do exercício	65.179	290	65.179	290
Reversão do exercício	(2.619)	-	(2.619)	-
	<u>(80.335)</u>	<u>348.675</u>	<u>(124.810)</u>	<u>(27.390)</u>

12. Impostos

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Imposto corrente	1.895.569	1.952.423	1.604.330	1.709.423
Imposto diferido				
Activos tangíveis	8.543	10.817	8.543	10.817
	8.543	10.817	8.543	10.817
Total de custo de impostos	1.904.112	1.963.240	1.612.873	1.720.240
Reconciliação de custo efectivo do imposto				
Resultado antes de impostos	8.064.736	6.977.737	7.186.890	6.229.917
Impostos correntes	2.622.362	2.300.704	2.299.805	2.014.295
Ajustamentos ao imposto:				
Impacto das despesas não dedutíveis	22.164	32.388	21.093	30.963
Impacto de custos não dedutíveis	40.571	23.178	38.440	22.047
Rendimentos isentos de imposto ou não tributáveis	(21.098)	(9.663)	(21.098)	(9.663)
Amortização do custo diferido	(9.459)	(26.025)	(9.459)	(26.025)
Impacto dos desvios actuariais	71.440	-	-	-
Benefícios fiscais	(132.454)	(91.819)	(115.233)	(91.819)
Rendimentos de títulos de Dívida Pública - taxa liberatória	(1.847.427)	(735.197)	(1.624.579)	(613.107)
Imposto à taxa liberatória de juros da Dívida Pública	1.149.470	458.857	1.015.362	382.731
Custo de impostos	1.895.569	1.952.423	1.604.330	1.709.423

13. Resultado por acção

MZN				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Resultado líquido	6.100.553.013	4.950.639.079	5.574.017.036	4.509.677.050
Número de acções	45.000.000	45.000.000	45.000.000	45.000.000
<i>Resultado por acção</i>	135,57	110,01	123,87	100,22

14. Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	4.593.464	4.924.787	4.593.464	4.924.787
Banco de Moçambique	13.947.043	15.212.105	13.947.043	15.212.105
	18.540.507	20.136.892	18.540.507	20.136.892

O saldo de disponibilidades junto do Banco de Moçambique visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com o Aviso nº 12/GBM/2017 do Banco de Moçambique, obriga à manutenção de saldo em depósitos no Banco de Moçambique, equivalente a 14,0% sobre o montante médio diário dos depósitos e outras responsabilidades (2016: 15,5%).

15. Disponibilidades em outras instituições de crédito

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Instituições de crédito no país	84.206	63.918	72.601	62.175
Instituições de crédito no estrangeiro	1.160.042	1.166.324	1.160.042	1.166.324
	1.244.248	1.230.242	1.232.643	1.228.499

A rubrica de Disponibilidades em instituições de crédito no país, inclui valores a cobrar no montante de 72.601 milhares de Meticaís, para o Banco e para o Grupo, que representam, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito em cobrança em 31 de Dezembro de 2017 (2016: 47.506 milhares de Meticaís).

Desagregação das Disponibilidades em Outras Instituições de crédito no estrangeiro por moeda:

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
USD	268.378	394.181	268.378	394.181
CAD	10.748	1.199	10.748	1.199
ZAR	14.451	44.105	14.451	44.105
DKK	743	2.666	743	2.666
GBP	15.020	9.279	15.020	9.279
JPY	488	944	488	944
NOK	1.780	58.888	1.780	58.888
SEK	838	3.472	838	3.472
CHF	4.754	8.656	4.754	8.656
EUR	841.150	640.537	841.150	640.537
AUD	1.692	2.397	1.692	2.397
	1.160.042	1.166.324	1.160.042	1.166.324

16. Aplicações em instituições de crédito

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Aplicações em instituições de crédito no país	3.656.258	949.927	3.649.303	935.413
Aplicações inst.crédito no estrangeiro	6.493.585	10.662.792	6.493.585	10.662.792
	10.149.843	11.612.719	10.142.888	11.598.205

17. Crédito a Clientes

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Crédito com garantias reais	787.979	1.427.509	787.979	1.427.509
Crédito com outras garantias	54.404.327	58.742.015	54.404.327	58.742.015
Crédito sem garantias	1.039.457	5.472.722	1.039.457	5.472.722
Crédito ao sector público	5.723.189	12.436.331	5.723.189	12.436.331
Crédito em locação financeira	2.188.652	2.853.661	2.188.652	2.853.661
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	68.096	84.153	68.096	84.153
	64.211.700	81.016.391	64.211.700	81.016.391
Crédito vencido - menos de 90 dias	340.640	420.841	340.640	420.841
Crédito vencido - mais de 90 dias	3.431.748	2.992.639	3.431.748	2.992.639
	67.984.088	84.429.871	67.984.088	84.429.871
Imparidade para riscos de crédito	(6.570.995)	(6.146.761)	(6.570.995)	(6.146.761)
	61.413.093	78.283.110	61.413.093	78.283.110

A análise do crédito a Clientes por tipo de operação é a seguinte:

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
<i>Curto prazo</i>				
Crédito descontado titulado por efeitos	337.117	1.721.059	337.117	1.721.059
Crédito em conta corrente	2.699.233	6.211.731	2.699.233	6.211.731
Descobertos em depósitos à ordem	884.961	2.478.355	884.961	2.478.355
Empréstimos	12.527.630	23.564.132	12.527.630	23.564.132
Crédito imobiliário	504	625	504	625
Capital em locação	92.582	122.385	92.582	122.385
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	68.096	84.153	68.096	84.153
	16.610.123	34.182.440	16.610.123	34.182.440
<i>Médio e longo prazo</i>				
Crédito descontado titulado por efeitos				
Empréstimos	45.506.011	44.103.301	45.506.011	44.103.301
Crédito imobiliário	109.322	124.410	109.322	124.410
Capital em locação	1.986.244	2.606.240	1.986.244	2.606.240
	47.601.577	46.833.951	47.601.577	46.833.951
Crédito vencido - menos de 90 dias	340.640	420.841	340.640	420.841
Crédito vencido - mais de 90 dias	3.431.748	2.992.639	3.431.748	2.992.639
	3.772.388	3.413.480	3.772.388	3.413.480
Imparidade para riscos de crédito	(6.570.995)	(6.146.761)	(6.570.995)	(6.146.761)
	61.413.093	78.283.110	61.413.093	78.283.110

A análise do crédito a Clientes por sector de actividade é a seguinte:

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Agricultura e silvicultura	2.860.710	3.402.416	2.860.710	3.402.416
Indústrias extractivas	647.329	1.365.694	647.329	1.365.694
Alimentação, bebidas e tabaco	779.748	771.038	779.748	771.038
Têxteis	5.459	5.857	5.459	5.857
Papel, artes gráficas e editoras	59.361	171.790	59.361	171.790
Químicas	2.373.031	2.393.956	2.373.031	2.393.956
Máquinas e equipamentos	1.711.724	2.135.700	1.711.724	2.135.700
Electricidade, água e gás	5.648.664	7.056.066	5.648.664	7.056.066
Construção	6.632.640	6.766.553	6.632.640	6.766.553
Comércio	9.415.623	11.255.722	9.415.623	11.255.722
Restaurantes e hotéis	850.775	1.164.713	850.775	1.164.713
Transportes e comunicações	4.159.759	4.961.267	4.159.759	4.961.267
Serviços	12.867.000	14.835.181	12.867.000	14.835.181
Crédito ao consumo	11.725.662	15.154.017	11.725.662	15.154.017
Crédito à habitação	804.358	958.726	804.358	958.726
Estado Moçambicano	5.759.195	10.385.380	5.759.195	10.385.380
Outras actividades	1.683.050	1.645.795	1.683.050	1.645.795
	67.984.088	84.429.871	67.984.088	84.429.871
Imparidade para riscos de crédito	(6.570.995)	(6.146.761)	(6.570.995)	(6.146.761)
	61.413.093	78.283.110	61.413.093	78.283.110

A carteira de crédito a Clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os Clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro.

A análise dos créditos reestruturados por sectores de actividade é a seguinte:

	MZN' 000	
	2017	2016
Agricultura e silvicultura	463.004	2.430.524
Indústrias extractivas	934.790	-
Alimentação, bebidas e tabaco	2.678	2.628
Têxteis	4.956	4.816
Papel, artes gráficas e editoras	9.100	7.287
Químicas	-	17.485
Máquinas e equipamentos	438.875	146.679
Electricidade, água e gás	38.066	23.817
Construção	862.002	623.420
Comércio	6.868.730	351.170
Restaurantes e hotéis	144.686	334.882
Transportes e comunicações	6.290.361	465.489
Serviços	3.036.017	79.148
Crédito ao consumo	452.197	248.711
Crédito à habitação	-	6.276
Outras actividades	23.187	764.610
	19.568.649	5.506.942

A análise do crédito vencido por tipo de crédito é a seguinte:

	MZN' 000	
	2017	2016
Crédito com garantias reais	22.103	12.909
Crédito com outras garantias	3.437.335	3.135.107
Crédito sem garantias	38.927	28.820
Crédito ao sector público	13.171	310
Crédito em locação financeira	260.852	236.334
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	-	-
	3.772.388	3.413.480

A análise do crédito vencido por sectores de actividade é a seguinte:

	MZN' 000	
	2017	2016
Agricultura e silvicultura	343.853	195.573
Indústrias extractivas	41.481	718
Alimentação, bebidas e tabaco	30.942	31.609
Têxteis	9	17
Papel, artes gráficas e editoras	3.574	8.172
Químicas	4.946	133.623
Máquinas e equipamentos	24.096	16.579
Electricidade, água e gás	1.477	6.413
Construção	294.814	127.432
Comércio	523.455	365.503
Restaurantes e hotéis	75.406	61.333
Transportes e comunicações	784.698	808.785
Serviços	547.485	130.168
Crédito ao consumo	952.637	1.462.664
Crédito à habitação	22.103	12.702
Estado Moçambicano	18.676	6.068
Outras actividades	102.736	46.121
	3.772.388	3.413.480

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como se segue:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	6.146.761	4.177.409	6.146.761	4.177.409
Dotação do exercício líquida	2.169.254	1.784.978	2.169.254	1.784.978
Utilização de imparidade	(1.391.029)	(404.250)	(1.391.029)	(404.250)
Diferenças cambiais	(353.991)	588.624	(353.991)	588.624
Saldo em 31 de Dezembro	6.570.995	6.146.761	6.570.995	6.146.761

O quadro seguinte apresenta, por classes de incumprimento, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2017:

				MZN'000
Classes de incumprimento				
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Crédito vencido com garantia	436.564	1.033.351	2.263.546	3.733.461
Imparidade existente	(234.823)	(196.989)	(1.652.065)	(2.083.877)
Crédito vencido sem garantia	13.282	8.367	17.278	38.927
Imparidade existente	(5.469)	(1.659)	(10.428)	(17.556)
Total de crédito vencido	449.846	1.041.718	2.280.824	3.772.388
Total da imparidade para crédito vencido	(240.292)	(198.648)	(1.662.493)	(2.101.433)
Total da imparidade para crédito vincendo				(4.469.562)
Total da imparidade para riscos de crédito				(6.570.995)

O quadro seguinte apresenta, por classes de incumprimento, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2016:

				MZN'000
Classes de incumprimento				
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Crédito vencido com garantia	517.333	240.468	2.633.929	3.391.730
Imparidade existente	(100.469)	(127.819)	(1.823.329)	(2.051.617)
Crédito vencido sem garantia	1.915	14.717	5.118	21.750
Imparidade existente	(569)	(7.511)	(4.130)	(12.210)
Total de crédito vencido	519.248	255.185	2.639.047	3.413.480
Total da imparidade para crédito vencido	(101.038)	(135.330)	(1.827.459)	(2.063.827)
Total da imparidade para crédito vincendo				(4.082.933)
Total da imparidade para riscos de crédito				6.146.761

A análise da imparidade por sectores de actividade é a seguinte:

		MZN' 000
	2017	2016
Agricultura e silvicultura	1.223.461	1.197.856
Indústrias extractivas	16.498	27.364
Alimentação, bebidas e tabaco	20.733	20.264
Têxteis	3.478	130
Papel, artes gráficas e editoras	7.481	10.523
Químicas	51.194	49.994
Máquinas e equipamentos	42.102	151.230
Electricidade, água e gás	129.843	146.792
Construção	546.243	370.078
Comércio	584.993	405.143
Restaurantes e hotéis	74.229	56.902
Transportes e comunicações	842.329	652.554
Serviços	1.029.485	585.070
Crédito ao consumo	1.582.728	2.144.463
Crédito à habitação	52.907	62.393
Estado Moçambicano	132.242	207.797
Outras actividades	231.049	58.208
	6.570.995	6.146.761

A imparidade por tipo de crédito é analisada como se segue:

	2017	2016
Crédito com garantias reais	54.943	74.249
Crédito com outras garantias	6.002.936	5.315.774
Crédito sem garantias	91.261	119.079
Crédito ao sector público	128.560	248.816
Crédito em locação financeira	291.933	387.160
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1.362	1.683
	6.570.995	6.146.761

A anulação de crédito por utilização de provisão por sector de actividade é a seguinte:

	2017	2016
Agricultura e silvicultura	205	-
Alimentação, bebidas e tabaco	14.780	-
Máquinas e equipamento	84	7.248
Construção	293.580	-
Comércio	7.741	-
Restaurantes e hotéis	966	-
Transportes e comunicações	1.503	-
Serviços	29.548	-
Crédito ao consumo	1.026.777	74.017
Outras actividades	15.845	322.985
	1.391.029	404.250

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2017	2016
Crédito com outras garantias	1.275.438	344.767
Crédito sem garantias	115.591	59.483
	1.391.029	404.250

A recuperação de créditos e de juros anulados no ano ou em anos anteriores, efectuada no decorrer de 2017 apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2017	2016
Crédito com outras garantias	146.288	26.954
Crédito sem garantias	19.453	34.857
	165.741	61.811

18. Activos financeiros disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda é analisada como se segue:

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	29.743.765	9.519.052	29.269.627	8.852.812
De outros emissores	-	6.591	-	-
	<u>29.743.765</u>	<u>9.525.643</u>	<u>29.269.627</u>	<u>8.852.812</u>
Acções e outros títulos de rendimento variável	64.252	64.298	32.074	32.166
Imparidade de acções e outros títulos de rendimento variável	(7.098)	(7.098)	(7.098)	(7.098)
	<u>29.800.919</u>	<u>9.582.843</u>	<u>29.294.603</u>	<u>8.877.880</u>

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda corresponde essencialmente a títulos emitidos pelo Estado de Moçambique, designadamente Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro.

Não se registaram movimentos na imparidade associada à carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

19. Activos financeiros detidos até à maturidade

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Obrigações e outros títulos detidos até a maturidade				
De emissores públicos	4.861.340	7.635.754	4.579.489	6.067.068
	<u>4.861.340</u>	<u>7.635.754</u>	<u>4.579.489</u>	<u>6.067.068</u>

A rubrica de Activos Financeiros detidos até à maturidade é composta essencialmente por Obrigações do Tesouro emitidos pelo estado Moçambicano com taxa fixa.

20. Investimentos em subsidiárias e associadas

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
<i>Subsidiária:</i>				
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	-	-	416.148	356.148
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>416.148</u>	<u>356.148</u>

O investimento na subsidiária Seguradora Internacional de Moçambique S.A., no valor de 416.148 milhares de Meticais, corresponde ao custo de aquisição da participação social. Em 31 de Dezembro de 2017 os capitais próprios da subsidiária, ascendem a 3.936.255 milhares de Meticais (em 31 Dezembro 2016: 3.808.084 milhares de Meticais).

Em 31 de Dezembro de 2017, a percentagem da participação do Banco na subsidiária, é demonstrada como se segue:

Subsidiária	Sede	Capital Social	Actividade Económica	% de participação	Método de consolidação
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	Maputo	147.500.000	Seguros	91,99	Integral*

*Para efeitos de reporte ao Banco de Moçambique e no cumprimento do Aviso nr. 08/GBM/2007, o Banco consolida pelo método de Equivalência patrimonial.

A participação do Grupo na SIM – Seguradora Internacional de Moçambique, sofreu alteração em relação ao ano anterior decorrente da aquisição em 5 de Janeiro de 2017, pelo Grupo, de 30.716 acções, representativas de 2,0824% da participação da TDM na SIM no valor global de 60 milhões de Meticais.

Em 31 de Dezembro de 2017, a percentagem da participação do Grupo nas associadas é demonstrada como se segue:

Associada	Sede	Capital Social	Actividade Económica	MZN' 000			
				Participação Efectiva (%)		Valor de Balanço	
				2017	2016	2017	2016
Constellation, S.A	Maputo	1.053.500	Gestão Imobiliária	17,98	17,98	250.208	250.208
Beira Nave	Beira	2.850	Estaleiros navais	20,54	20,54	17.292	17.292
						267.500	267.500

21. Activos não correntes detidos para venda

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Aplicações por recuperação de crédito				
Imóveis	1.514.763	1.164.677	1.514.763	1.164.677
Equipamentos e outros	1.125.253	8.845	1.125.253	8.845
	2.640.016	1.173.522	2.640.016	1.173.522
Imparidade	(238.679)	(179.711)	(238.679)	(179.711)
	2.401.337	993.811	2.401.337	993.811

O crescimento desta rubrica corresponde essencialmente ao recebimento de uma dação em por parte da ADC S.A. no montante de 1.120.000 milhares de Meticais.

Os movimentos de imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como se segue:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	179.711	179.421	179.711	179.421
Dotação do exercício	65.179	290	65.179	290
Reversão do exercício	(2.619)	-	(2.619)	-
Utilizações	(3.591)	-	(3.591)	-
Saldo no fim do exercício	238.679	179.711	238.679	179.711

22. Outros activos tangíveis

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2017, para o Grupo e para o Banco, são analisados como se segue:

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Imóveis	4.160.806	4.085.755	3.327.604	3.307.212
Obras em edifícios arrendados	930.628	727.905	930.628	727.905
Equipamento				
Mobiliário	351.330	304.148	338.903	297.699
Máquinas	120.693	112.973	117.281	109.646
Equipamento informático	1.711.158	1.528.868	1.693.744	1.515.637
Instalações interiores	738.970	644.849	732.200	638.079
Viaturas	403.962	377.644	340.011	322.646
Equipamento de segurança	290.148	253.691	290.148	253.691
Outros activos tangíveis	39.621	36.165	26.103	24.933
Investimentos em curso	439.007	378.455	438.143	378.456
	9.186.321	8.450.453	8.234.765	7.575.904
<i>Amortizações e imparidade acumuladas</i>	(3.507.788)	(3.096.381)	(3.234.780)	(2.854.742)
	5.678.533	5.354.072	4.999.985	4.721.162

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2017, para o Grupo, são analisados como se segue:

MZN' 000					
	Saldo em 01 Janeiro 2017	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2017
<i>Custo</i>					
Imóveis	4.085.755	57.197	-	17.854	4.160.806
Obras em edifícios arrendados	727.905	10.156	-	192.567	930.628
Equipamento					
Mobiliário	304.148	41.954	(325)	5.553	351.330
Máquinas	112.973	7.744	(24)	-	120.693
Equipamento informático	1.528.868	109.248	(30.104)	103.146	1.711.158
Instalações interiores	644.849	56.258	(3.757)	41.620	738.970
Viaturas	377.644	61.416	(35.098)	-	403.962
Equipamento de segurança	253.691	19.028	(7)	17.436	290.148
Outros activos tangíveis	36.166	3.305	30	120	39.621
Imobilizado em curso	378.455	438.848	-	(378.296)	439.007
	8.450.453	805.153	(69.286)	-	9.186.321
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Imóveis	(490.460)	(90.482)	-	-	(580.942)
Obras em edifícios arrendados	(345.471)	(59.137)	-	-	(404.608)
Equipamento					
Mobiliário	(144.458)	(30.865)	1.137	-	(174.186)
Máquinas	(96.604)	(7.265)	59	-	(103.810)
Equipamento informático	(1.216.526)	(155.389)	30.736	-	(1.341.179)
Instalações interiores	(318.923)	(60.136)	3.163	-	(375.896)
Viaturas	(267.853)	(54.318)	40.647	856	(280.668)
Equipamento de segurança	(187.908)	(26.666)	7	-	(214.567)
Outros activos tangíveis	(28.178)	(3.045)	147	(856)	(31.932)
	(3.096.381)	(487.303)	75.896	-	(3.507.788)
Valor líquido	5.354.072	317.850	6.612	-	5.678.533

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2016, para o Grupo, são analisados como se segue:

	Saldo em 01 Janeiro 2016	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2016
<i>Custo</i>					
Imóveis	4.112.886	14.684	(59.658)	17.843	4.085.755
Obras em edificios arrendados	732.581	16.030	(43.384)	22.678	727.905
Equipamento					
Mobiliário	324.454	21.197	(82.920)	41.417	304.148
Máquinas	148.341	3.238	(38.606)	-	112.973
Equipamento informático	1.571.881	91.840	(163.648)	28.796	1.528.868
Instalações interiores	678.093	51.430	(86.904)	2.230	644.849
Viaturas	412.871	32.169	(67.396)	-	377.644
Equipamento de segurança	261.308	25.347	(31.676)	(1.288)	253.691
Outros activos tangíveis	55.144	3.380	(22.358)	-	36.166
Imobilizado em curso	155.507	339.125	(4.501)	(111.676)	378.455
	<u>8.453.065</u>	<u>598.439</u>	<u>(601.051)</u>	<u>-</u>	<u>8.450.453</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Imóveis	(401.171)	(89.150)	612	(752)	(490.460)
Obras em edificios arrendados	(336.752)	(52.319)	42.848	752	(345.471)
Equipamento					
Mobiliário	(189.791)	(26.686)	72.019	-	(144.458)
Máquinas	(127.142)	(8.027)	38.556	9	(96.604)
Equipamento informático	(1.232.112)	(145.781)	161.367	-	(1.216.526)
Instalações interiores	(350.891)	(53.955)	85.930	(7)	(318.923)
Viaturas	(273.489)	(55.022)	60.658	-	(267.853)
Equipamento de segurança	(191.083)	(28.501)	31.676	-	(187.908)
Outros activos tangíveis	(44.283)	(3.161)	19.268	(2)	(28.178)
	<u>(3.146.713)</u>	<u>(462.602)</u>	<u>512.934</u>	<u>-</u>	<u>(3.096.381)</u>
	<u>5.306.352</u>	<u>135.837</u>	<u>(88.117)</u>	<u>-</u>	<u>5.354.072</u>

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2017, para o Banco, são analisados como se segue:

	Saldo em 01 Janeiro 2017	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2017
<i>Custo</i>					
Imóveis	3.307.212	2.538	-	17.854	3.327.604
Obras em edificios arrendados	727.905	10.156	-	192.567	930.628
Equipamento					
Mobiliário	297.699	35.976	(325)	5.553	338.903
Máquinas	109.646	7.693	(58)	-	117.281
Equipamento informático	1.515.637	106.475	(31.514)	103.146	1.693.744
Instalações interiores	638.079	56.258	(3.757)	41.620	732.200
Viaturas	322.646	51.313	(33.948)	-	340.011
Equipamento de segurança	253.691	19.028	(7)	17.436	290.148
Outros activos tangíveis	24.933	1.020	30	120	26.103
Imobilizado em curso	378.456	437.983	-	(378.296)	438.143
	<u>7.575.904</u>	<u>728.440</u>	<u>(69.579)</u>	<u>-</u>	<u>8.234.765</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Imóveis	(310.023)	(73.318)	-	-	(383.341)
Obras em edificios arrendados	(345.471)	(59.137)	-	-	(404.608)
Equipamento					
Mobiliário	(139.758)	(28.940)	276	-	(168.422)
Máquinas	(93.444)	(7.211)	58	-	(100.597)
Equipamento informático	(1.204.673)	(154.366)	30.736	-	(1.328.303)
Instalações interiores	(314.860)	(59.408)	3.163	-	(371.105)
Viaturas	(240.424)	(42.174)	38.274	-	(244.324)
Equipamento de segurança	(187.908)	(26.666)	7	-	(214.567)
Outros activos tangíveis	(18.181)	(1.478)	146	-	(19.513)
	<u>(2.854.742)</u>	<u>(452.698)</u>	<u>72.660</u>	<u>-</u>	<u>(3.234.780)</u>
Valor líquido	<u>4.721.162</u>	<u>275.742</u>	<u>3.081</u>	<u>-</u>	<u>4.999.985</u>

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2016, para o Banco, são analisados como se segue:

	Saldo em 01 Janeiro 2016	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2016
<i>Custo</i>					
Imóveis	3.275.297	14.684	(612)	17.843	3.307.212
Obras em edificios arrendados	732.581	16.030	(43.384)	22.678	727.905
Equipamento					
Mobiliário	318.005	14.669	(76.392)	41.417	297.699
Máquinas	145.014	3.188	(38.556)	-	109.646
Equipamento informático	1.558.650	89.681	(161.490)	28.796	1.515.637
Instalações interiores	671.323	51.430	(86.904)	2.230	638.079
Viaturas	357.872	17.914	(53.140)	-	322.646
Equipamento de segurança	261.308	25.347	(31.676)	(1.288)	253.691
Outros activos tangíveis	43.911	1.147	(20.125)	-	24.933
Imobilizado em curso	155.507	339.125	(4.500)	(111.676)	378.456
	<u>7.519.468</u>	<u>573.215</u>	<u>(516.779)</u>	<u>-</u>	<u>7.575.904</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Imóveis	(237.897)	(71.986)	612	(752)	(310.023)
Obras em edificios arrendados	(336.752)	(52.319)	42.848	752	(345.471)
Equipamento					
Mobiliário	(185.780)	(25.178)	71.200	-	(139.758)
Máquinas	(124.033)	(7.976)	38.556	9	(93.444)
Equipamento informático	(1.221.485)	(144.553)	161.365	-	(1.204.673)
Instalações interiores	(347.556)	(53.228)	85.931	(7)	(314.860)
Viaturas	(243.950)	(46.389)	49.915	-	(240.424)
Equipamento de segurança	(191.083)	(28.501)	31.676	-	(187.908)
Outros activos tangíveis	(36.756)	(1.488)	20.065	(2)	(18.181)
	<u>(2.925.292)</u>	<u>(431.618)</u>	<u>502.168</u>	<u>-</u>	<u>(2.854.742)</u>
	<u>4.594.176</u>	<u>141.597</u>	<u>(14.611)</u>	<u>-</u>	<u>4.721.162</u>

23. Goodwill e outros activos intangíveis

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
<i>Activos intangíveis</i>				
'Software'	676.469	624.851	690.994	555.991
Investimentos em curso	162.791	99.061	64.243	85.272
	<u>839.260</u>	<u>723.912</u>	<u>755.237</u>	<u>641.263</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>				
	<u>(565.936)</u>	<u>(493.604)</u>	<u>(510.200)</u>	<u>(442.416)</u>
	<u>273.324</u>	<u>230.308</u>	<u>245.037</u>	<u>198.847</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação (Goodwill)</i>				
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	122.313	122.313	-	-
	<u>395.637</u>	<u>352.621</u>	<u>245.037</u>	<u>198.847</u>

Os movimentos da rubrica de Goodwill e activos intangíveis, durante o ano de 2017, para o Grupo, são analisados como se segue:

	Saldo em 01 Janeiro 2017	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2017
<i>Custo</i>					
Software	624.851	51.618	-	-	676.469
Investimentos em curso	99.061	65.311	(1.581)	-	162.791
	<u>723.912</u>	<u>116.929</u>	<u>(1.581)</u>	<u>-</u>	<u>839.260</u>
Goodwill	122.313	-	-	-	122.313
	<u>846.225</u>	<u>116.929</u>	<u>(1.581)</u>	<u>-</u>	<u>961.573</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Software	(493.604)	(72.332)	-	-	(565.936)
Valor líquido	<u>352.621</u>	<u>44.597</u>	<u>(1.581)</u>	<u>-</u>	<u>395.637</u>

Os movimentos da rubrica de *Goodwill* e activos intangíveis, durante o ano de 2016, para o Grupo, são analisados como se segue:

MZN' 000

	Saldo em 01 Janeiro 2016	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2016
<i>Custo</i>					
'Software'	646.087	37.305	(68.757)	10.216	624.851
Investimentos em curso	23.216	89.309	(3.248)	(10.216)	99.061
	669.303	126.614	(72.005)	-	723.912
<i>Goodwill</i>	122.313	-	-	-	122.313
	791.616	126.614	(72.005)	-	846.225
<i>Amortizações acumuladas</i>					
'Software'	(492.364)	(70.116)	68.876	-	(493.604)
Valor líquido	299.252	56.498	(3.129)	-	352.621

Os movimentos da rubrica de activos intangíveis, durante o ano de 2017, para o Banco, são analisados como se segue:

MZN' 000

	Saldo em 01 Janeiro 2017	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2017
<i>Custo</i>					
<i>Software</i>	555.991	51.618	-	83.385	690.994
Imobilizado em curso	85.272	62.356	-	(83.385)	64.243
	641.263	113.974	-	-	755.237
<i>Amortizações acumuladas</i>					
<i>Software</i>	(442.416)	(67.784)	-	-	(510.200)
Valor líquido	198.847	46.190	-	-	245.037

Os movimentos da rubrica de activos intangíveis, durante o ano de 2016, para o Banco, são analisados como se segue:

MZN' 000

	Saldo em 01 Janeiro 2016	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2016
<i>Custo</i>					
<i>Software</i>	587.443	37.305	(68.757)	-	555.991
Imobilizado em curso	8.172	77.100	-	-	85.272
	595.615	114.405	(68.757)	-	641.263
<i>Amortizações acumuladas</i>					
<i>Software</i>	(446.334)	(64.958)	68.876	-	(442.416)
Valor líquido	149.281	49.447	119	-	198.847

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 a), o valor recuperável do *Goodwill* é avaliado anualmente no segundo semestre de cada exercício, independentemente da existência de sinais de imparidade ou, conforme disposto no parágrafo 9 da IAS 36, sempre que existam sinais de que o activo em apreço tenha sofrido imparidade.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável do *goodwill* deve ser o maior entre o seu valor de uso (isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se esperam do seu uso) e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. Tendo por base estes critérios, o Grupo em 2017 efectuou avaliações em relação à participação financeira para a qual existe goodwill registado no activo tendo considerado entre outros, os seguintes factores:

- (i) uma estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados pela subsidiária;
- (ii) uma expectativa sobre potenciais variações nos montantes e prazo desses fluxos de caixa;
- (iii) o valor temporal do dinheiro;
- (iv) um prémio de risco associado à incerteza pela detenção do activo;
- (v) outros factores associados à situação actual dos mercados financeiros.

A avaliação tem por base pressupostos devidamente suportados que representam a melhor estimativa da Comissão Executiva sobre as condições económicas que afectarão a subsidiária, o orçamento e as projecções mais recentes aprovadas para aquela subsidiária e a sua extrapolação para períodos futuros.

Os pressupostos assumidos para a referida avaliação podem alterar-se com a modificação das condições económicas e de mercado.

No apuramento da estimativa de valor a 31 de Dezembro de 2017 da participação de 91,99% do Banco na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L (SIM), sujeita ao exercício anual de teste de imparidade de *goodwill*, considerou-se a informação económica e financeira histórica da SIM, o orçamento para 2018 e as suas projecções para o período de 2019 a 2022, disponibilizado pela empresa. As estimativas de valor foram elaboradas tendo por base um exercício de aplicação de múltiplos de mercado (PER e PBV) e do método de desconto dos dividendos (*Dividend Discount Model ou DDM*). As demonstrações financeiras previsionais não foram auditadas nem sujeitas a eventuais ajustamentos.

Do exercício de apuramento da estimativa do valor da participação financeira do Millennium bim na SIM, e face aos resultados apurados na aplicação dos métodos de avaliação interna considerada (de onde as estimativas via DDM e via PER conduzem a valores significativamente superiores a quantia escriturada da participação), conclui-se na presente data e por critérios meramente financeiros, a semelhança de 2016, a não necessidade em reconhecer perdas por imparidade ao valor do goodwill a 31 de Dezembro de 2017.

24. Activos e passivos por impostos correntes

MZN' 000				
	Grupo		Grupo	
	2017		2016	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
IRPC a recuperar	527.595	-	17.319	-
IRPC a pagar	-	-	-	926.042
	<u>527.595</u>	<u>-</u>	<u>17.319</u>	<u>926.042</u>

MZN' 000				
	Banco		Banco	
	2017		2016	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
IRPC a recuperar	354.783	-	17.319	-
IRPC a pagar	-	-	-	910.578
	<u>354.783</u>	<u>-</u>	<u>17.319</u>	<u>910.578</u>

25. Activos e passivos por impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos foram gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

MZN' 000				
	Grupo		Grupo	
	2017		2016	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Activos tangíveis	2.349	-	10.892	11.963
Activos financeiros disponíveis para venda	-	12.613	-	2.777
Outros	-	9.317	-	4.306
Impostos diferido activo/passivo	<u>2.349</u>	<u>21.930</u>	<u>10.892</u>	<u>19.046</u>
	<u>(19.581)</u>		<u>(8.154)</u>	

MZN' 000				
	Banco		Banco	
	2017		2016	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Activos tangíveis	2.349	-	10.892	-
Activos por impostos diferidos	<u>2.349</u>	<u>-</u>	<u>10.892</u>	<u>-</u>

O movimento do exercício da rubrica de impostos diferidos líquidos é o seguinte:

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	(8.154)	4.172	10.892	21.710
Dotação do exercício	(8.543)	(10.817)	(8.543)	(10.817)
Outros movimentos	(2.884)	(1.509)	-	-
	<u>(19.581)</u>	<u>(8.154)</u>	<u>2.349</u>	<u>10.892</u>

26. Outros activos

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Devedores	103.664	142.298	783.065	179.285
Outros proveitos a receber	1.901	8.527	124.874	84.094
Despesas antecipadas	103.005	47.392	102.999	47.385
Saldos a receber da actividade Seguradora	583.142	868.164	-	-
Contas Diversas	349.833	997.142	362.016	996.719
Provisões resseguro cedido	910.745	903.661	-	-
	<u>2.052.290</u>	<u>2.967.184</u>	<u>1.372.954</u>	<u>1.307.483</u>
Imparidade para outros activos	(115.355)	(83.954)	(15.855)	(17.766)
	<u>1.936.935</u>	<u>2.883.230</u>	<u>1.357.099</u>	<u>1.289.717</u>

A rubrica Contas Diversas inclui, em 31 de Dezembro de 2017, o montante de 224.783 milhares de Meticais (31 de Dezembro de 2016: 635.625 milhares de Meticais) relativo a cheques de Outras Instituições de Crédito remetidos para compensação.

Os movimentos na Imparidade de outros activos, para o Grupo e para o Banco, são analisados como se segue:

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	83.954	58.230	17.766	13.822
Dotação do exercício	33.312	21.779	-	-
Flutuação cambial	(1.911)	3.945	(1.911)	3.944
Saldo no fim do período	<u>115.355</u>	<u>83.954</u>	<u>15.855</u>	<u>17.766</u>

27. Recursos de outras instituições de crédito

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Recursos do Banco de Moçambique				
Empréstimos a curto prazo	-	-	-	-
Empréstimos a médio longo prazo	105.118	157.676	105.118	157.676
Depósitos de Bancos Centrais	-	5.832.757	-	5.832.757
Recursos de outras instituições de crédito no país				
Depósitos a ordem	49.522	108.668	49.522	108.668
Recursos de outras instituições de crédito no estrangeiro				
Depósitos a ordem	80.960	115.304	80.961	115.304
Empréstimos a curto prazo	308.658	104.173	308.658	104.173
Empréstimos a médio longo prazo	938.955	1.459.432	938.955	1.459.432
	<u>1.483.213</u>	<u>7.778.010</u>	<u>1.483.214</u>	<u>7.778.010</u>

28. Recursos de clientes

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos à ordem	51.170.870	54.075.357	51.234.438	54.111.516
Depósitos a prazo	47.915.541	43.461.177	49.464.502	46.292.758
Outros Recursos	535.230	282.334	2.524.368	282.334
	99.621.641	97.818.868	103.223.308	100.686.608

29. Títulos de dívida emitidos

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
<i>Empréstimos obrigacionistas</i>				
Obrigações BIM 2017-2022	-	-	1.042.167	-
	-	-	1.042.167	-

MZN' 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro %	Valor nominal	Reembolsos	Valor de Balanço 2017
Obrigações BIM 2017-2022	26-10-2017	15-10-2015	23,00% (*)	1.000.000	-	1.000.000

(*) Taxa correspondente à taxa do Mercado Monetário Interbancário, arredondada para 1/16 de ponto percentual, acrescida de uma margem de 1,5%

30. Provisões

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Provisões para crédito indirecto	228.823	541.594	228.823	541.594
Provisões para riscos bancários gerais	106.624	66.596	106.624	66.596
Provisões para outros riscos e encargos	190.609	143.518	190.609	143.518
Provisões técnicas da actividade seguradora	4.087.927	4.630.607	-	-
	4.613.983	5.382.315	526.056	751.708

Os movimentos nas Provisões para crédito indirecto, são analisados como se segue:

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	541.594	473.386	541.594	473.386
Dotação do exercício	143.080	95.369	143.080	95.369
Reversão do exercício	(424.009)	(149.956)	(424.009)	(149.956)
Diferenças cambiais	(31.842)	122.795	(31.842)	122.795
Saldo no fim do período	228.823	541.594	228.823	541.594

Os movimentos nas Provisões para riscos bancários gerais, são analisados como se segue:

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	66.596	59.641	66.596	59.641
Dotação do exercício	46.902	5.469	46.902	5.469
Reversão do exercício	(435)	-	(435)	-
Diferenças cambiais	(4.596)	9.486	(4.596)	9.486
Utilizações do exercício	(1.843)	(8.000)	(1.843)	(8.000)
Saldo no fim do período	106.624	66.596	106.624	66.596

A Provisão para riscos bancários gerais visa cobrir potenciais contingências decorrentes de processos judiciais em curso.

Os movimentos nas Provisões para outros riscos e encargos, são analisados como se segue:

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	143.517	128.826	143.517	128.826
Dotação do exercício	47.091	21.438	47.091	21.438
Utilizações do exercício	-	(6.746)	-	(6.746)
Saldo no fim do período	190.608	143.518	190.608	143.518

Os movimentos nas provisões técnicas da actividade seguradora, são analisados como se segue:

	Grupo	
	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	4.630.607	3.744.520
Dotação do exercício	496.535	956.758
Reversão do exercício	434	(41.861)
Transferências	75.094	-
Utilizações do exercício	(1.117.350)	(21.667)
Diferenças cambiais	2.607	(7.143)
Saldo no fim do período	4.087.927	4.630.607

31. Outros passivos

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores	54.087	124.374	43.134	100.005
Credores diversos	567.080	1.033.922	140.472	291.917
IVA a liquidar	18.115	20.783	18.115	18.257
Impostos retidos	216.681	180.394	197.128	158.475
Contribuições para Segurança Social	-	7.775	-	7.775
Custos a pagar	412.713	350.989	380.259	310.881
Custos com pessoal a pagar	775.293	608.664	727.864	570.714
Receitas com proveitos diferidos	258.065	297.706	258.065	297.706
Recursos consignados	22.511	23.418	22.511	23.418
Outras exigibilidades	604.590	380.042	602.804	377.542
	2.929.135	3.028.067	2.390.352	2.156.690

32. Capital social

O Capital social do Banco no montante de 4.500.000 milhares de Meticais é representado por 45.000.000 acções, de valor nominal de 100 Meticais cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A estrutura accionista a 31 de Dezembro apresenta-se como se segue:

	2017	% participação	2016	% participação
	Nº Acções	capital	Nº Acções	capital
BCP África, SGPS	30.008.460	66,69%	30.008.460	66,69%
Estado de Moçambique	7.704.747	17,12%	7.704.747	17,12%
INSS - Instituto Nacional de Segurança Social	2.227.809	4,95%	2.227.809	4,95%
EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, SARL	1.866.309	4,15%	1.866.309	4,15%
FDC - Fundação para Desenvolvimento da Comunidade	487.860	1,08%	487.860	1,08%
Gestores, Técnicos e Trabalhadores (GTTs)	2.704.815	6,01%	2.704.815	6,01%
	45.000.000	100,00%	45.000.000	100,00%

33. Reservas e resultados acumulados

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Reserva legal	4.529.645	3.853.193	4.529.645	3.853.193
Outras reservas e resultados acumulados	13.318.911	9.973.947	11.711.202	8.633.069
Resultado do exercício	6.100.553	4.950.639	5.574.017	4.509.677
	23.949.109	18.777.779	21.814.864	16.995.939

Nos termos da Legislação Moçambicana em vigor, Lei n.º 15/99 - Instituições de Crédito, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 15% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo esta reserva ser distribuída. Em função do lucro líquido do exercício de 2016, o Banco afectou à reserva legal em 2017, o valor de 676.452 milhares de Meticais (2016: 508.723 milhares de Meticais).

34. Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de Março de 2017, o Conselho de Administração decidiu pela distribuição de 35% dos Resultados líquidos apurados em 31 de Dezembro de 2016, após a constituição da Reserva Legal, no montante de 1.578.387 milhares de Meticais (2016: 1.187.020 milhares de Meticais).

35. Garantias e outros compromissos

Os valores extrapatrimoniais são analisados como se segue:

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Garantias prestadas				
Garantias pessoais	14.081.807	24.912.165	14.081.807	24.912.165
Garantias reais	1.308.182	5.772.947	1.308.182	5.772.947
Garantias e avals recebidos				
Garantias pessoais	266.617.485	273.020.840	266.617.485	273.020.840
Garantias reais	72.794.254	90.193.419	72.794.254	90.193.419
Compromissos perante terceiros	11.797.934	13.571.880	11.797.934	13.571.880
Operações cambiais à vista :				
Compras	215.829	27.133	215.829	27.133
Vendas	216.593	27.239	216.593	27.239
Operações cambiais a prazo :				
Compras	118.040	386.903	118.040	386.903
Vendas	124.700	377.313	124.700	377.313

36. Partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro, os débitos e os créditos, detidos pelo Banco decorrentes das transacções do Grupo com partes relacionadas (Grupo Millennium bcp) e subsidiária – Seguradora Internacional de Moçambique, SA, estão assim representados:

	2017				2016			
	Activos			Extrapatrimoniais	Activos			Extrapatrimoniais
	Disponibilidades de IC's	Aplicações de IC's	Outros Activos	Garantias reais prestadas	Disponibilidades de IC's	Aplicações de IC's	Outros Activos	Garantias reais prestadas
Banco Comercial Português S.A	159.594	-	-	-	440.357	1.631	-	-
Millennium bcp Bank & Trust (Cayman)	2.398	8.280	-	8.263	3.024	10.121	-	9.989
Seguradora Internacional de Moçambique,SA	-	-	111.878	-	-	-	111.878	-
	161.992	8.280	111.878	8.263	443.381	11.752	111.878	9.989

	2017				2016			
	Passivos				Passivos			
	Débitos de IC's	Depósitos de Clientes	Outros passivos	Passivos Subordinados	Débitos de IC's	Depósitos de Clientes	Outros passivos	Passivos Subordinados
Banco Comercial Português S.A	13.259	-	163.710	-	14.096	-	299.374	-
Millennium BCP Partic SGPS LDA	-	38.532	-	-	-	38.534	-	-
Millennium BCP Africa SGPS	6	-	-	-	6	-	-	-
Seguradora Internacional de Moçambique,SA	-	3.601.666	-	-	-	2.867.740	-	17
	13.265	3.640.198	163.710	-	14.102	2.906.274	299.374	17

À data de 31 de Dezembro, os rendimentos e os custos, detidos pelo Banco decorrentes das transacções do Grupo com partes relacionadas (Grupo Millennium bcp) e sua subsidiária – Seguradora Internacional de Moçambique, SA, estão assim representados:

	2017			2016		
	Proveitos			Proveitos		
	Juros e proveitos equiparados	Resultados Serviços e Comissões	Outros Resultados de exploração	Juros e proveitos equiparados	Resultados Serviços e Comissões	Outros Resultados de exploração
Banco Comercial Português S.A	9.958	-	-	1.498	-	-
Millennium bcp Bank & Trust (Cayman)	152	-	-	116	-	-
Seguradora Internacional de Moçambique,SA	-	39.275	153.789	-	49.782	72.054
	10.110	39.275	153.789	1.614	49.782	72.054

	2017				2016			
	Custos				Custos			
	Juros e custos equiparados	Resultados de Serviços e Comissões	Custos com Pessoal	Outros Gastos administrativos	Juros e custos equiparados	Resultados de Serviços e Comissões	Custos com Pessoal	Outros Gastos administrativos
Banco Comercial Português S.A	266	-	-	751.927	-	-	-	652.013
Millennium BCP Partic SGPS LDA	-	-	-	-	-	-	-	-
Millennium BCP Africa SGPS	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguradora Internacional de Moçambique,SA	981.281	-	216.862	132.962	259.457	-	112.216	153.699
	981.547	-	216.862	884.889	259.457	-	112.216	805.712

Em relação aos Órgãos de Administração e seus familiares directos o crédito registado à data de 31 de Dezembro de 2017 ascendia a 10.939 milhares de Meticais (2016: 7.650 milhares de Meticais). Estes créditos foram concedidos de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Relativamente aos Depósitos à data de 31 de Dezembro de 2017 ascendia a 270.836 milhares de Meticais (2016: 182.306 milhares de Meticais).

37. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, a linha Caixa e equivalentes de caixa, é assim composta:

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Disponibilidades em caixa	4.593.464	4.924.787	4.593.464	4.924.787
Disponibilidades em Instituições de crédito no país	84.206	63.918	72.601	62.175
Disponibilidades em Instituições de crédito no estrangeiro	1.160.042	1.166.324	1.160.042	1.166.324
	5.837.712	6.155.029	5.826.107	6.153.286

38. Justo valor

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor deve ser estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Créditos a clientes

Os instrumentos financeiros referidos acima são maioritariamente remunerados a taxas de juro variáveis, associadas a indexantes do prazo correspondente ao período de juros de cada contrato, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para cada tipo de instrumento financeiro, pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico, que se encontra deduzido de perdas por imparidade.

Activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe
- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads, etc.) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

Os activos financeiros disponíveis para venda, por níveis de valorização, para o Grupo e para o Banco à data de 31 de Dezembro de 2017 são:

- Nível 1 - Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – Obrigações e Bilhetes do Tesouro do Estado Moçambicano;
- Nível 3 – Ações e outros títulos de rendimento variável.

Depósitos de clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados

Tanto os Títulos de dívida emitidos como os Passivos subordinados são constituídos por contractos celebrados, que são remunerados, maioritariamente, a taxas variáveis, nomeadamente à taxa média ponderada por maturidade e montantes, das últimas 6 emissões de Bilhetes de Tesouros (BTs), pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico. Todas as alterações verificadas no valor desses passivos por efeito de alteração das taxas de juro utilizadas não afectam os capitais em dívida, afectando unicamente o montante de juros a liquidar.

39. Outros Benefícios aos empregados**Benefícios pós emprego**

O Grupo contribui para o seguinte plano de benefícios definidos pós-emprego:

Os Colaboradores no activo admitidos até 31 de Dezembro de 2011, têm direito a uma pensão remida no momento em que atinjam os 60 anos, no caso dos homens e 55 no caso das mulheres, sendo condição obrigatória que o Colaborador já esteja a beneficiar de pensão de velhice atribuída pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) ou caso a Comissão Executiva assim o decida.

O Grupo determinou que, de acordo com os termos e as condições do plano de benefícios de reforma, e de acordo com o normativo local, o valor presente dos reembolsos ou reduções das futuras contribuições não é inferior ao total do justo valor do plano de activos deduzidos do valor presente das obrigações.

Adicionalmente existem responsabilidades com reformas e pensionistas associados a complementos de reforma atribuídos através de rendas de colaboradores que transitaram das instituições adquiridas pelo Grupo em 2000. O benefício da renda é reversível em 50% independentemente do número de beneficiários.

À data de 31 de Dezembro o número de participantes do Grupo é como se segue:

	2017	2016
Número de participantes		
Activos	1.616	1.686
Reformados e pensionistas	509	525
	2.125	2.211

De acordo com a política descrita na nota 1.t), as responsabilidades do Grupo por pensões de reforma e outros benefícios e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro, são analisadas como se segue:

	2017	2016
		MZN' 000
Responsabilidades por benefícios projetados		
Reformados e Pensionistas	(779.669)	(1.028.677)
Pessoal no activo	(1.109.207)	(1.279.678)
	(1.888.876)	(2.308.355)
Valor dos activos	2.953.507	2.165.500
Activos/passivos	1.064.631	(142.855)

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados é analisada como se segue:

	2017			MZN' 000
				2016
	Pensões de reforma	Complemento de reforma	Total	Total
Saldo a 01 de Janeiro	1.028.677	1.279.679	2.308.356	2.133.867
Incluído no resultado do exercício				
Custo do serviço corrente	-	67.568	67.568	62.840
Custo dos juros	79.037	100.434	179.471	166.310
(Ganhos) e perdas actuariais	(238.313)	(221.620)	(459.933)	106.125
Benefícios pagos	(89.733)	(116.853)	(206.586)	(160.788)
Responsabilidades no final do exercício	779.668	1.109.208	1.888.876	2.308.355

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto na IAS 19 é a seguinte:

	2017		2016		MZN' 000
	+1,00%	-1,00%	+1,00%	-1,00%	
Taxa de desconto	-82.844	94.631	-110.981	128.996	
Crescimento futuro do salário	92.402	-82.176	123.872	-108.624	
Taxa de crescimento das pensões	84.615	-74.280	91.845	-79.926	

Outros Benefícios aos empregados – Banco

À data de reporte, o número de participantes do Banco é como segue:

	2017	2016
Número de participantes		
Activos	1.512	1.580
Reformados e pensionistas	509	525
	2.021	2.105

De acordo com a política descrita na nota 1.o), as responsabilidades do Banco por pensões de reforma e outros benefícios e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro, são analisadas como se segue:

	2017	2016	MZN' 000
Responsabilidades por benefícios projetados			
Reformados e Pensionistas	(779.669)	(1.028.677)	
Pessoal no activo	(1.032.135)	(1.195.639)	
	(1.811.804)	(2.224.316)	
Valor dos activos	2.534.739	2.333.933	
Activos	722.935	109.618	

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados é analisada como se segue:

	2017			MZN' 000
				2016
	Pensões de reforma	Complemento de reforma	Total	Total
Saldo a 01 de Janeiro	1.028.677	1.195.639	2.224.316	2.063.335
Incluído no resultado do exercício				
Custo do serviço corrente	-	62.200	62.200	57.611
Custo dos juros	79.037	94.032	173.069	160.786
(Ganhos) e perdas actuariais	(238.313)	(206.860)	(445.173)	93.783
Benefícios pagos	(89.733)	(112.875)	(202.608)	(151.199)
Responsabilidades no final do exercício	779.699	1.032.135	1.811.804	2.224.316

A evolução do valor das apólices que financiam o Plano de Benefícios do Banco pode ser analisada como se segue:

	2017	MZN' 000
		2016
Saldo a 01 de Janeiro	2.333.933	2.107.881
Ganhos actuariais	213.626	158.537
Contribuições do Millennium bim	8.281	54.496
Benefícios pagos pelo Fundo	(202.608)	(151.199)
Rendimento esperado	181.507	164.218
Saldo a 31 de Dezembro	2.534.739	2.333.933

A evolução dos activos/responsabilidades líquidas do Banco é analisada como se segue:

	2017	MZN' 000
		2016
Saldo a 01 de Janeiro	(109.618)	(44.546)
(Ganhos) e perdas - responsabilidades	(445.173)	93.783
(Ganhos) e perdas - activos do plano	(213.626)	(158.537)
Contribuições do Grupo	(8.281)	(54.497)
Atribuição do benefício do ano		
Custo do serviço corrente	62.200	57.611
Custo/(proveito) dos juros líquidos do saldo de cobertura das responsabilidades	(8.437)	(3.432)
Saldo a 31 de Dezembro	(722.935)	(109.618)

Os elementos que constituem o valor da carteira de activos são constituídos pelos seguintes títulos (em percentagem):

	2017	2016
Acções ordinárias	0,00%	0,47%
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	63,00%	62,20%
Imóveis	23,00%	30,15%
Depósitos a Prazo	14,00%	7,18%
	100%	100%

O custo reconhecido pelo Banco no exercício com a atribuição de benefícios é analisado como se segue:

	2017	MZN' 000 2016
Custo do serviço corrente	62.200	57.611
Custo/(proveito) dos juros líquido no saldo da cobertura das responsabilidades	(8.438)	(3.431)
Custo do exercício	53.762	54.180

O Banco utilizou os seguintes pressupostos actuariais à data de fecho para o cálculo das responsabilidades com pensões (expressos em percentagem):

	2017	2016
<i>Idade normal de reforma:</i>		
Homens	60	60
Mulheres	55	55
Crescimento salarial	10,57%	6,50%
Crescimento das pensões	5,59%	4,00%
Taxa de rendimento do fundo	14,31%	8,00%
Taxa de desconto	14,31%	8,00%
Tábua de mortalidade	PF 60/64	PF 60/64

A 31 de Dezembro de 2017, a duração média ponderada das responsabilidades é de 18 anos (2016: 18 anos).

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto no IAS 19 é a seguinte:

	MZN' 000			
	2017		2016	
	+1,00%	-1,00%	+1,00%	-1,00%
Taxa de desconto	-76.714	87.484	-102.684	119.193
Crescimento futuro do salário	85.329	-76.008	114.357	-100.416
Crescimento futuro do fundo de pensões	169.944	-150.288	206.201	-180.342

Outros Benefícios de longo prazo – prémio de antiguidade

O prémio de antiguidade é atribuído aos colaboradores do Grupo e do Banco em função dos anos de serviço prestados sendo pagos um, dois e três salários quando atingidos quinze, vinte e trinta anos de serviço, respectivamente.

O valor actual dos prémios de antiguidade é mensualizado em cada exercício, sendo a provisão reconhecida no Balanço por contrapartida de custos com o Pessoal, o qual inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos juros e os ganhos/perdas actuariais.

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2017	2016	2017	2016
Prémios de antiguidade	133.275	120.817	121.670	108.330

40. Demonstração dos resultados consolidados por segmentos operacionais

O relato por segmentos apresentado segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, o disposto no IFRS 8.

O Banco desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros com especial ênfase nos negócios da Banca Comercial e Seguros.

Caracterização dos Segmentos

A Banca Comercial manteve-se como negócio dominante na actividade do Banco, tanto em termos de volume como ao nível de contribuição para os resultados.

O negócio da Banca Comercial, orientado para os segmentos da Banca de Retalho e Corporate, centra a sua actividade na satisfação das necessidades dos Clientes particulares e empresas.

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes *mass market*, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de Cliente dedicado, designados Clientes *prime*.

No âmbito da estratégia de cross-selling a Banca de Retalho funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da Seguradora.

O segmento Corporate, dirigido a entidades institucionais e a empresas cuja dimensão da sua actividade se enquadra dentro dos critérios de selecção estabelecidos para este segmento, oferece uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado e adaptado às necessidades do mesmo.

O segmento “Outros”, engloba outros segmentos residuais, que representam individualmente menos de 10% do total de proveitos, do resultado líquido e dos activos do Grupo.

Os reportes utilizados pela gestão têm essencialmente uma base contabilística suportada nas NIRF’s.

Actividade dos segmentos de negócio em 31 de Dezembro de 2017

Os valores da conta de exploração reflectem o processo de afectação de resultados, com base em valores médios, reportados por cada segmento de negócio.

A contribuição líquida da Seguradora reflecte o resultado individual, independentemente da percentagem de participação detida pelo Banco. A coluna “outros” refere os ajustamentos de consolidação.

A informação seguidamente apresentada foi preparada com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as NIRF’s.

MZN° 000

31 de Dezembro de 2017	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Margem Financeira	3.405.529	8.023.540	981.281	6.863	12.417.213
Resultados de serviços e comissões	1.556.404	699.256	(75.302)	-	2.180.358
Resultados de operações financeiras	712.209	69.145	-6.513	1	774.842
Outros resultados de exploração	555.772	38.718	108.893	1.355	704.738
Total de proveitos operacionais	6.229.914	8.830.659	1.008.359	8.219	16.077.151
Custos com pessoal	1.423.692	1.147.959	216.862	(132.814)	2.655.699
Outros gastos administrativos	1.550.876	1.351.971	132.962	(161.905)	2.873.904
Amortização do exercício	291.073	229.409	21.989	17.165	559.636
Total de custos operacionais	3.265.641	2.729.339	371.813	(277.554)	6.089.239
Imparidade de crédito	571.421	1.432.092	-	-	2.003.513
Outras provisões	(35.597)	(89.214)	44.476	-	(80.335)
Resultados antes de impostos	2.428.449	4.758.442	592.070	285.773	8.064.734
Impostos	767.247	845.626	87.827	203.412	1.904.112
Interesse que não controlam	-	-	-	60.069	60.069
Resultado do Exercício Atribuível aos Accionistas	1.661.202	3.912.816	504.243	22.292	6.100.553

MZN° 000

31 de Dezembro de 2017	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Activo					
Crédito a Clientes	17.515.597	43.897.496	-	-	61.413.093
Passivo					
Depósitos de Clientes	64.318.380	35.303.260	-	-	99.621.641

MZN' 000

31 de Dezembro de 2016	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Margem Financeira	3.265.261	5.922.020	523.438	-	9.710.719
Resultados de serviços e comissões	1.128.520	1.049.380	(48.429)	-	2.129.471
Resultados de operações financeiras	750.945	767.241	236.205	(5.323)	1.749.068
Outros resultados de exploração	271.534	177.137	3.032.650	(2.523.560)	957.761
Total de proveitos operacionais	5.416.260	7.915.778	3.743.864	(2.528.883)	14.547.019
Custos com pessoal	1.390.012	1.011.078	207.179	(112.216)	2.496.053
Outros gastos administrativos	1.497.147	1.090.400	113.688	(153.699)	2.547.536
Amortização do exercício	301.662	194.914	18.980	17.164	532.720
Total de custos operacionais	3.188.821	2.296.392	339.847	(248.751)	5.576.309
Imparidade de crédito	441.832	1.202.466	-	-	1.644.298
Outras provisões	(7.360)	(20.030)	376.065	-	348.675
Resultados antes de impostos	1.792.967	4.436.950	3.027.952	(2.280.132)	6.977.737
Impostos	442.025	1.278.215	925.179	(682.179)	1.963.240
Interesse que não controlam	-	-	-	63.858	63.858
Resultado do Exercício Atribuível aos Accionistas	1.350.942	3.158.735	2.102.773	(1.661.811)	4.950.639

MZN' 000

31 de Dezembro de 2016	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Activo					
Crédito a Clientes	21.035.084	57.248.026	-	-	78.283.110
Passivo					
Depósitos de Clientes	57.394.421	40.424.447	-	-	97.818.868

41. Gestão de risco

O Grupo está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada pelo Millennium bcp em coordenação com os departamentos locais e atendendo aos riscos específicos de cada negócio em cada região.

A política de gestão de risco do Millennium bim visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, apresenta-se a seguir os principais tipos de riscos – de crédito, de mercado, de liquidez e operacional – numa perspectiva estritamente contabilística, a que se encontra sujeita a actividade do Banco e do Grupo.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato, em cumprir com as suas obrigações enquanto mutuário do Banco.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre esses instrumentos, quer as volatilidades dos respectivos preços.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – O risco operacional é definido como sendo a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Risco de Mercado

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e preço de acções. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro refere-se ao risco de perdas em função de oscilações observadas nas taxas de juro. Incorrer em risco de taxa de juro é uma situação natural da actividade bancária.

Risco de Exposição Cambial

O risco cambial refere-se à possibilidade de perdas em decorrência de oscilações nas taxas de câmbio, ou seja, consiste no risco que decorre de que o valor de um instrumento financeiro flutue devido a mudanças na taxa de câmbio.

O Banco, no que se refere aos riscos de taxa de juro e de câmbio utiliza modelos internos para o acompanhamento e monitorização destes riscos, nomeadamente:

(i) – Análise de sensibilidade e Gaps (Diferencial de taxa de juro)

Para a mensuração do risco de taxa de juro (sendo os gaps constituídos por prazos residuais de repricing dos contratos vivos), conforme demonstram os quadros abaixo:

MZ\$ 000							
Grupo							
31 de Dezembro de 2017	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	18.540.507	-	-	-	-	-	18.540.507
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.244.248	-	-	-	-	-	1.244.248
Aplicações em instituições de crédito	7.625.823	1.876.701	603.701	-	-	43.618	10.149.843
Créditos a clientes	16.525.856	25.364.874	921.644	2.851.793	14.216.261	1.532.665	61.413.093
Activos financeiros disponíveis para venda	600.000	17.753.837	13.727.268	150.113	-	(2.430.299)	29.800.919
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	-	1.642.002	3.126.249	-	93.089	4.861.340
Outros activos	-	-	-	-	-	11.321.344	11.321.344
Total do activo	44.536.434	44.995.412	16.894.615	6.128.155	14.216.261	10.560.417	137.331.294
Passivo							
Depósitos de outras instituições de crédito	426.148	239.035	268.273	402.409	134.136	13.212	1.483.213
Depósitos de clientes	60.002.319	13.188.976	25.040.852	58.039	-	1.331.455	99.621.641
Outros passivos	-	-	-	-	-	7.565.048	7.565.048
Total do passivo	60.428.467	13.428.011	25.309.125	460.448	134.136	8.909.715	108.669.902
Total do passivo e dos capitais próprios	60.428.467	13.428.011	25.309.125	460.448	134.136	37.571.107	137.331.294
Gaps de risco de taxa de juro	(15.892.033)	31.567.401	(8.414.510)	5.667.707	14.082.125	(27.010.690)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(15.892.033)	15.675.368	7.260.858	12.928.565	27.010.690	-	-
31 de Dezembro de 2016	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Total do activo	61.315.786	30.473.639	14.879.896	7.697.164	14.416.293	9.675.940	138.458.718
Total do passivo e dos capitais próprios	66.842.028	13.909.662	22.803.554	666.158	486.477	33.750.839	138.458.718
Gaps de risco de taxa de juro	(5.526.242)	16.563.977	(7.923.658)	7.031.006	13.929.816	(24.074.899)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(5.526.242)	11.037.735	3.114.077	10.145.083	24.074.899	-	-
Banco							
31 de Dezembro de 2017	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	18.540.507	-	-	-	-	-	18.540.507
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.232.643	-	-	-	-	-	1.232.643
Aplicações em instituições de crédito	7.625.823	1.873.701	603.701	-	-	39.663	10.142.888
Créditos a clientes	16.525.855	25.364.874	921.644	2.851.793	14.216.261	1.532.665	61.413.092
Activos financeiros disponíveis para venda	600.000	17.753.837	13.427.042	-	-	(2.486.276)	29.294.603
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	-	1.642.002	2.846.459	-	91.028	4.579.489
Outros activos	-	-	-	-	-	9.776.739	9.776.739
Total do activo	44.524.828	44.992.412	16.594.389	5.698.252	14.216.261	8.953.819	134.979.961
Passivo							
Depósitos de outras instituições de crédito	426.148	239.035	268.273	402.409	134.136	13.213	1.483.214
Depósitos de clientes	61.496.436	13.882.839	26.440.270	58.039	-	1.345.724	103.223.308
Títulos de dívida emitidos	-	1.000.000	-	-	-	42.167	1.042.167
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	2.916.408	2.916.408
Total do passivo	61.922.584	15.121.874	26.708.543	460.448	134.136	4.317.512	108.665.097
Total do passivo e dos capitais próprios	61.922.584	15.121.874	26.708.543	460.448	134.136	30.632.376	134.979.961
Gaps de risco de taxa de juro	(17.397.756)	29.870.538	(10.114.154)	5.237.804	14.082.125	(21.678.557)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(17.397.756)	12.472.782	2.358.628	7.596.432	21.678.557	-	-
31 de Dezembro de 2016	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Total do activo	61.311.681	30.224.162	13.147.884	7.483.758	14.416.293	7.195.772	133.779.550
Total do passivo e dos capitais próprios	69.170.838	13.914.539	23.329.737	666.158	486.477	26.211.801	133.779.550
Gaps de risco de taxa de juro	(7.859.157)	16.309.623	(10.181.853)	6.817.600	13.929.816	(19.016.029)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(7.859.157)	8.450.466	(1.731.387)	5.086.213	19.016.029	-	-

(ii) Análise de sensibilidade ao Risco de Taxa de Juro na carteira bancária

O risco de taxa de juro é entendido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de movimentos adversos de taxas de juro do mercado por via de uma redução de resultados e/ou por via de uma redução do valor dos activos. A relação entre os resultados e as taxas de juro surge dos desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas de juro das operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, e/ou da existência de opções embutidas nas posições de activos, passivos e extrapatrimoniais.

O risco de taxa de juro originado na carteira de crédito é monitorizado semestralmente através de um processo de análise de sensibilidade de risco para o universo de operações que integram o Banco com o objectivo de avaliar a exposição do Banco a este risco e inferir quanto à sua capacidade de absorver variações adversas nas referidas taxas. As medições dos respectivos gaps de taxa de juro são efectuadas tanto para a carteira global como para a carteira em Dólar.

As variações das taxas de juro têm efeito ao nível da margem financeira do Banco afectando o valor económico da mesma. Os factores de risco advêm do *mismatch* de *repricing* das posições da carteira (risco de *repricing*) e do risco do nível das taxas de juro de mercado. Importa referir que, embora com menor impacto, existe o risco de variações desiguais em diferentes indexantes com o mesmo prazo de *repricing*.

(iii) – Risco cambial

É avaliado através da medida dos indicadores definidos no normativo de âmbito prudencial do Banco de Moçambique, cuja análise é efectuada com recurso a indicadores como:

- Posição Cambial Líquida por Divisa (*Net open position*) - Recolhida ao nível do sistema informático do Banco pelo *Risk Office*, e validada pela Direcção de Contabilidade e pela Direcção Financeira, reportando-se ao último dia de cada mês.
- Indicador de Sensibilidade - calculado através da simulação do impacto, nos resultados do Banco, de uma hipotética variação de 1% nas taxas de câmbio de valorimetria.

A exposição do Grupo e do Banco ao risco cambial apresenta-se nos seguintes quadros:

	Grupo			MZN' 000		
	2017			2016		
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	3.938.225	431.467	4.369.692	6.282.615	317.084	6.599.700
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	244.549	899.354	1.143.903	393.319	772.923	1.166.242
Aplicações em Instituições de Crédito	6.588.376	28.266	6.616.642	10.662.497	-	10.662.497
Crédito a Clientes	13.061.627	1.351.030	14.412.657	18.046.617	1.621.553	19.668.170
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.455	1.455	-	1.547	1.547
Outros activos	723.434	64.592	788.026	25.694	1.313	27.007
	<u>24.556.211</u>	<u>2.776.164</u>	<u>27.332.375</u>	<u>35.410.742</u>	<u>2.714.420</u>	<u>38.125.163</u>
Passivo						
Recursos de outras Instituições de Crédito	1.258.746	29.223	1.287.969	7.438.801	18.967	7.457.768
Recursos de Clientes	22.335.658	1.961.401	24.297.059	26.734.185	2.004.781	28.738.966
Provisões	429.939	31.347	461.286	767.135	34.684	801.819
Outros passivos	700.660	726.679	1.427.339	335.065	539.592	874.657
	<u>24.725.003</u>	<u>2.748.650</u>	<u>27.473.653</u>	<u>35.275.186</u>	<u>2.598.024</u>	<u>37.873.210</u>
POSIÇÃO GLOBAL OPERACIONAL	<u>(168.792)</u>	<u>27.514</u>	<u>(141.278)</u>	<u>135.556</u>	<u>116.396</u>	<u>251.953</u>

	Banco			MZN' 000		
	2017			2016		
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	3.938.225	431.467	4.369.692	6.282.615	317.084	6.599.699
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	244.549	897.005	1.141.554	393.319	772.142	1.165.461
Aplicações em Instituições de Crédito	6.588.376	28.266	6.616.642	10.662.497	-	10.662.497
Crédito a Clientes	13.061.627	1.351.030	14.412.656	18.046.617	1.621.553	19.668.170
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.455	1.455	-	1.547	1.547
Outros activos	78.226	24.448	102.674	25.694	123	25.817
	<u>23.911.003</u>	<u>2.733.671</u>	<u>26.644.674</u>	<u>35.410.742</u>	<u>2.712.449</u>	<u>38.123.191</u>
Passivo						
Recursos de outras Instituições de Crédito	1.258.746	29.223	1.287.969	7.438.801	18.967	7.457.768
Recursos de Clientes	22.425.532	1.976.362	24.401.894	27.248.511	2.036.662	29.285.173
Provisões	157.521	21.649	179.169	307.200	25.613	332.813
Outros passivos	567.372	681.989	1.249.361	241.981	515.083	757.064
	<u>24.409.170</u>	<u>2.709.223</u>	<u>27.118.393</u>	<u>35.236.494</u>	<u>2.596.325</u>	<u>37.832.819</u>
POSIÇÃO GLOBAL OPERACIONAL	<u>(498.168)</u>	<u>24.448</u>	<u>(473.719)</u>	<u>174.249</u>	<u>116.124</u>	<u>290.373</u>

Os valores apresentados relativos à exposição do risco cambial evidenciam que a moeda estrangeira predominante no balanço do Grupo e do Banco é o Dólar Americano.

Os resultados evidenciam que o Grupo e o Banco enquadram-se dentro dos limites de tolerância ao risco cambial, definidos no âmbito das normas prudenciais estabelecidas pelo Banco de Moçambique, quer por moeda, quer na globalidade das moedas.

A exposição ao risco cambial é gerida diariamente com recurso a limites de exposição por moeda e agregados com base nos indicadores prudenciais fixados pelo Banco de Moçambique. Tanto as posições por moeda como as posições globais a 31 de Dezembro de 2017 encontravam-se dentro dos limites estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Os requisitos de capital para a cobertura do risco cambial do Banco à data de 31 de Dezembro de 2017, eram os seguintes:

MZN'000						
	Posição Longa	Posição Curta	Máximo entre as Posições	Posição Global Final	Impacto 1%	Requisito de Capital para Cobertura de Risco de Mercado
USD	498.168	-	498.168	-	498.168	41.344
Outras Moedas	-	24.448	24.448	24.448	24.693	

Os requisitos de capital para a cobertura do risco cambial do Banco à data de 31 de Dezembro de 2016, eram os seguintes:

MZN'000						
	Posição Longa	Posição Curta	Máximo entre as Posições	Posição Global Final	Impacto 1%	Requisito de Capital para Cobertura de Risco de Mercado
USD	-	174.249	174.249	174.249	175.991	54.036
Outras Moedas	-	116.124	116.124	116.124	117.285	

Risco de Liquidez

Os quadros seguintes analisam os activos e passivos financeiros e extrapatrimoniais do Banco e do Grupo por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos, passivos e extrapatrimoniais tendo em conta a maturidade contratual residual.

MZN' 000						
Grupo						
31 de Dezembro de 2017	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	18.540.507	-	-	-	-	18.540.507
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.244.248	-	-	-	-	1.244.248
Aplicações em instituições de crédito	7.669.272	1.876.870	603.701	-	-	10.149.843
Créditos a clientes	2.468.089	691.376	13.450.658	11.912.583	35.688.994	64.211.700
Activos financeiros disponíveis para venda	680.168	3.365.397	25.390.923	300.225	64.206	29.800.919
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	31.052	1.704.040	3.126.248	-	4.861.340
Total do activo	30.602.284	5.964.695	41.149.322	15.339.056	35.753.200	128.808.557
Passivo						
Depósitos de outras instituições de crédito	439.141	134.136	373.391	402.409	134.136	1.483.213
Depósitos de clientes	61.611.252	13.092.661	24.859.688	58.039	-	99.621.640
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	62.050.393	13.226.797	25.233.079	460.448	134.136	101.104.853
Gaps de Liquidez	(31.448.109)	(7.262.102)	15.916.243	14.878.608	35.619.064	27.703.704
Gap acumulado de Liquidez	(31.448.109)	(38.710.211)	(22.793.968)	(7.915.360)	27.703.704	
31 de Dezembro de 2016	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Total
Total do activo	54.783.829	5.104.493	16.932.269	17.769.164	36.625.086	131.214.841
Total do passivo	67.711.219	13.929.142	22.803.882	666.158	486.477	105.596.878
Gaps de Liquidez	(12.927.390)	(8.824.649)	(5.871.613)	17.103.006	36.138.609	25.617.963
Gap acumulado de Liquidez	(12.927.390)	(21.752.039)	(27.623.652)	(10.520.646)	25.617.963	-
MZN' 000						
Banco						
31 de Dezembro de 2017	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	18.540.507	-	-	-	-	18.540.507
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.232.643	-	-	-	-	1.232.643
Aplicações em instituições de crédito	7.665.486	1.873.701	603.701	-	-	10.142.888
Créditos a clientes	2.468.089	691.376	13.450.658	11.912.583	35.688.994	64.211.700
Activos financeiros disponíveis para venda	680.122	3.365.397	25.217.010	-	32.074	29.294.603
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	31.052	1.701.979	2.846.459	-	4.579.490
Total do activo	30.586.847	5.961.526	40.973.348	14.759.042	35.721.068	128.001.831
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	439.141	134.136	373.391	402.409	134.136	1.483.213
Recursos de clientes	65.108.774	13.096.079	24.960.415	58.039	-	103.223.307
Titulos de dívida emitidos	-	-	42.167	-	1.000.000	1.042.167
Total do passivo	65.547.915	13.230.215	25.375.973	460.448	1.134.136	105.748.687
Gaps de Liquidez	(34.961.068)	(7.268.689)	15.597.375	14.298.594	34.586.932	22.253.144
Gap acumulado de Liquidez	(34.961.068)	(42.229.757)	(26.632.382)	(12.333.788)	22.253.144	-
31 de Dezembro de 2016	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Total
Total do activo	54.779.085	5.087.460	15.148.679	17.342.780	36.566.930	128.924.934
Total do passivo	70.047.917	13.934.018	23.330.065	666.158	486.477	108.464.635
Gaps de Liquidez	(15.268.832)	(8.846.558)	(8.181.386)	16.676.622	36.080.453	20.460.299
Gap acumulado de Liquidez	(15.268.832)	(24.115.390)	(32.296.776)	(15.620.154)	20.460.299	

Para os depósitos à ordem é firme convicção da Administração que as maturidades contratuais não representam de forma apropriada o período de permanência desses depósitos no Banco.

Desta forma, corrigindo a maturidade contratual (até 1 mês) pela maturidade histórica dos core-deposits associados, o gap de liquidez do Banco é conforme o referido no capítulo da Política e Gestão de Risco na parte inicial deste relatório.

Risco Operacional

O Banco tem adoptado princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos: a segregação de funções; as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações; os limites de tolerância e exposições aos riscos; o código deontológico e de conduta; os indicadores – chave de risco; os controlos de acessos físicos e lógicos; as actividades de reconciliação; os relatórios de excepção; a contratação de seguros; o planeamento de contingências; a formação interna sobre processos, produtos e sistemas, entre outras medidas.

42. Solvabilidade

Os fundos próprios do Banco Internacional de Moçambique, são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto no Aviso n.º 12/GBM/2013 do Banco de Moçambique. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de Base (Tier 1) com os fundos próprios complementares (Tier 2) e da subtracção da componente relevada no agregado Deduções.

Os fundos próprios de base integram o capital realizado, as reservas e os impactos diferidos associados aos ajustamentos de transição para as NIRF (Normas Internacionais de Relato Financeiro).

Paralelamente, para a determinação dos fundos próprios de base, são deduzidos os outros activos intangíveis, o goodwill relevado no activo, os desvios actuariais positivos / negativos e custos com serviços passados, associados a benefícios pós - emprego atribuídos pela entidade que de acordo com a NIC 19 – Benefícios aos Empregados (Método do Corredor) não tenham sido reconhecidos em resultados do exercício, resultados transitados ou reservas.

Os fundos próprios de base podem ser ainda influenciados pela existência de diferenças de reavaliação em outros activos, em operações de cobertura de fluxos de caixa ou em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, na parte que corresponda a risco de crédito próprio, pela existência de um fundo para riscos bancários gerais e por insuficiência de provisões, caso as dotações para imparidade de crédito, calculadas de acordo com as Normas Internacionais de relato financeiro, sejam inferiores às dotações de provisões requeridas pelo Aviso n.º 7/GBM/07 do Banco de Moçambique, apuradas em base individual.

Os fundos próprios complementares englobam a dívida subordinada, as reservas provenientes da reavaliação dos activos fixos tangíveis e, mediante autorização prévia do Banco de Moçambique, a inclusão de elementos patrimoniais que podem ser livremente utilizados para cobrir riscos normalmente ligados à actividade das instituições sem que as perdas ou menos valias tenham ainda sido identificadas.

Para apuramento do capital regulamentar torna-se ainda necessário efectuar algumas deduções aos fundos próprios totais, nomeadamente a quantia escriturada do activo não financeiro recebido em reembolso de crédito próprio.

		MZN' 000	
		2017	2016
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE			
Tier 1 Capital			
Capital realizado	4.500.000	4.500.000	
Reservas e resultados retidos	16.066.801	13.135.511	
Activos Intangíveis	(245.037)	(198.847)	
Insuficiência de provisões	(6.350.691)	(2.053.152)	
Tier 1 Capital total	13.971.073	15.383.512	
Tier 2 Capital			
Empréstimos subordinados	-	-	
Outros	(265.942)	(639.958)	
Tier 2 Capital total	(265.942)	(639.958)	
Dedução aos fundos próprios totais	5.180.967	380.763	
Fundos próprios elegíveis	8.524.163	14.362.791	
Activos ponderados pelo risco			
No balanço	45.100.921	65.942.155	
Fora de balanço	2.649.133	8.389.220	
Risco operacional	1.585.297	1.323.621	
Risco de mercado	516.796	675.448	
Rácio de adequação de fundos próprios de base (Tier 1)	28,0%	20,2%	
Rácio de adequação de fundos próprios (Tier 2)	-0,5%	-0,8%	
Rácio de Solvabilidade	17,1%	18,8%	

43. Concentração de risco

A concentração de activos financeiros com risco de crédito por sector, no Grupo e no Banco, é a seguinte:

Grupo										MZN 000	
Sector	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Crédito a Clientes	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até a maturidade	Investimentos em associadas	Outros activos	2017		2016	
								Total	%	Total	%
Sector Público	-	-	5.626.953	29.743.765	4.861.340	-	-	40.232.058	36,7%	27.332.389	24,5%
Instituições Financeiras	1.244.248	10.149.843	-	6.114	-	-	-	11.400.205	10,4%	12.849.075	11,5%
Agricultura e silvicultura	-	-	1.637.249	-	-	-	-	1.637.249	1,5%	2.204.560	2,0%
Indústrias extractivas	-	-	630.831	-	-	-	-	630.831	0,6%	1.338.330	1,2%
Alimentação, beb.e tabaco	-	-	759.015	26.018	-	-	-	785.033	0,7%	776.792	0,7%
Têxteis	-	-	1.981	-	-	-	-	1.981	0,0%	5.727	0,0%
Papel, artes gráf.e editoras	-	-	51.880	-	-	-	-	51.880	0,0%	161.267	0,1%
Químicas	-	-	2.321.837	-	-	-	-	2.321.837	2,1%	2.343.962	2,1%
Máquinas e equipamentos	-	-	1.669.622	-	-	-	-	1.669.622	1,5%	1.984.470	1,8%
Electricidade, água e gás	-	-	5.518.821	-	-	-	-	5.518.821	5,0%	6.909.274	6,2%
Construção	-	-	6.086.397	-	-	-	-	6.086.397	5,5%	6.396.475	5,7%
Comércio	-	-	8.830.630	-	-	-	-	8.830.630	8,1%	10.850.579	9,7%
Restaurantes e hotéis	-	-	776.546	-	-	-	-	776.546	0,7%	1.107.811	1,0%
Transportes e comunicações	-	-	3.317.430	-	-	17.292	-	3.334.722	3,0%	4.326.004	3,9%
Serviços	-	-	11.837.515	25.022	-	250.208	-	12.112.745	11,0%	14.531.978	13,0%
Crédito ao consumo	-	-	10.142.934	-	-	-	-	10.142.934	9,2%	13.009.554	11,7%
Crédito à habitação	-	-	751.451	-	-	-	-	751.451	0,7%	896.333	0,8%
Outras actividades	-	-	1.452.001	-	-	-	1.936.935	3.388.936	3,1%	4.470.820	4,0%
	1.244.248	10.149.843	61.413.093	29.800.919	4.861.340	267.500	1.936.935	109.673.878	100,0%	111.495.398	100,0%

Banco										MZN 000	
Sector	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Crédito a Clientes	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até a maturidade	Investimentos em subsidiárias	Outros activos	2017		2016	
								Total	%	Total	%
Sector Público	-	-	5.626.953	29.269.627	4.579.489	-	-	39.476.069	36,4%	25.097.460	23,3%
Instituições Financeiras	1.232.643	10.142.888	-	-	-	416.148	-	11.791.679	10,9%	13.182.852	12,2%
Agricultura e silvicultura	-	-	1.637.249	-	-	-	-	1.637.249	1,5%	2.204.560	2,0%
Indústrias extractivas	-	-	630.831	-	-	-	-	630.831	0,6%	1.338.330	1,2%
Alimentação, beb.e tabaco	-	-	759.015	-	-	-	-	759.015	0,7%	750.774	0,7%
Têxteis	-	-	1.981	-	-	-	-	1.981	0,0%	5.727	0,0%
Papel, artes gráf.e editoras	-	-	51.880	-	-	-	-	51.880	0,0%	161.267	0,1%
Químicas	-	-	2.321.837	-	-	-	-	2.321.837	2,1%	2.343.962	2,2%
Máquinas e equipamentos	-	-	1.669.622	-	-	-	-	1.669.622	1,5%	1.984.470	1,8%
Electricidade, água e gás	-	-	5.518.821	-	-	-	-	5.518.821	5,1%	6.909.274	6,4%
Construção	-	-	6.086.397	-	-	-	-	6.086.397	5,6%	6.396.475	5,9%
Comércio	-	-	8.830.630	-	-	-	-	8.830.630	8,1%	10.850.579	10,1%
Restaurantes e hotéis	-	-	776.546	-	-	-	-	776.546	0,7%	1.107.811	1,0%
Transportes e comunicações	-	-	3.317.430	-	-	-	-	3.317.430	3,1%	4.308.713	4,0%
Serviços	-	-	11.837.515	24.976	-	-	-	11.862.491	10,9%	14.275.179	13,3%
Crédito ao consumo	-	-	10.142.934	-	-	-	-	10.142.934	9,4%	13.009.554	12,1%
Crédito à habitação	-	-	751.451	-	-	-	-	751.451	0,7%	896.333	0,8%
Outras actividades	-	-	1.452.001	-	-	-	1.357.099	2.809.100	2,6%	2.877.307	2,7%
	1.232.643	10.142.888	61.413.093	29.294.603	4.579.489	416.148	1.357.099	108.435.963	100,0%	107.700.627	100,0%

44. Normas emitidas mas ainda não adoptadas

Um número de novas normas e alterações de normas são efectivas para períodos com início após 1 de Janeiro de 2017 e a sua aplicação antecipada é permitida. O Banco não antecipou a adopção das seguintes novas normas ou alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Até à data de autorização das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, as seguintes Normas e Interpretações foram emitidas mas não tinham sido ainda adoptadas:

NIRF 15 Rédito de contractos com clientes

Esta norma substitui a NIC 11 Contractos de Construção, NIC 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 Acordos para Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferência de Activos para Clientes e SIC-31 Rédito – Transacções de Troca Envolvendo Serviços de Publicidade.

A norma contém um modelo único que se aplica a contrato com clientes e duas abordagens para reconhecimento do rédito: num momento ou ao longo do tempo. O modelo apresenta um contrato de análise de transacções com base em cinco etapas para determinar quanto e quando o rédito é reconhecido.

Esta nova norma terá provavelmente um impacto significativo sobre o Banco, que irá incluir uma possível mudança no tempo de quando o rédito e o valor do rédito é reconhecido. O Banco está actualmente no processo de execução de uma avaliação.

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida.

NIRF 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 – Instrumentos Financeiros entra em vigor para os períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A IFRS 9 irá substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e irá estabelecer novas regras para a contabilização dos instrumentos financeiros apresentando significativas alterações sobretudo no que respeita aos requisitos de imparidade. Por esta razão, é uma norma que tem sido sujeita a um detalhado e complexo processo de implementação que tem envolvido todos os *stakeholders* chave, de forma a compreender os impactos e as alterações nos processos, *governance* e estratégia de negócio.

Os requisitos apresentados pela IFRS 9 são aplicados retrospectivamente através do ajustamento do balanço de abertura à data da aplicação inicial.

1 - Estratégia de Implementação da IFRS 9

O Banco Internacional de Moçambique em estreita articulação com o Banco Comercial Português ('Grupo') tem estado a trabalhar neste processo desde o início de 2017 sendo que, numa primeira fase o trabalho desenvolvido, concentrou-se na identificação das alterações necessárias relativas às classificações contabilísticas e aos modelos de imparidade de risco de crédito e também na criação e desenvolvimento de uma estrutura de *governance* que respondesse aos requisitos e desafios decorrentes da adopção da IFRS 9, estando actualmente numa fase de implementação, melhoria e automatização dos processos.

Neste âmbito a Administração do Banco e a Unidade Orgânica responsável pelos modelos de imparidade de risco de crédito foram envolvidos no processo transversal ao Grupo para a tomada de decisões chave relativas aos requisitos definidos pela IFRS 9 e pela monitorização do *status* do processo, análise e implementação desta nova norma. As principais áreas envolvidas nesta fase do projecto são o *Risk-Office*, Planeamento, Contabilidade, Direcções de Crédito e Informática (IT). A Auditoria Interna e o Gabinete de acompanhamento e validação de modelos do Banco serão envolvidos no projecto, em devido tempo, nomeadamente na componente da sua validação.

2 - Principais fases e milestones do projecto

O plano para implementação foi dividido em 4 fases principais:

- **Formação e análise preliminar:** foi efectuado com apoio de consultores externos um diagnóstico preliminar para determinar os principais impactos resultantes da aplicação da IFRS 9. Foram também efectuados *workshops* envolvendo a Administração do Banco e as principais Unidades Orgânicas do Banco relacionados com os conceitos de *business models*, *solely payment of principal and interest* ('SPPI') e metodologia de imparidade (incluindo critério de aumento significativo de risco de crédito e *forward-looking*).
- **Análise operacional, contabilística e de divulgações:** esta fase foi desenhada de forma transversal ao Grupo, para efectuar uma análise detalhada das diferenças entre os princípios contabilísticos da IAS 39 e da IFRS 9 e das implicações técnicas relacionadas. Tendo em consideração a complexidade e âmbito de alguns temas, foram de forma transversal envolvidas várias equipas especializadas da casa mãe e definidos os requisitos de IT, necessários.
- **Plano de conversão:** foi preparado de forma transversal ao Grupo um plano detalhado de conversão, incluindo um plano de acção para os sistemas de IT.

- **Implementação:** No âmbito do processo de implementação da IFRS 9 no Banco, na componente de imparidade, numa primeira fase o processo de cálculo ao nível da Análise Individual continuará a ser feito, como é feito actualmente, com base no Aplicativo actualmente em uso no Banco para o Cálculo da Imparidade do Crédito. Relativamente ao cálculo da Imparidade Colectiva foi, transitoriamente, desenvolvida uma solução transversal ao Grupo Millennium (SAS), que passará a processar o referido cálculo. Os resultados desse cálculo serão depois reportados a Direcção da Contabilidade do Banco, para as contabilizações requeridas.

Numa segunda fase, cuja conclusão está prevista para finais do 2º. Semestre de 2018, a *Software House* do aplicativo de cálculo de imparidade em uso no Banco irá efectuar as devidas alterações ao Modelo de Imparidade do Banco (KIWI), de forma a permitir que o cálculo da imparidade colectiva no âmbito da IFRS 9 seja feito igualmente neste aplicativo.

Neste contexto e, por forma a implementar o processo descrito no ponto acima, está agendado, para o 2º. Trimestre de 2018, o início do projecto, que deverá incluir a fase de consultoria (análise conceptual, definição de modelos para o cálculo das PD's e LGD's de acordo com as metodologias definidas transversalmente e formação) e a fase de desenvolvimento.

A componente da Análise Individual do KIWI inclui o Módulo de Questionários, bem como o Módulo de Estimação das Taxas de Imparidade com base no Método de Fluxos de Caixa Descontados, considerando as abordagens de recuperação de crédito *“going e gone”*.

A fase de implementação é longa e complexa, pressupondo-se que, vários processos continuarão a ser sujeitos a modificações e testes, nomeadamente conversão da informação financeira e dos processos de reporte.

As fases de desenho e desenvolvimentos incluirão alguns *milestones*, nomeadamente:

- Desenho do modelo operacional que permita o alinhamento com os requisitos da IFRS 9, incluindo a definição dos requisitos funcionais;
- Desenvolvimento de um plano de formação para os colaboradores que irão lidar, em base diária, com os requisitos da IFRS 9;

Identificação dos ajustamentos necessários nas aplicações de IT para cumprir com a nova norma.

O principal foco do Banco nesta fase estará relacionado com a eficiência de todo o processo, garantindo que o modelo decorre num ambiente *business* as usual. Serão programadas diversas simulações para avaliar a performance do modelo antes de este entrar em funcionamento. Isto inclui o cálculo de imparidade, de acordo com os requisitos da IFRS 9 em *parallel run*, permitindo a comparação dos resultados entre as duas soluções (a transitória – SAS e a do KIWI).

Tendo em consideração o *status* actual do processo e as situações já identificadas, apresentamos nos seguintes parágrafos informação relativa às principais alterações em diferentes áreas:

Classificação dos instrumentos financeiros

A IFRS 9 apresenta alterações relevantes na forma como os instrumentos financeiros são classificados. O novo modelo para a classificação dos activos financeiros é mais baseado em princípios e requer que se tenha em consideração não só o modelo de negócio para a gestão dos activos financeiros mas também a análise das características dos cash-flows contratuais desses activos (critério SPPI). Os activos financeiros serão consequentemente mensurados ao custo amortizado, ao justo valor através de rendimento integral ou ao justo valor através de lucros ou prejuízos, dependendo do modelo de negócios aplicado e das suas características específicas.

De forma a classificar os activos financeiros de acordo com a IFRS 9 em 1 Janeiro de 2018, o Banco efectuou a revisão dos activos financeiros em carteira, com o objectivo de determinar e alocar grupos de activos

financeiros ao modelo de negócio apropriado, tendo em consideração o método de gestão aplicado aos portfólios de activos financeiros, através da:

- Identificação e análise dos termos contratuais dos activos financeiros que poderão não cumprir com o critério SPPI;
- Revisão e avaliação de dados qualitativos relevantes e objectivos que poderão ter impacto na alocação dos portfólios de activos financeiros ao modelo de negócio apropriado (e.x.: a forma como activos financeiros específicos são geridos);
- Revisão e avaliação de dados quantitativos relevantes e objectivos que poderão ter impacto na alocação dos portfólios de activos financeiros ao modelo de negócio apropriado (e.x.: o valor das vendas de activos financeiros de determinados portfólios que ocorreram em períodos de reporte anteriores e a frequência dessas vendas);
- Análise das expectativas relacionadas com o valor e frequência das vendas passadas e futuras de determinados portfólios.

No que respeita aos portfólios de títulos, o Millennium bim não espera alterações significativas no método de classificação e mensuração dos activos financeiros aplicado, que possam ter um impacto significativo no balanço e/ou nos resultados do Banco. Relativamente ao portfólio de crédito, a análise efectuada permite concluir que a maioria dos contratos cumpre com o critério SPPI e como tal o custo amortizado pode ser mantido como critério de mensuração para esses activos financeiros.

Relativamente à avaliação dos modelos de negócio, o Banco realizou uma análise das vendas históricas dos portfólios actuais cujos resultados permitem ao Banco manter os modelos de negócios. Por conseguinte e considerando a actual estratégia, os modelos de negócio irão ser mantidos.

Imparidade dos Activos Financeiros

As principais alterações decorrentes da IFRS 9 estão relacionadas com os requisitos referentes à imparidade. A IFRS 9 introduz um novo modelo para o cálculo da imparidade baseado nas perdas esperadas enquanto o modelo da IAS 39 é baseado nas perdas incorridas.

O modelo de imparidade da IFRS 9 é aplicável a todos os activos financeiros valorizados ao custo amortizado, aos instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de rendimento integral, e a riscos contingentes e compromissos não valorizados ao justo valor.

No âmbito do Projecto de implementação da IFRS 9, o Millennium bim em estreita colaboração com a casa mãe e com os consultores externos está a trabalhar na operacionalização da nova metodologia recentemente aprovada para o cálculo das perdas por imparidade do crédito, bem como na execução das modificações necessárias nos sistemas e processos de IT usados pelo Banco. Em concreto, o trabalho está focado no desenho de processos e ferramentas e no cálculo do impacto da IFRS 9 ao nível de perdas por imparidade, numa perspectiva corrente.

Em termos metodológicos, procedeu-se aos ajustamentos da PD, LGD, EAD e CCF de forma a reflectirem os requisitos da nova norma em termos da estimação das perdas esperadas de crédito, incluindo a definição interna de critérios de alocação aos estágios e a inclusão das expectativas relativamente às perspectivas macroeconómicas futuras para estimar os níveis de perdas por imparidade.

Dever-se-á salientar que a implementação da nova norma exige a aplicação de modelos de risco de crédito mais complexos e com uma maior componente preditiva, o que requer um conjunto significativamente mais amplo de fontes de informação comparativamente aos modelos aplicados até 31 de Dezembro de 2017.

A *probability of default* (“PD”), *loss given default* (“LGD”) e *exposure at default* (“EAD”) são usadas como componentes principais para mensurar as perdas esperadas de crédito. O Banco usufrui das capacidades já existentes em termos de informação, estrutura de IT e *governance*, na estimação dos novos parâmetros. De acordo com a IFRS 9, a imparidade para perdas de risco de crédito é afectada por várias características, nomeadamente o capital em *default* esperado e o perfil de reembolso associado, bem como pela vida esperada

do activo financeiro. A imparidade para perdas de crédito em cada estágio será igualmente influenciada pelas previsões das condições económicas, uma vez que estas são utilizadas para estimar as perdas esperadas de crédito. Para calcular a perda esperada de crédito para o período de vida do contrato (*lifetime*), o Banco deriva as correspondentes PDs *lifetime* que reflectem as previsões económicas. Para classificar um activo financeiro em estágio 3, deve ser identificado um ou mais eventos que representem um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados.

Metodologia para estimativa de imparidade

Os instrumentos financeiros sujeitos a imparidade serão divididos em três estágios tendo em consideração o seu nível de risco de crédito, conforme se segue:

- **Estágio 1:** sem aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a correcção de valor reflectirá perdas de crédito esperadas resultantes de *defaults* a ocorrer nos 12 meses a partir da data de reporte.
- **Estágio 2:** instrumentos financeiros em que se considera que ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas em que a perda ainda não se materializou. Neste caso, a correcção de valor para perdas reflectirá as perdas esperadas de *defaults* ao longo da vida residual do instrumento financeiro. Para determinar a existência de aumento significativo de risco de crédito serão tidas em consideração não apenas variáveis quantitativas, nomeadamente indicadores relacionados com a gestão de risco de crédito, mas também variáveis qualitativas.
- **Estágio 3:** instrumentos financeiros para os quais existe evidência objectiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas. Neste caso, o montante da correcção de valor reflectirá as perdas esperadas de risco de crédito ao longo do período de vida residual esperado do instrumento financeiro.

A avaliação do risco de crédito e a quantificação das perdas esperadas para eventos de crédito não deverão ser enviesados e ponderados pela probabilidade de ocorrência. Deverão sim ter em consideração toda a informação existente considerada relevante, nomeadamente informação relacionada com eventos passados, as condições actuais, previsões sobre as condições económicas futuras e o valor temporal do dinheiro.

Ajustamentos de transição a ser contabilizados a 1 de Janeiro de 2018

Com base no modelo de *governance* definido internamente para a implementação da IFRS 9, o Millennium bim, com assessoria de consultores externos, realizou a análise da imparidade do crédito do Banco para calcular o respectivo impacto. Este trabalho compreendeu a análise da informação actualmente disponível nos sistemas de informação do Banco, e a sua reconciliação com a informação contabilística disponibilizada para o efeito.

A seguir se destacam os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação dos ajustamentos de transição contabilizados a 1 de Janeiro de 2018:

Para os clientes que actualmente têm imparidade individual não existem impactos significativos;

Para os clientes alvo de análise colectiva o principal impacto resultou do facto de para os clientes com um aumento significativo do risco de crédito a probabilidade de *default* ter passado a ser medida pela estimativa dos clientes que irão entrar em *default* até ao final do contrato (*lifetime*) em vez de nos próximos 12 meses;

O conceito de aumento significativo do risco de crédito reflecte um *downgrade* no *rating* interno ou externo. Tendo em consideração o estado de maturação actual dos modelos de risco do Banco e *Masterscale*, conclui-se que não seriam nesta fase usados os Graus de Risco dos Modelos de *Rating* em uso no Banco, até que o novo Aplicativo de *Rating* do Banco “BIMRATING” atinja a maturidade necessária (entrada em produção prevista para Mar.18).

Os estudos de impacto realizados pelo Banco sob assessoria de Consultores Externos permitiram calcular, com objectividade, o ajustamento de transição contabilizado a 1 de Janeiro de 2018.

Tratando-se de um impacto de transição de uma norma contabilística (IAS 39 para IFRS 9), este foi registado à data de 1 de Janeiro de 2018 na conta de Balanço da imparidade, por contrapartida directa de Resultados Transitados.

Este impacto positivo verificou-se no cálculo da imparidade colectiva e resulta fundamentalmente dos clientes marcados no estágio 2 (i.e. que tiveram um aumento significativo do risco de crédito desde a concessão), aos quais, o cálculo de imparidade é realizado numa perspectiva *lifetime*.

Com efeito, a alocação dos contractos aos diferentes estágios foi realizada de acordo com os seguintes critérios:

O estágio 3: (i.e. com evidência objectiva de imparidade): todos os contractos que se encontram no *Bucket* de Risco *Default*;

O estágio 2: (i.e. com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial): contractos que se encontram nos *Buckets* de Risco Reestruturados ou EWS, ou contractos de clientes que têm pelo menos um contrato com atraso (pelo menos 1 dia);

O estágio 1: restantes contractos;

Informação *forward-looking*

Uma vez que as perdas por imparidade de risco de crédito serão baseadas em informação *forward-looking*, a IFRS 9 irá levar a um aumento de subjectividade. A informação *forward-looking* mencionada tem em consideração a avaliação de condições macroeconómicas futuras que são monitorizados em base contínua e que são também usadas para efeitos de gestão e planeamento interno.

As Perdas de crédito são definidas como fluxos de caixa contratuais esperados não recebidos durante o período de vida estimado do instrumento financeiro, descontados à taxa de juro original. Tendo em consideração esta definição, as perdas de crédito esperadas correspondem às perdas de crédito determinadas tendo em conta as condições económicas futuras.

Registo de imparidade

A principal alteração da IFRS 9 está relacionada com os activos registados ao justo valor através de rendimento integral. Para estes activos, as alterações no justo valor resultantes de perdas esperadas de crédito serão registadas através de resultados.

Contabilidade de Cobertura

A IFRS 9 apresenta um novo modelo que visa alinhar a contabilidade com a contabilidade de cobertura económica o que irá permitir ao Banco dispor de um maior número de instrumentos cobertos, riscos cobertos e instrumentos de cobertura (derivados e não derivados). Os novos requisitos alinham a contabilidade de cobertura com a gestão de risco e dão uma abordagem mais objectiva à contabilidade de cobertura, simplificando o modelo actual. A norma requer um maior escrutínio dos seus efeitos nas demonstrações financeiras e na estratégia de gestão de risco do Banco. O Banco espera manter o modelo de contabilidade de cobertura da IAS 39.

Esclarecimento sobre a contabilização de pagamentos com base em acções (Emenda à NIRF 2)

Actualmente, existe ambiguidade sobre como uma empresa deve contabilizar certos tipos de acordos de pagamento com base em acções. O IASB respondeu publicando emendas à NIRF 2 Pagamento com Base em Acções.

As emendas abrangem três áreas de contabilidade:

Mensuração de transacções de pagamento com base em acções e liquidadas em dinheiro - Os novos requisitos não alteram o valor acumulado de despesa que é reconhecido em última instância, porque o valor total de uma transacção de pagamento com base em acções e liquidado em dinheiro ainda é igual ao valor pago na liquidação.

Classificação de transacções de pagamento com base em acções liquidadas de forma líquida de retenções na fonte - As emendas introduzem uma excepção, indicando que, para fins de classificação, uma transacção de

pagamento com base em acções com empregados é contabilizada como liquidada com capital próprio se forem satisfeitos determinados critérios.

Contabilização de uma modificação de uma transacção de pagamento com base em acções de liquidação liquidadas em dinheiro para liquidada com capital próprio. As emendas esclarecem a abordagem que as empresas devem aplicar.

Os novos requisitos podem afectar a classificação e / ou mensuração desses acordos - e, potencialmente, o tempo e o valor da despesa reconhecidos para os prémios novos e pendentes. As emendas são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018.

NIRF 16 Locações

A NIRF 16 foi publicada em Janeiro de 2016. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente ("locatário") e o fornecedor ("locador"). A NIRF 16 substitui a anterior norma de locações, NIC 17 Locações e Interpretações relacionadas. A NIRF 16 apresenta um modelo para locatários que resultará em quase todas as locações sendo incluídos na Demonstração da Posição Financeira. Não foram incluídas alterações significativas para os locadores.

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida apenas se a entidade adoptar igualmente a NIRF 15. Os requisitos transitórios são diferentes para os locatários e locadores. Os Banco começaram a avaliar o potencial impacto nas demonstrações financeiras resultantes da aplicação da NIRF 16. Não se espera nenhum impacto significativo para as locações financeiras do Banco.

Venda ou Contribuição de Activos entre um Investidor e sua Associada ou Empreendimento Conjunto (Emenda à NIRF 10 e NIC 28)

As emendas exigem que o ganho integral seja reconhecido quando os activos transferidos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto venham a satisfazer à definição de "actividade empresarial" de acordo com a NIRF 3 Concentrações de Actividades Empresariais. Quando os activos transferidos não satisfazem à definição de uma actividade empresarial, é reconhecido um ganho parcial nos interesses dos investidores independentes na associada ou no empreendimento conjunto. A definição de actividade empresarial é fundamental para determinar a extensão do ganho a ser reconhecido.

O IASB decidiu adiar a data efectiva para estas emendas indefinidamente. A adopção ainda é permitida.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício HOLLARD
Rua 1.233, N° 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
Web: www.kpmg.co.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Para os Accionistas do BIM – Banco Internacional de Moçambique S.A

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras*Opinião*

Auditámos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BIM – Banco Internacional de Moçambique S.A (“o Grupo”) constantes das páginas 40 a 114, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017, e as demonstrações de resultados e rendimento integral, alterações nos capitais próprios e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira do BIM – Banco Internacional de Moçambique S.A em 31 de Dezembro de 2017, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Base de opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* na secção do nosso relatório. Somos independentes do Banco e Grupo de acordo com o *Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas da Federação Internacional de Contabilistas (Código IESBA)* e de acordo com outros requisitos de independência aplicáveis à realização de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas, de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende o relatório dos Administradores e a declaração de responsabilidade dos Administradores como exigido pelo Código Comercial de Moçambique. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou no conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos na outra informação, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

KPMG Auditores e Consultores, SA, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, é membro da KPMG Internacional, uma cooperativa Suíça

KPMG Auditores e Consultores, SA, a Mozambique limited liability company, is a member of KPMG International, a Swiss cooperative

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA



Responsabilidade dos Administradores pelas demonstrações financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que os Administradores determinem ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras que estão isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Banco e Grupo se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas a continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que os administradores tenham a intenção de liquidar o Banco e Grupo e cessar as operações, ou não tenham alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria. Igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude ou erro, desenhamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos um entendimento do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para propósitos de expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco e Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto contabilístico da continuidade e com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco e Grupo de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o Banco e Grupo deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliar a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a alcançar uma apresentação apropriada.



Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados

Representada por:

Abel Jone Gualaguala OCAM n° 04/CA/OCM/2012)

Sócio

14 de Março de 2018

Maputo

Declaração de responsabilidade dos Administradores

Os administradores do Banco são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas que incluem o Balanço do BIM – Banco Internacional de Moçambique S.A, e as demonstrações de resultados e rendimento integral, alterações nos capitais próprios e fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

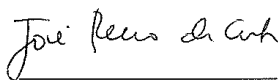
Os administradores são igualmente responsáveis pela: concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas que estão livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficiente e eficaz.

Os administradores fizeram uma avaliação para determinar se o Banco e o Grupo tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade do Banco e do Grupo poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

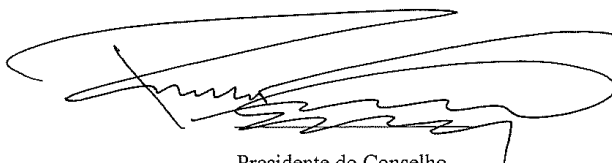
O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o ano findo em 31 de Dezembro de 2017 do BIM – Banco Internacional de Moçambique S.A, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de Março de 2018 e foram assinadas em seu nome, por:



Presidente da Comissão
Executiva



Presidente do Conselho
de Administração

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.****PARECER DO CONSELHO FISCAL**

No cumprimento da legislação em vigor e das disposições estatutárias, submetemos aos Excelentíssimos Senhores Accionistas o resumo da acção fiscalizadora exercida no BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Millennium bim, as Demonstrações Financeiras em base individual do Banco e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

No âmbito das suas atribuições o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade, durante o exercício de 2017, a gestão e evolução do negócio do Banco, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das disposições legais aplicáveis, através de informação de gestão e contabilística disponibilizada, bem como das reuniões mensais com a Contabilidade do Banco.

No quadro do calendário de reuniões predefinido e da prática que temos vindo a observar, mantivemos encontros regulares com algumas áreas do Banco, nomeadamente Auditoria e *Compliance Office*, Crédito e *Risk Office*, Recuperação do Crédito e Centro Corporativo, bem como com o Auditor Externo, para além da nossa participação nas reuniões do Conselho de Administração.

Demos particular atenção e interesse a avaliação das recomendações do Banco de Moçambique, no quadro da supervisão prudencial, bem como da materialização das directrizes de gestão de risco, consignadas no Aviso nº 4/GBM/2013.

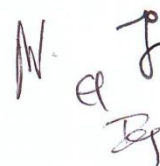
Verificamos que ao nível da Auditoria Interna foi dada a atenção necessária a validação dos Modelos Internos de Risco, tendo por base as exigências das novas directrizes de risco do Regulador e Basileia II, bem como as regras do Grupo BCP.

Tomamos conhecimento que particular enfoque foi dado a reestruturação interna tendo em vista o reforço e melhoria do controlo e acompanhamento das entidades de Supervisão e Auditores Externos tendo sido propostas normas de procedimentos que definem as regras internas de actuação, com o objectivo de assegurar o adequado acompanhamento e monitoramento de todas as acções decorrentes do relacionamento com essas entidades.

Constatamos ter sido registado um aumento significativo do número de auditorias realizadas, bem como um forte crescimento no acompanhamento e maior reforço na análise e controlo da implementação das acções de melhoria acordadas com as Unidades auditadas.

Notamos que do resultado da actividade desenvolvida, não foram detectadas ocorrências susceptíveis de alterar a avaliação positiva dos sistemas de identificação e gestão de riscos, de controlo interno do Banco.

No âmbito do *Compliance Office* verificamos que a actividade esteve focalizada: (i) na revisão de todas as normas e políticas do *Compliance Office*, (ii) no aperfeiçoamento de monitorização do cumprimento da legislação, (iii) na análise do Código de Conduta das ICSF e Regulamento sobre Publicidade de Produtos e Serviços Financeiros (iv) na identificação do agente depositante nas transacções de limiar legal suspeito, em numerário, e (v) na introdução de um novo KYC para os casinos.



BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

No âmbito do *Risk Office*, observamos que, relativamente ao processo de implementação da IFRS 9, com base nos pressupostos previamente definidos, o Banco realizou a análise da imparidade do crédito para calcular o impacto da IFRS 9 nas Demonstrações Financeiras. Este impacto de transição foi registado nas contas do Banco, em conformidade com os critérios e regras definidos no âmbito deste instrumento financeiro.

Registamos com agrado o acompanhamento e os resultados dos testes de esforço realizados para os diversos tipos de risco, bem como para avaliação do capital interno, efectuado com base nas demonstrações financeiras de 30 de Junho de 2017, da qual se concluiu que o Banco apresenta um nível de capital interno adequado ao seu perfil de risco, cumprindo satisfatoriamente os rácios de solvabilidade e dispondo ainda de um *buffer* suficiente para eventuais necessidades de capital futuras.

Foi objecto do nosso interesse e particular atenção o diálogo com os Auditores Externos, através dos encontros de trabalho realizados com os mesmos, tendo constatado que no âmbito da revisão dos controlos e reconhecimento do rédito, foi verificada a eficácia operacional do processo de criação, autorização e relato dos lançamentos contabilísticos e avaliada a respectiva política contabilística e a sua aplicação. Foram efectuados também procedimentos substantivos analíticos e testes de detalhe, tendo como objectivo a obtenção de evidências satisfatórias das asserções subjacentes às contas e às transacções referentes ao rédito, não se tendo verificado quaisquer excepções.

Ainda no âmbito do trabalho realizado com o Auditor Externo, concentrámo-nos na análise detalhada das maiores exposições do Estado, sector público e privado e do crédito em mora e em contencioso, com destaque para as situações materialmente relevantes e com impacto na conta de exploração e ou consumo de capital, nomeadamente os empréstimos com sinais de imparidade, bem como na análise individual efectuada pelos Auditores a carteira de crédito do Banco de entidades seleccionadas com base em critérios de risco de auditoria.

Foi opinião do Auditor Externo de que a lógica inerente ao modelo de imparidade do Banco cumpre com os fundamentos e orientações estipuladas pela *IAS 39*.

Durante o ano de 2018, nos termos da Lei n.º 15/99 de 1 de Novembro e modificações introduzidas pela Lei n.º 9/2004 e do Aviso n.º 09/GGBM/2007 de 30 de Março, fomos chamados a pronunciar sobre casos relativos a crédito concedido a entidades correlacionadas, bem assim a sociedades ou outros entes colectivos, directa ou indirectamente dominados pela entidade correlacionada, ou que com ela estejam em relação de grupo, nos termos da legislação em vigor.

Nos termos do disposto no n.º 2 do Art.º 42º dos Estatutos do Banco, analisamos e concordamos com o Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG Auditores e Consultores, SA.

No âmbito das nossas funções, examinámos as Demonstrações Financeiras, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.

Procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

Analisamos as principais transacções que explicam as variações mais significativas nos principais indicadores de actividade do Banco (em base individual), as quais verificamos terem sido de algum modo afectadas pelo efeito da apreciação do Metical face ao USD, sendo que a taxa de câmbio decresceu de USD 71 a 31 de Dezembro de 2016 para USD 59 em Dezembro de 2017.

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Não nos foi reportada, nem verificamos, no decorrer da nossa actividade, qualquer irregularidade por parte da sociedade, seus accionistas, colaboradores ou outros, nomeadamente de natureza lesiva aos interesses da Instituição ou de algum ou alguns dos accionistas.

As Demonstrações Financeiras do Banco e Consolidadas auditadas pelo Auditor Externo evidenciam:

- ❑ Que o Balanço Consolidado e o Balanço do Banco, BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., à data de 31 de Dezembro de 2017, reflectem adequadamente a situação financeira do Grupo e do Banco;
- ❑ Que a Demonstração de Resultados Consolidados e a Demonstração de Resultados do Banco espelham um lucro consolidado de 6.100,55 milhões de Meticais e um lucro do Banco de 5.574,02 milhões de Meticais, os quais traduzem o resultado da actividade do Grupo e do Banco;
- ❑ Que a Demonstração de Rendimento Integral Consolidado e a Demonstração de Rendimento Integral do Banco apresentam um rendimento integral do Grupo de 6.806,37 milhões de Meticais e um rendimento integral do Banco de 6.397,31 milhões de Meticais, respectivamente;
- ❑ Que a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do Banco apresentam um aumento durante o ano em Caixa e seus equivalentes de 317,32 milhões de Meticais para o Grupo e 327,18 milhões de Meticais para o Banco; e
- ❑ Que a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados e a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios do Banco evidenciam um Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2017 de 28.661,39 milhões de Meticais para o Grupo e de 26.314,86 milhões de Meticais para o Banco.

Como resultado das verificações efectuadas e informações obtidas:

- ❑ Somos de opinião que as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras do Banco (compostas pelas seguintes peças do Grupo e do Banco: Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Rendimento Integral, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e respectivas Notas):
 - i). Estão em conformidade com a Lei e satisfazem as disposições estatutárias, bem como as normas emanadas do Banco Central;
 - ii). Foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF); e
 - iii). Reflectem, de forma verdadeira, a situação financeira do Grupo e do Banco em 31 de Dezembro de 2017, bem como o resultado das operações realizadas pelo Grupo e pelo Banco durante o exercício.

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

☐ Somos de parecer que a Assembleia Geral:

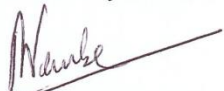
- i). Aprove as Contas relativas ao Exercício de 2017;
- ii). Aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do BIM - Banco Internacional de Moçambique, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;

Expresse um voto de louvor ao Conselho de Administração e a todos os restantes colaboradores pela forma notável como, no âmbito das respectivas competências procederam a gestão do Banco durante o exercício.

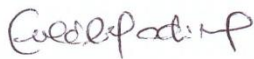
Maputo, 15 de Março de 2018

O CONSELHO FISCAL


Teotónio Jaime dos Anjos Comiche - Presidente



Daniel Filipe Gabriel Tembe - Vogal



Eulália Mário Madime - Vogal



Maria Iolanda Wane - Vogal suplente

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apresenta aos Exmos. Accionistas o parecer sobre a aplicação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

O Conselho Fiscal analisou a proposta do Conselho de Administração relativa à distribuição do Resultado Líquido.

Dada a situação de robustez financeira do BIM, nomeadamente pela justeza dos capitais próprios elegíveis, no valor de 8.524.163 milhões de Meticais e do confortável rácio de solvabilidade de 17,1%, assim como a natural expectativa dos accionistas verem remunerados os capitais por si investidos no BIM, a proposta afigura-se adequada.

Como resultado da análise efectuada, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove a proposta de Distribuição de Resultados no valor de 5.574.017.036,16 Meticais do seguinte modo:

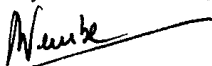
- | | | |
|---------------------------------|--------|--------------------------|
| • Para Reserva Livre | 62,50% | 3.483.760.647,60Meticais |
| • Para Reserva de Estabilização | | |
| de Dividendos | 2,50% | 139.350.425,90Meticais |
| • Distribuição aos Accionistas | 35,00% | 1.950.905.962,66Meticais |

Maputo, 15 de Março de 2018

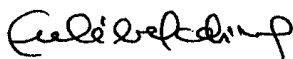
O CONSELHO FISCAL



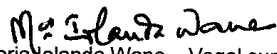
Teotónio dos Anjos Comiche – Presidente



Daniel Filipe Gabriel Tembe – Vogal



Eulália Mário Madime - Vogal



Maria Yolanda Wane – Vogal suplente